



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE MESTRADO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

ELDER JOSÉ MARCELITES

AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO
CELSO FURTADO NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, PR:
SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA

LARANJEIRAS DO SUL

2018

ELDER JOSÉ MARCELITES

**AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO
CELSO FURTADO NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU, PR:
SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, como requisito obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

Laranjeiras do Sul

2018

ELDER JOSÉ MARCELITES

AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO
CELSO FURTADO NO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU/PR:
SUBORDINAÇÃO E RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

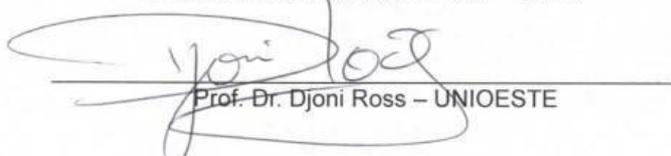
21, 09, 2018

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli – UFFS
Orientador


Prof.^a Dra. Josimeire Aparecida Leandrini – UFFS


Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto – UFFS


Prof. Dr. Dioni Ross – UNIOESTE

PROGRAD/DBIB – Divisão de Bibliotecas

Marcelites, Elder José

As relações contraditórias de produção no assentamento Celso Furtado no Município de Quedas do Iguaçu, PR: subordinação e resistência / Elder José Marcelites. – 2018.

128 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ivan Christoffoli

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável - PPGADR, Laranjeiras do Sul, PR, 2018.

1. Campesinato. 2. Assentamento. 3. Políticas públicas. I. Christoffoli, Pedro Ivan, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Este trabalho é dedicado à minha companheira Janete, aos meus queridos filhos Hedivan e Laizy, minha razão de viver e enfrentar novos desafios. E a todos que acreditam que é possível fazer diferente.

AGRADECIMENTOS

Concluído mais uma etapa na caminhada em busca do conhecimento, temos a certeza de que esta realização é resultado de um esforço coletivo presente sob as mais diversas maneiras. Dessa forma, agradeço aos colegas professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, pela oportunidade de fazer parte desse momento único de reflexão e debate em torno da questão emblemática que transcorre o desenvolvimento do campo no Brasil.

Em especial sou grato ao professor Dr. Pedro Ivan Christoffoli pelo empenho, dedicação, respeito e compreensão nos momentos desafiante no período de execução do trabalho, seja na elaboração da pesquisa e síntese, mas também de desafios secundários que a vida impõe e que reflete na concretização do estudo. Seus questionamentos resultaram em estímulos para novas incursões na pesquisa, ao mesmo tempo proporcionam tranquilidade e segurança para que eu tecesse meu próprio caminho.

Aos camponeses assentados, técnicos, lideranças, enfim, a todos pela contribuição e solidariedade com o desenvolvimento desta pesquisa. Pela hospitalidade em suas casas nas mais diversas horas do dia inclusive à noite, compartilhando dos seus conhecimentos, anseios, frustrações e alimentos.

De modo especial agradeço a minha companheira Janete pela paciência, amor e complacência, pelos seus incentivos nos momentos de angústia, insegurança e frustração. Pelo seus gestos de carinho e força no decorrer dessa empreitada quando acreditava que não era possível, justamente em um momento de quem mais precisava de apoio seria ela pela sua condição de saúde.

Igualmente, a minha filha Laize e ao meu filho Hedivan pelo carinho e compreensão na ausência do papai nos momentos de brincadeiras e nos gestos fraternos que sempre me fortaleceram na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Ainda que seja um trabalho de reflexão, instrumentaliza-me pessoalmente mas também coletivamente como participante do movimento camponês na luta pela reprodução enquanto classe social. Dessa forma, agradeço a todos que compartilham do mesmo sonhos e utopias. Muito obrigado!

RESUMO

O esforço do presente trabalho consiste em analisar as relações contraditórias de produção no Assentamento Celso Furtado. Um território inserido numa realidade de luta dos camponeses, seja pela conquista da terra ou pelas políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico das famílias nos lotes, a pesquisa discute a abrangência e a eficácia dessas políticas em relação à realidade vivenciada no assentamento que se localiza no município de Quedas do Iguaçu-PR. Dessa forma, tem-se como preocupação central o debate em torno da contradição oriundas sobretudo das relações sociais antagonicas, na construção de sistemas produtivos que proporcionem aos assentados uma certa autonomia ainda que relativa. Nesse sentido, parte-se de uma hipótese inicial de que embora os camponeses conquistem mais uma fração do território da empresa Araupel, manifestam-se outras expressões de subalternidade do campesinato principalmente pela adesão destes ao padrão produtivista de matéria-prima para abastecer as agroindústrias da região mas também para o mercado externo. Nesta lógica, destacam-se a produção de *commodities* agrícolas assentada sobre a agricultura artificializada com o uso de insumos, agrotóxicos e sementes industrializadas geralmente transgênicas. Da mesma maneira, observa-se um processo de integração às empresas fumageiras onde os trabalhadores são submetidos às regras de contratos escusos e desvantajosos. Continuamente, a pecuária leiteira se encontra dividida entre as fortes inserções ao paradigma produtivista com alta produtividade dado o uso de máquinas, equipamentos e alimentos industrializados, por outro lado denota uma produção menos equivalente, todavia menos dependentes aos insumos produtivos externo as propriedades. Ao contrário disso tudo, percebe-se também experiências produtivas, embora individualmente, de resistência ao agronegócio. Pautado em sistema de equilíbrio do solo e dos recursos naturais com a adoção de técnicas ecológicas sustentáveis, destaca-se a produção agroecológica de café sombreado. Ainda nesse pressuposto, o trabalho aborda a conquista da Feira de Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, um espaço coletivo de divulgação e venda dos produtos produzidos no assentamento. Para tanto, na realização do trabalho optou-se por numa metodologia de entrevistas com assentados, lideranças e técnicos que participaram do processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e do Programa de Assistência Técnica Ambiental e Social às famílias assentadas (ATES). Como resultado dos dados coletados a campo e dos relatos, constatamos que no assentamento analisado, manifestam-se relações sociais contraditórias de produção, sobretudo, vinculadas ao desenvolvimento das estruturas produtivas em curso.

Palavras-chave: Campesinato, Produção, Contradição, Subalternidade, Autonomia.

RESUMEN

El esfuerzo del presente trabajo consiste en analizar las relaciones contradictorias de producción en el Asentamiento Celso Furtado. Un territorio insertado en una realidad de lucha de los campesinos, sea por la conquista de la tierra o por las políticas públicas de desarrollo socioeconómico de las familias en los lotes, la investigación discute el alcance y la eficacia de esas políticas en relación a la realidad vivenciada en el asentamiento que se ubica en el municipio de Caídas del Iguazú-Pr. De esta forma, se tiene como preocupación central el debate en torno a la contradicción oriunda sobre todo de las relaciones sociales antagónicas, en la construcción de sistemas productivos que proporcionen a los asentados una cierta autonomía aunque relativa. En ese sentido, se parte de una hipótesis inicial de que aunque los campesinos conquista una fracción del territorio de la Empresa Araupel, se manifiestan otras expresiones de subalternidad del campesinado principalmente por la adhesión de éstos al patrón productivista de materia prima para abastecer a las agroindustrias región, pero también para el mercado externo. En esta lógica, se destacan la producción de commodities agrícolas asentada sobre la agricultura artificializada con el uso de insumos, agrotóxicos y semillas industrializadas generalmente transgénicas. De la misma manera, se observa un proceso de integración a las empresas que en los que los trabajadores son sometidos a las reglas de contratos oscuros y desventajosos. A continuación, la ganadería lechera se encuentra dividida entre las fuertes inserciones al paradigma productivista con alta productividad dado el uso de máquinas, equipos y alimentos industrializados, por otro lado denota una producción menos equivalente, pero menos sujeto a los insumos productivos externos a las propiedades. Al contrario de todo ello, se percibe también experiencias productivas aunque que individualmente de resistencia al agronegocio. Pautado en sistema de equilibrio del suelo y de los recursos naturales con la adopción de técnicas ecológicas sostenibles, se destaca la producción agroecológica de café sombreado. En este supuesto, el trabajo aborda la conquista de la Feria de Productos de la Reforma Agraria y de la Agricultura Familiar, un espacio colectivo de divulgación y venta de los productos producidos en el asentamiento. Para ello, en la realización del trabajo se optó por una metodología de entrevistas con asentados, liderazgos y técnicos que participaron en el proceso de elaboración del Plan de Desarrollo del Asentamiento (PDA) y del Programa de Asistencia Técnica Ambiental y Social a las familias asentadas (ATES). Como resultado de los datos recolectados a campo y de los relatos, constatamos que en el asentamiento analizado, se manifiestan relaciones sociales contradictorias de producción, sobre todo, vinculadas al desarrollo de las estructuras productivas en curso.

Palabras clave: Campesinado, Producción, Contradicción, Subalternidad, Autonomía.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 OBJETIVO GERAL.....	13
1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
1.2 METODOLOGIA.....	13
2 A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE.....	18
2.1 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DO CENTRO-SUL	25
2.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU-PR	32
3 A LUTA PELA POSSE DA TERRA NA ÁREA DE DOMÍNIO DA ARAUPEL.....	40
3.1 TRANSIÇÃO DOS ACAMPAMENTOS AO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO: ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS.....	51
4 DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO.....	63
4.1 A PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO.....	67
4.2 AS FORMAS DE PRODUÇÃO NAS ÁREAS DE FLORESTAS COMERCIAIS.....	75
4.3 A PRODUÇÃO CONVENCIONAL.....	80
5 AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS DE PRODUÇÃO NO TERRITÓRIO CAMPONÊS.....	84
5. 1 A PRODUÇÃO DE GRÃOS: DA SUBSISTÊNCIA AO CIRCUITO MERCANTIL.....	84
5.2 A PECUÁRIA DE LEITE NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO.....	89
5.3 A INTEGRAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA PELA INDÚSTRIA DO TABACO.....	93

5.4 A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO AO MODELO PRODUTIVISTA.....	98
5.4.1 A PRODUÇÃO DE CAFÉ AGROECOLÓGICO.....	99
5.4.2 A EXPERIÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO DO MILHO, ARROZ E TRIGO EM DERIVADOS ALIMENTÍCIOS	105
5.4.3 A FEIRA DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	109
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	118

1 INTRODUÇÃO

Todo conhecimento tem origem num questionamento, assim como para a realização de um determinado trabalho sempre existem as motivações que o levaram a ser realizado. Nesse sentido, este estudo também é norteado por encorajamento que resultou na presente obra, ainda que carente de atualizações permanentes tendo em vista que com o movimento da realidade sempre há novos elementos a serem contextualizados.

A origem camponês do autor que vivenciou desde a infância os dilemas da família na luta constante pela sobrevivência, num período em que as desigualdades sociais no campo eram extremas em decorrência da expropriação e exploração do campesinato. Filho de camponês sem-terra que residia no município de Nova Laranjeiras – Pr, viu os esforços dos pais arrendando terras geralmente de baixa produtividade e pagando o valor do arrendamento em forma de produtos, quando a produção não era suficiente sujeitam-se a trabalhar como boia-fria em fazendas. Porém, com a modernização da agricultura, os trabalhadores rurais foram impactados pelo uso das máquinas e agroquímicos, foi então que no início da década de 1990 a família migrou para a cidade de Laranjeiras do Sul, onde o pai passou a trabalhar na construção civil e a mãe como professora na Rede Municipal de Ensino.

Todas essas circunstância sempre chamavam a atenção do autor, haja visto as relações de produção desiguais no campo causadas principalmente pelo latifúndio que impõe diferenciadas formas de exploração. Com a expectativa de haver mudanças nas relações produtivas no campo, o autor acompanha as ações de enfrentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) frente aos latifúndios da mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, principalmente nas últimas décadas envolvendo o movimento e a Araupel que tinha a posse e o domínio de imensas áreas de terra, sobre as quais praticava a monocultura de *commodities* agrícolas e florestais destinadas à exportação. Por meio da organização, milhares de camponeses promovem ações de enfrentamento ao modelo agroexportador. Dessa forma, o movimento dos trabalhadores se constituía como principal protagonista de recriação e garantia de existência do campesinato na mesorregião.

Com o intuito de conquistar um lote de terra e reescrever a sua própria história, a inserção na luta pela terra ocorreu em 2003 quando na primeira eleição de Lula criou-se uma expectativa favorável à luta dos trabalhadores rurais pela Reforma Agrária no Brasil, foi então que o MST organizou um grande acampamento nas margens da BR 158 entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu, visando massificar a luta na área de domínio da Araupel que já havia sido ocupada em 1999, porém ainda sem nenhum desfecho favorável aos

trabalhadores. Nesse contexto a história pessoal na militância do MST soma-se com a da 2.300 famílias que almejavam conquistar um lote de terra.

O resultado dessa ação estratégica resultou no Assentamento Celso Furtado em 2005, sendo um importante processo de enfrentamento ao latifúndio, pois afetou o cerne da manutenção da empresa que é a renda da terra por meio de um modelo agroexportador. No entanto, por mais que o campesinato desterritorializasse este modelo produtivista com a divisão de 1095 pequenas parcelas, as relações sociais de produção ainda persistiram de forma desigual, e portanto, contraditória. O fato de o assentamento se constituir um território do campesinato ao optarem por outro caminho de desenvolvimento para o campo, não inibe as relações de exploração, tanto que verifica-se um conjunto de ações que se erguem como parte das estratégias de resistência e ao mesmo tempo de expansão de ambos os sistemas produtivos.

Portanto, refletir sobre as relações contraditórias de produção no assentamento, tornou-se para este autor, na condição de pesquisador e participante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, um desafio considerando que este território historicamente se constituiu através da luta em contraposição ao latifúndio produtor das desigualdades. Assim, a questão colocada é analisar na concretude das relações sociais, outra perspectiva da organização socioeconômica, onde a complexidade da produção se efetiva num conjunto de práticas que pretende demolir barreiras que impliquem em exclusão ou desigualdades.

Não se trata de diminuir ou subjugar suas capacidades e função sócio histórica, ao contrário, partimos pelo pressuposto de que os assentados têm muitas contribuições a oferecer numa perspectiva de resistência e recriação enquanto classe. Dessa forma, compreender e desvendar as causas dessas nuances é a preocupação central deste trabalho, sabendo-se que num primeiro momento o projeto de desenvolvimento do campo defendido pelo MST foi vitorioso ao derrotar o latifúndio ao propor uma reorganização do território numa perspectiva de autonomia ainda que relativa dos camponeses, porém a formação das estruturas produtivas provocam relações sociais antagônicas materializadas nas lutas como estratégias de resistência, mas também de integração ao sistema produtivo.

Do ponto de vista da teoria marxista, as relações sociais estão intimamente ligadas aos meios de produção e força de trabalho, que estabelecem a divisão da sociedade, tanto que ao mudarem as relações de produção, os homens estabelecem novas relações sociais históricas. Há um contínuo movimento de crescimento das forças produtivas e ao mesmo tempo de destruição das relações sociais, assim a produção das riquezas resulta desse antagonismo, conseqüentemente em que se desenvolviam as forças produtivas, desenvolvia-se também o antagonismo das classes (MARX, 1983). Nesse sentido, olhar para o Assentamento Celso

Furtado e compreendê-lo é necessário analisar as múltiplas determinações que caracterizam o movimento da história.

1.1 OBJETIVO GERAL:

- ❖ Analisar as relações de produção no Assentamento Celso Furtado com base em uma perspectiva de disputas entre a expansão capitalista do agronegócio e a luta pela emancipação das famílias camponesas assentadas.

1.1.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ❖ Compreender as estratégias do campesinato de enfrentamento ao agronegócio;
- ❖ Estudar o modelo de desenvolvimento implantado no assentamento, suas características e tendências;
- ❖ Analisar de forma preliminar as interferências econômicas do agronegócio no assentamento;
- ❖ Identificar os atuais limites organizativos enfrentados pelas famílias assentadas;
- ❖ Analisar a evolução das condições materiais de vida e produção das famílias no assentamento.

1.2 METODOLOGIA:

A pesquisa se insere na tradição marxista de análises, no materialismo histórico dialético como chave de leitura da realidade. Buscando uma reflexão mais próxima do contexto real, o trabalho é amparado pelo movimento histórico como prática social do ser humano expressado nas relações sociais de produção. Por esse motivo julgamos ser mais apropriado o uso deste método para alcançar os resultados esperados do estudo. Nesse propósito, as categorias de análises e a teorização marxista nos proporcionaram aproximar mais próximo possível da essência, dos fenômenos que determinam o contexto real.

Conhecimento teórico/científico na ótica de Marx (1986), é a reprodução ideal do movimento do objeto, onde a aparência é apenas o ponto de partida, todavia, não se esgotando as múltiplas determinações que compõem o fenômeno. A aparência nada mais é do que o modo de emergência da realidade, na qual a pesquisa tem seu ponto de partida e não de chegada, sabendo-se que esta tanto quanto mostra e revela, mas também oculta a essência. Nesse sentido,

o autor faz questão de evidenciar as duas categorias imbricadas que compõem o método materialista, sendo a essência e a verdade uma atrelada à outra inapelavelmente.

Para Marx (1986), o método materialista supera a concepção idealista pois implica na possibilidade de transformação do real. Tendo em vista que o real é resultado do movimento contraditório marcado por conflitos e interesses antagônicos. Nessa perspectiva, o materialismo busca no movimento da historicidade a compreensão dos fenômenos. Assim, o entendimento desses fenômenos, implica em compreendê-lo a partir da realidade concreta da qual faz parte.

Nesse sentido, para uma análise significativa que se propõe uma tradução teórica mais próxima possível do contexto real, buscou-se trabalhar a relação entre a teorização e a análise dos dados considerando o movimento histórico, as contradições sociais, as mediações, as forças sociais que implicam no movimento dialético, o antagonismo entre as classes sociais e os múltiplos fatores que compõem o campo de análise. Neste caso, a pesquisa é compatível com a abordagem qualitativa que recusa o modelo positivista aplicado ao estudo da sociedade, portanto rejeita preconceitos e julgamentos que podem contaminar o trabalho. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social.

Buscando compreender tais questões, foram necessários diversos procedimentos metodológicos: Num primeiro momento pautou-se por descrever a realidade mediante as várias incursões a campo; Análise de fontes jornalísticas e documentais impressos e virtuais sobre a questão agrária e a luta camponesa, especificamente no foco de estudo; Consulta e levantamento no banco de dados das principais instituições federais, estaduais e municipais de pesquisa, tais como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES); Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA/Paraná) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), referente à informações concernentes ao tema proposto; Esforço de síntese interpretativa preliminar a partir da vivência do pesquisador em relação à área em estudo.

Num segundo momento, pautou-se pelo diálogo com diversos sujeitos sociais envolvidos diretamente ou indiretamente no foco da pesquisa. Por meio de entrevistas semiestruturadas e anotações em caderno de campo, foi possível colher relatos e depoimentos desses sujeitos que pelo seu envolvimento no contexto histórico de participação no processo de conquista e consolidação do assentamento, julgou-se mais oportuno, haja visto os objetivos do estudo. Sendo eles: Produtores de grãos; leite; fumo; orgânicos/agroecológicos; lideranças do assentamento; vereadores; técnicos que contribuíram tanto na elaboração do Plano de

Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e também no Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Cooperativa de Trabalhadores em Reforma Agrária (COOTRARA) visando a assistência técnica aos assentados. Vale ressaltar ainda que o principal critério para a definição da participação dos produtores deve-se aos seus sistemas produtivos que se expressam como alternativas estratégicas ou pela integração ao agronegócio, sendo assim aparecem apenas as iniciais dos seus nomes nos trechos das entrevistas transcritos no trabalho. Nesta etapa da realização da coleta de dados e das entrevistas com esses produtores, em alguns casos foi possível mais de uma visita nos lotes.

Na última etapa, priorizou-se a organização e sistematização dos dados e informações coletadas a partir de um processo gradativo de aproximação ao real, onde a cada novo contato com a realidade, pretendeu-se produzir uma nova percepção crítica. Ainda nessa etapa foi realizado o levantamento das teorias sobre o tema, as quais contribuíram para o presente trabalho.

A partir desse caminho metodológico percorrido na busca da compreensão dos fenômenos e das múltiplas determinações da realidade dos processos produtivos no Assentamento Celso Furtado, o trabalho encontra-se dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo buscou-se contextualizar a formação socioeconômica da Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, quando as iniciativas governamentais de promover a ocupação por povos não indígenas a partir do século XVIII, levou quase que ao extermínio desses povos e ao mesmo tempo a formação das grandes propriedades de terra destinadas a criação da pecuária extensiva, da extração dos recursos naturais e do tropeirismo. Seguindo a linha da história, passando do século XVIII para o XIX, as novas iniciativas governamentais de promover a ocupação territorial favoreceu a colonização por descendentes de imigrantes europeus principalmente dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Essa nova política ocupacional estruturou a formação de dois modelos de desenvolvimento, sendo o primeiro a persistência do latifúndio como forma de reserva de valor e os minifúndios pautados no trabalho familiar como mecanismo de produção de alimentos (ABREU, 1981). Mais recentemente, a estrutura agrária que se configura na mesorregião é portanto decorrente do processo histórico da formação socioeconômica que perdura até os dias atuais, um caso específico desse processo são as grandes propriedades vinculadas a produção de *commodities* para o mercado internacional, como é o caso da Empresa Araupel que atua na produção e exportação de *commodities* agrícola e florestal, assunto do capítulo seguinte.

No segundo capítulo, o trabalho aborda a luta pela terra na área de domínio da referida empresa envolvendo camponeses sem terra desde a década de 1980, alguns anos após a madeireira se instalar na região com a posse de mais de 102 mil hectares¹ de terras abrangendo cinco municípios da região. Porém, a posse dessa área foi questionada por camponeses sem terra na década de 1970 quando ocorreram as primeiras ocupações, mas desarticulados de outras lutas que despontavam no cenário nacional, acabaram expulsos de forma violenta por milícia privada contratada pelo latifúndio (FILGUEIRAS, 2001). Com a formação do MST novas ações de enfrentamento do campesinato pela conquista da terra são retomadas na década de 1990 com ocupações em massa, desencadeando nos primeiros assentamentos na área de domínio da referida empresa que até então era denominada de Giacomet Marodin². A conquista desses assentamentos fortaleceu o movimento dos camponeses, possibilitando a continuação de novas lutas e conquistas no início da década de 2000, principalmente do Assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu. Todavia, ainda em curso a consolidação de outros assentamentos, haja visto o número expressivo de mais de três mil camponeses em luta pela conquista da terra na área de domínio da Araupel.

O desenvolvimento das forças produtivas no assentamento foi problematizada no terceiro capítulo. Embora tenha sido realizado um estudo e diagnóstico da área que seria implantado o Assentamento Celso Furtado ainda no período dos acampamentos que deram origem a esse assentamento, o documento Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) na prática, em muitos casos, mostrou-se irrelevante diante dos muitos limites que as famílias encontraram ao assumir suas parcelas produtivas. Nesse sentido, a burocracia na liberação de recursos associado a um conjunto de fatores desencadearam em alguns casos, caminhos contrários aos propósitos estabelecido no PDA.

As relações contraditórias de produção estabelecidas no assentamento é o assunto do último capítulo. Buscou-se contextualizar as relações sociais de produção estabelecida de forma contraditória, embora que o assentamento seja um território onde se vislumbra outros caminhos de desenvolvimento para o campo diferente do padrão produtivo do latifúndio que tinha o domínio da área, verifica-se um conjunto de ações que se configuram como parte de estratégias e resistência e, ao mesmo tempo, de expansão de ambos os sistemas produtivos. Assim, nesta última parte do trabalho buscou-se evidenciar as contradições instauradas com o formação socioeconômica desigual oriundas das relações sociais de produção. O empenho é

¹ História da Araupel em: <http://www.araupel.com.br/sobre-nos/historico/>. Acesso em 12 de maio de 2017.

² Em 1997, a Giacomet-Marodin mudou sua razão social para Araupel S. A.

apresentar e debater as estratégias e subordinação dos camponeses com relação ao sistema capitalista de produção materializados nas diferentes experiências produtivas destes.

Por fim, nas conclusões finais, algumas reflexões são sistematizadas numa perspectiva de contribuição para o debate, tendo em vista a participação do pesquisador enquanto sujeito presente nos dilemas e perspectivas dos assentados.

2 A FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA MESORREGIÃO CENTRO-SUL PARANAENSE

A Mesorregião Centro-Sul é constituída por 29 municípios, juntos abrangem uma área de 2.638.104 hectares o que corresponde a 13% do território estadual. Está localizada em toda a sua extensão no Terceiro Planalto Paranaense, o qual é formado de derrames basálticos. Esta região faz fronteira ao norte com as mesorregiões Norte Central e Centro-Occidental, a oeste com as mesorregiões Oeste e Sudoeste, ao sul com o Estado de Santa Catarina, e ao leste com a mesorregião Sudeste.

Mapa 01: Localização da mesorregião Centro-Sul Paranaense



Fonte: www.baixarmapas.com.br

De acordo com Maack (1968), a conformação da paisagem do território é bastante uniforme sendo determinada pelas formas de mesetas (pequenos planaltos) e patamares (poucos elevados). Apresenta um relevo plano suavemente ondulado de até 6 graus de inclinação em 50% da área total, de até 12 graus considerados ondulados ocorrem em 30% da mesorregião, enquanto que as declividades acentuadas acima de 25 graus, ocorrem em 20% do total da porção territorial.

Conforme o referido autor, a modificação das rochas basálticas associadas ao clima da mesorregião, deu origem ao solo do tipo terra roxa, solo profundo que ocupa áreas mais aplainadas e suavemente onduladas, enquanto que nas superfícies de maiores declividades encontram-se solos mais rasos, destacando a existência de cinco tipos diferentes: latossolos de baixa fertilidade natural onde pode ocorrer processo de lixiviação devido a chuvas intensas; latossolo bruno e roxo de baixa fertilidade e muito ácido; terra roxa estruturada, ou seja, solos argilosos e profundos apresentando boa drenagem e elevada fertilidade natural; litólicos, solos pouco profundos e muito suscetíveis a erosão; e cambissolos, solos rasos drenados e pouco profundos.

Da mesma forma, Maack (1968) caracteriza o clima como sendo de variação climática, onde na maior parte do território ocorre o clima Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfb) de verões frescos com temperaturas entre 22°C nos meses mais quentes, e temperaturas inferiores a 18°C nos meses mais frios, tendo em média anual de 16°C com chuvas entre 1.600 a 1.800 mm, sem deficiência hídrica.

Para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social “IPARDES” (2004), as composições entre o solo, relevo e clima favorecem o desenvolvimento das atividades agrícolas principalmente dos cultivos da soja e milho, pois na mesorregião 60% dos solos são do tipo regular aptos para os fins agrícolas, e 50% do total das áreas com relevo caracterizados como suavemente ondulados, permitindo assim a utilização de implementos mecanizáveis. Enquanto que o clima variando entre 18°C acima de 23°C nos meses mais quentes, e sem déficit hídrico, são os componentes essenciais no desenvolvimento da agricultura.

Entretanto, os aspectos físicos que configuram as paisagens na mesorregião, não são preponderantes para determinar o processo histórico de ocupação que conformou o desenvolvimento das bases produtivas, sob a égide das relações de poder que formaram a organização da sociedade no Centro-Sul paranaense. Partindo desse pressuposto, a organização espacial da mesorregião remonta às iniciativas governamentais do império ainda no século XVII, passando pela república até meados do século XX, sendo determinantes para a caracterização econômica e cultural da mesma.

De acordo com Abreu (1981), a ocupação desse espaço geográfico por povos não indígenas, ocorreu a partir do século XVII, num período denominado de corrida pelo ouro, passando pelas políticas governamentais de povoação da região. Já no século XX, a instalação de redes de infraestrutura contribuíram para um fluxo de migrantes de origem estrangeira, que se deslocavam principalmente dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em busca de

solos férteis e baratos. Ainda nesse mesmo século, a introdução da mecanização agrícola transformou as relações de trabalho e de vida no campo, conseqüentemente ocorrendo a expulsão dos camponeses de suas origens.

Retornando ao ponto de partida, no século XVII a então Província de São Paulo que abrangia toda a região que vem a ser atualmente o Sul do Brasil, configurava-se um espaço pouco povoado e desconhecido, tendo como principais atividades econômicas da época, a pecuária e a agricultura de subsistência da própria colônia, que não se caracterizavam pela ideia de povoamento. Esta situação não era bem vista pela Coroa Portuguesa, pois havia risco da perda desse território para a Espanha. A divergência entre esses países ocorreu com a anulação do Tratado de Madrid assinado em 1750. Mais tarde durante os anos 1761 a 1777, essas nações voltaram a discutir suas influências e fronteiras na América, tornando esse período de grandes tensões entre os dois países (ABREU, 1981).

Conforme a autora, a ocupação ocorreu numa conjuntura de tensão política. Diante desse contexto, a preocupação da Coroa Portuguesa era de povoar a mesorregião com propósito de marcar e estabelecer os limites do território. Assim, no ano de 1765 o Conde português Oeyras ordenou ao Capitão de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho, que expedisse bandeira de reconhecimento e ocupação nos vales dos Rios Iguaçu, Piquiri, Ivaí e aos sertões do Tibagi como era conhecida a Bacia Oriental do Rio Paraná.

Por ordem governamental, as primeiras expedições de reconhecimento e mapeamento das comunidades indígenas e das riquezas naturais ocorreram na década de 1770, sobretudo, pela busca do ouro dadas as expectativas da presença desse minério. No entanto, essas comitivas militares fracassaram perante a resistência do povo Kaingang, grupo indígena que, em defesa de seu território, atacou os soldados³ que estavam a serviço da Coroa Portuguesa.

De acordo com Pontarolo (2012), apesar da resistência dos indígenas fazendo com que essa porção do território brasileiro permaneça marginal da ocupação portuguesa durante todo o período colonial, os exploradores mesmo sendo expulsos, passaram a conhecer o território e os seus moradores tradicionais, sendo determinante para as iniciativas coloniais do século XVIII. As novas ofensivas tiveram continuidade com a vinda da Família Real para o Brasil, onde a questão dos domínios das fronteiras passou a ter centralidade na política Real.

Com a finalidade de “povoar os campos de Guarapuava”, D. João VI visava em primeiro lugar apropriar-se das riquezas naturais sobre imensas áreas de terras férteis e

³ Segundo Pontarolo (2012), as tropas de soldados eram formadas principalmente por homens sem posse que, juntamente com pessoas marginalizadas - como degregados, pobres e desertores, formavam a população enviada com a missão de povoar os territórios ocupados.

promissoras, e de responder às demandas de comerciantes e fazendeiros da região de Curitiba que queriam expandir seus negócios, no entanto, a forte resistência dos indígenas era entrave aos seus interesses, e por último, o avanço em direção a fronteira Oeste da Província era fundamental para a Coroa Portuguesa garantir o controle desse território.

Nesse sentido, o monarca enviou duas Cartas Régias nos anos 1808 e 1809 para o Governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, Antônio José da França e Horta, que tomasse providências necessárias para o cumprimento da ordem. No primeiro documento escrito na data de 05 de novembro de 1808, o Príncipe Regente ordena:

[...] logo desde o momento em que receberdes esta minha Carta Régia, deveis considerar como principiada a guerra contra estes bárbaros Indios...
[...] sou servido por estes e outros justos motivos que ora fazem suspender os efeitos de humanidade...
[...] sou servido que á proporção que fordes libertando não só as estradas da Coritiba, mas os campos de Guarapuava, possais alli dar sesmarias proporcionaes ás forças e cabedades dos que assim as quizerem tomar
[...] façais publicar que todo o diamante que casualmente apparecer, deve ser logo entregue na Junta da minha Real Fazenda (CARTA RÉGIA DE 05 DE NOVEMBRO DE 1808).

As determinações governamentais sintetizam as estratégias de violência da monarquia para ocupar a mesorregião, estabelecendo suas leis baseadas numa relação de domínio militar. Da mesma forma, revelam as concepções pejorativas diante das populações indígenas, como se fossem necessários transformá-los diante de suas particularidades, ou seja, cujas práticas de resistência eram interpretadas como desumanas.

Previo ainda que o tamanho das sesmarias fosse proporcional à quantidade de escravos que os fazendeiros possuíam. Aqueles já estabelecidos nos Campos de Curitiba e Guarapuava, por ordem da Coroa receberam grandes extensões de terras. Desse modo, a concentração fundiária que ainda persiste, tem suas raízes históricas na doação de terras públicas patrocinadas pelo Estado.

O documento ainda estabelece leis sobre as riquezas naturais, sobretudo, oriundas de fontes minerais. O ouro, que se tornava escasso em outras regiões do Brasil, como em Minas Gerais, era visto como uma possível fonte de riqueza da região, assim, paradoxalmente contribuiu para a formação sócio-espacial e depredação da natureza. Os possíveis minerais preciosos encontrados deveriam ser entregues na Junta Real da Coroa criada em Guarapuava.

Sendo assim, a ocupação das terras de Guarapuava por povos não indígenas, tinha como objetivo cumprir objetivos econômicos e políticos. Para tanto esteve associado à exploração

das riquezas naturais, seja na forma de agricultura de subsistência, da criação de gado, mas também a incumbência da defesa do território contra os espanhóis.

Nesse propósito de explorar e estabelecer fronteiras, seria necessário, na visão da Coroa Portuguesa, domesticar os indígenas como se esses povos fossem animais irracionais. Na segunda carta escrita em 1º de abril de 1809, ficam explícitas as recomendações, as formas de conquistar os sertões e de dominar os indígenas por meio da catequização.

[...] Sendo-me presente o vosso officio, e o da Junta que segundo as minhas reas ordens convocastes para dar principio ao grande estabelecimento de povoar os Campos de Guarapuava, de civilisar os indios barbaros, que infestam aquelle território
[...] façais juntamente partir dous religiosos ou sacerdotes de zelo exemplar, e de luzes que sejam encarregados não só de catechisar, baptisar e instruir os índios
[...] Autorisareis ao Commandante para que além das sesmarias concedidas ao Governo para repartir os terrenos devolutos em proporções pequenas pelos povoadores pobres, pois que estes não teem forças para obterem sesmarias (CARTA RÉGIA DE 1º DE ABRIL DE 1809).

A política governamental de povoação dos Campos de Curitiba e de Guarapuava determinava a “aculturação” dos povos indígenas de acordo com seus interesses. Civilizar os bárbaros na linguagem do Rei seria torná-los subalternos às suas leis. Aqueles que não cumprissem essas determinações deveriam ser exterminados, ou então forçados a trabalhar como escravos.

Ainda previa doações de terras em forma de sesmarias às margens da via de comunicação, sendo os beneficiados, lavradores pobres que estivessem dispostos em fixar moradias e cultivar a terra, contribuindo assim para o crescimento da população do território por seres humanos “civilizados”, até então habitado por indígenas. Esse ato de “bondade” da Família Real em repartir as terras devolutas a lavradores pobres, já que estes não poderiam obter terras de outra maneira, revela um processo em duplo sentido, ou seja, uma forma de incentivar o povoamento e viabilizar o sucesso do projeto garantindo o fornecimento de gêneros alimentícios para os soldados de defesa e também mão-de-obra para as fazendas.

Observa-se, portanto, que a política governamental de ocupação da mesorregião, foi parte de um projeto de controle e expansão do território luso. À medida que as pessoas ficassem na terra, a agropecuária iria se desenvolver já que era uma necessidade de sobrevivência dos colonos. É nesse propósito, que a guerra justa prevista no documento, legitimava os ataques contra os “índios bárbaros” que infestam o território. As determinações contidas nas duas Cartas Régias ficam bem claras, a civilização ocorreria na força, embora que a presença de sacerdotes seria apenas para instruir e batizar aqueles índios que não significasse perigo aos

membros da comitiva do Rei, vale destacar ainda que tudo ocorreria de acordo com os preceitos da Igreja Cristã europeia.

Seguindo a linha da história, algumas décadas depois quando a colonização já tinha avançado, todavia, nas condições acima citadas, D. Pedro II sancionou a Lei de Terras no Brasil em 1850. Esta lei instituiu o acesso a terra pela compra, privando escravos libertos e camponeses pobres de serem proprietários, da mesma forma, garantindo a manutenção e concentração fundiária, através da extração da mais valia social pela disponibilidade de mão de obra para as grandes fazendas.

Quando o Paraná é desmembrado da Província de São Paulo e se torna Estado autônomo, em 1853, novamente se estabelece uma política de povoação das Regiões Centro-Sul e Oeste de forma mais contundente, perdurando até as últimas décadas do século XX. Nesse sentido, o primeiro registro histórico de maior destaque foi a criação de colônias militares em pontos estratégicos do Estado. Ao analisar o processo de delimitação da fronteira da região Oeste, Myskin (2009) relata que poucos anos do término da Guerra do Paraguai (1864 a 1870), havia necessidade do ponto de vista governamental de estabelecer e defender limites territoriais do Brasil com os países platinos. Nesse propósito, as autoridades estabeleceram metas e planos audaciosos, quando em 1888 foi criada a Colônia Militar de Foz do Iguaçu visando segurança e proteção dos limites territoriais do Brasil, e ao mesmo tempo promover a colonização. Para isso, tinham como estratégia formar duas bases de apoio, uma em Guarapuava e outra em Foz do Iguaçu, proporcionando a interligação entre elas (MYSKIN, 2009).

A paisagem da vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, aos poucos foi sendo alterada com o desenvolvimento das forças produtivas voltadas às atividades comerciais da pecuária, da extração dos recursos naturais e do tropeirismo. A importância dessas atividades possibilitou a integração do Centro-Sul paranaense no contexto econômico brasileiro, se constituindo no setor de maior rentabilidade da mesorregião. De acordo com Abreu (1981), juntas estas atividades eram tão significativas nesse período que grandes firmas se instalavam na região em busca de lucratividade fácil, “[...] a disponibilidade de capitais acumulativos por ocasião das invernadas de gado e outras atividades concernentes ao tropeirismo permitiram o estabelecimento das maiores firmas comerciais do século passado, como a Sá, Virmond & Cia [...]” (ABREU, 1981, p. 129).

Nas décadas finais do século XVIII, a extração e o beneficiamento da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) se tornam umas das principais atividades econômicas, todavia sendo responsável pela atração de investimentos em infraestrutura para mecanização e industrialização da produção. Segundo Bondarik, Kovaleski e Pilatti (2006), a instalação de

indústrias ocasionou a intensificação de transporte, seja através de abertura de estradas, de ferrovias, ou mesmo pela navegação pelos rios Iguaçu e Paraná. Na medida em que as obras avançavam em direção ao interior, e a exportação da erva mate tornava-se de maior importância econômica, o Estado atendendo aos interesses da elite empresarial e visando a arrecadação de impostos, cedeu grandes áreas cobertas por ervais a empresas nacionais e estrangeiras, ocasionando a expulsão de camponeses posseiros que habitavam nestas terras.

Nas primeiras décadas do século XIX, a organização econômica manteve-se sob a égide da exploração dos recursos naturais, da expropriação das terras indígenas e da mão-de-obra barata ou semiescrava. Assim, esta situação permaneceu inalterada com a expansão do novo ciclo econômico da madeira que se desenvolvia com pujança no estado, principalmente da *Araucária angustifolia*. Para Wachowicz (1977), esse ciclo econômico se desenvolveu atrelado ao da erva mate, pois desde os seus primórdios, ambos estavam relacionados com o processo de intervenção da floresta. De acordo com o referido autor, as florestas de araucária do Paraná foram pouco exploradas comercialmente até o século XX, predominava nesse período o mercado de importação da madeira do pinheiro-deriga mesmo sendo de qualidade inferior devido às dificuldades de escoamento. No entanto, a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando foi impossibilitada a importação da madeira estrangeira, consolidou-se o mercado da araucária, passando o Paraná a abastecer o mercado interno e externo, com exportações para Buenos Aires.

Em vista disto, a exportação de madeira ultrapassa a da erva-mate em 1930, quando esta última já se encontrava em declínio. Ainda de acordo com Wachowicz (1977), com o advento do transporte rodoviário por caminhões, a indústria madeireira difundiu-se pelo interior do estado, abrangendo também o Centro-Sul, antes instalada ao redor das estradas de ferro. Porém, esse meio de transporte proporcionou uma grande oferta do produto, inundando o mercado brasileiro e argentino com madeira paranaense, tendo como consequência direta nos preços do produto, e ao mesmo tempo vindo a desestimular a atividade econômica com a utilização da terra para a prática da agricultura, sendo uma maneira que os donos das serrarias e negociantes de madeira tiveram que encontrar para que não aumentasse o prejuízo.

Conforme a historiadora Alcioly Therezinha Gruber de Abreu, foi a partir dessa década que o Estado do Paraná passa a receber cada vez mais descendentes de imigrantes europeus principalmente dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul através de iniciativas governamentais em forma de projetos políticos de empresas colonizadoras, tanto que no ano de 1930 o território do município de Guarapuava já contava com várias colônias formadas, sendo a maioria de poloneses e de seus descendentes, vindo a se repetir seguidas vezes durante

os anos subsequentes, numa estratégia de incorporar a mesorregião no contexto econômico nacional (ABREU, 1981).

Assim, o contingente populacional que teve maior impacto socioeconômico foi proporcionado por empresas colonizadoras. Dessa forma, o espaço geográfico do Centro-Sul, foi sendo inicialmente conformado por uma economia agrícola de subsistência, onde os projetos coloniais das companhias baseavam-se em pequenas propriedades entre 10 a 25 hectares de terras (PADIS, 1981; WACHOWICZ, 1977).

Porém, essa economia camponesa de base agrícola de subsistência e de exploração dos recursos naturais se reestrutura com a alta demanda de alimentos oriundos do processo de industrialização e urbanização. Assim, a agricultura regional passa cada vez mais a fornecer produtos agrícolas aos centros urbanos, e ao mesmo tempo ser receptora de ferramentas e produtos industrializados, intensificando os vínculos de integração econômica ao estado e país nos anos de 1960-70, assunto abordado no item a seguir.

2.1 AS MUDANÇAS NA ESTRUTURA PRODUTIVA DO CENTRO-SUL

Com a introdução das tecnologias no campo a partir da década de 1970, as atividades agropecuárias tornam-se cada vez mais de cunho empresarial e latifundiária, conseqüentemente a produção camponesa responsável pela produção de alimentos básicos cede lugar à monocultura do algodão, milho, trigo, sobretudo da soja, mas também das grandes propriedades extensivas de pecuária.

No que tange a expansão da cultura da soja, vale ressaltar que foi impulsionada pelas redes de cooperativas de armazenamento e transformação em derivados. A demanda mundial pelo consumo desses produtos modifica a paisagem da mesorregião em poucas décadas, de um sistema produtivo de base camponês para um modelo agrícola empresarial, pautado na política nacional das exportações.

De acordo com Honório da Silva⁴ a modernização agrícola surge juntamente com as primeiras experiências de cooperativismo por iniciativas governamentais através das empresas colonizadoras administradas pelo Estado, a fim de dar apoio aos colonos instalados. Segundo o autor, a partir do início da década de 1970, intensifica-se o desbravamento das matas

⁴ Este trabalho aborda a história do cooperativismo a partir dos anos setenta com a inserção da soja dos processos produtivos do Estado do Paraná, todavia no trabalho não aparece o ano em que foi realizado. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/Reconst%20monog/hist,%20coop%20parana.pdf>. Acesso em: 12 de outubro de 2017.

ocorrendo a abertura de maiores áreas para o plantio de soja, então, com aumento da produção cresce a demanda por insumo e de infra-estrutura para armazenagem e beneficiamento. Com o grande “boom” da soja, houve também uma grande mobilização dos agricultores para fundar cooperativas como forma de solucionar tais problemas, foi então que as cooperativas surgem com mais destaque.

Perante esse contexto, a Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DAC) e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) realizaram um trabalho de organização das cooperativas, o qual foi intitulado de Projeto Iguazu de Cooperativismo. O PIC alcançava 45 municípios⁵ nas regiões Oeste e Sudoeste, tendo como objetivos estabelecer uma rede de cooperativas locais bem distribuídas, predominando entre as quais a liberdade de livre concorrência, onde as que apresentassem maiores condições de viabilidade desestimulariam as inviáveis de modo que todos os municípios ficassem adequadamente servidos.

Outro projeto que contemplaria as áreas que ainda não haviam sido contempladas pelo PIC, foi o Projeto Centro-Sul de Cooperativismo (SULCOOP), entretanto menos vitorioso pela falta de estrutura da região e de um ritmo de atividades que possibilitasse o crescimento das cooperativas. Para Honório da Silva, mais importante que os projetos e os resultados alcançados, tornou-se evidente a necessidade de se adequar a estrutura cooperativa à nova realidade da agricultura, pois a modernização transformou radicalmente a estrutura produtiva através do aumento da produção, vindo a exigir maior infraestrutura para suprir a armazenagem o beneficiamento e transporte.

Porém, do ponto de vista da literatura científica, a modernização agrícola segue os moldes capitalistas e tende a beneficiar apenas grupos pequenos de produtores. Dessa forma, a agricultura torna-se uma atividade nitidamente empresarial, havendo abertura para o consumo de máquinas industriais e insumos ditos modernos, assim os agricultores passam a depender cada vez menos da natureza, adaptando-a mais facilmente aos seus interesses. Para Delgado (2012), esse controle do setor agrícola ocorreu através do pacto agrário modernizante de integração técnica da indústria com a agricultura. Arquitetado pela aliança entre as oligarquias rurais, do capital financeiro e do Estado, a modernização conservadora desencadeou um processo intensivo de utilização de agroquímicos, de fertilizantes e de sementes híbridas,

⁵ Parte dos municípios que integram o PIC naquela época atualmente fazem parte da mesorregião Centro-Sul, principalmente os da região Sudoeste.

estando portanto a agricultura cada vez mais subordinada à indústria, que por sua vez dita as regras de produção.

Tendo como ponto de partida logo após a Segunda Guerra Mundial, a política agrícola imperialista Norte Americana nos países de terceiro mundo, transforma as relações de trabalho e vida no campo, pois o aumento produtivo por área possibilitou a reprodução ampliada das formas de exploração da renda da terra, inserindo as atividades produtivas camponesas na lógica mercantil. Sendo assim, esse novo modelo tecnológico constituiu a integração da agricultura à indústria, uma maneira pela qual responder os pressupostos políticos pela industrialização, combinado com a diversificação e elevação das exportações primárias. Para tanto, favoreceu a articulação entre o capital agroindustrial, o sistema de crédito público e a propriedade fundiária, sendo uma forma de estruturar a agricultura na dinâmica econômica e política internacional.

Para isso coube ao Estado coordenar as ações efetivas em prol do tão sonhado desenvolvimento que se almejava. Por meio da institucionalização de um Sistema Nacional de Crédito Rural⁶ (SNCR), se constituiu a base para a construção dos complexos agroindustriais, da mesma maneira abre caminho para o capital financeiro se consolidar na agricultura, fundando assim um período de expansão da produção e de financiamentos públicos para o setor agrícola. Por outro lado, promove ruptura das práticas milenares dos camponeses de viver e produzir na terra, quando os principais agentes da criação dos conhecimentos locais em que assentavam seus sistemas de produção, prostraram-se diante de uma encruzilhada sem volta. Aqueles que permaneceram no campo foram aos poucos introduzidos na lógica do modelo, enquanto que a maior parcela migrou para os centros urbanos, difundindo em poucas décadas um quadro característico pela diminuição da população do campo.

Esta visão sectarista, de certa forma acabou influenciando no desenvolvimento dos sistemas produtivos da Mesorregião. Analisando os dados do IPARDES (2018), observa-se que depois de décadas desde o início deste processo, a configuração atual da agricultura do Centro-Sul está centrada na dinâmica mundializada. Em todos os 29 municípios, as maiores áreas ocupadas destinam-se as culturas voltadas à exportação com destaque absoluto para a soja.

Nesta configuração de uso do solo, priorizou-se um modelo agrícola dependente de elementos externos das propriedades rurais, mas também da integração dos processos

⁶ Em 1965, a criação da Lei 4.289 que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com o objetivo de financiamento público para a agricultura brasileira.

produtivos com a indústria. Dessa forma, revela-se excludente e concentrador tendo em sua essência um desmembramento da política nacional de modernização das atividades agropecuárias ligadas à indústria. Todavia, essas mudanças não seriam possíveis sem a construção de infraestrutura para viabilizar a circulação e armazenamento da produção, assim, a expansão da agricultura moderna faz parte do processo de modernização do território.

Nesse sentido, Mendonça (2004) defende a tese de que a modernização da estrutura produtiva do campo no Brasil foi pensada a partir da modernização do território nacional, haja visto que a produção é regida pela economia globalizada determinada pelo mercado. O pesquisador argumenta que nos projetos políticos voltados para o desenvolvimento econômico por meio da industrialização, o estado brasileiro priorizou investimentos maciços em programas de infraestrutura. Por isso, as políticas públicas para o campo estavam associadas aquelas direcionadas para a modernização do território, ou seja, para a mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro.

Porém, todo esse arcabouço jurídico e político de financiamento da agricultura moderna baseado no crédito a juros subsidiados se esgota no início da década de 1980 em decorrência do aprofundamento da crise cambial do estado brasileiro. Diante dessa conjuntura, a reestruturação das políticas públicas ocorre no final dessa mesma década e início da próxima, todavia com a inserção daquelas de cunho liberal. Do ponto de vista de Mazzali (2000), essa reestruturação deve-se a “visão neoliberal” associada à crise fiscal do Estado brasileiro que supostamente colocou em xeque o padrão de desenvolvimento agroindustrial. Nesse sentido, ao desprender-se de forma parcial de agente financiador e de patrocinador da modernização agrícola, o Estado deixa em aberto um campo estratégico de articulações em prol do desenvolvimento, abdicando ao setor privado os caminhos da reestruturação produtiva.

Com a adesão do Estado brasileiro as políticas de desenvolvimento territorial do Consenso de Washington⁷, por mais que o cenário de estagnação da economia imposto pelo ajustamento limitasse os financiamentos públicos para a agropecuária, a atividade passa a ser essencial na geração de saldos da balança comercial a partir do final da década de 1990, quando as exportações de commodities formarão a base da estrutura econômica nacional. Dessa forma, o debate sobre uma reestruturação produtiva para as pequenas propriedades ganha espaço e agenda política. Amparados por uma pesquisa realizada pela FAO/INCRA (1994), a pesquisa

⁷ Documento elaborado pelo BM (Banco Mundial) e FMI (Fundo Monetário Internacional) em 1989 em Washington. Ficou estabelecido nesse documento uma série de medidas como pré-requisito necessário para a concessão de novos empréstimos e de cooperação econômica aos países associados. Entre as principais recomendações eram a abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico.

revelou a importância da agricultura familiar camponesa na produção de alimentos de primeira necessidade da cesta básica dos brasileiros. Num período de mundialização da economia na América Latina, a agricultura familiar ganha *status* social com as políticas de desenvolvimento rural do Banco Mundial (BM), um conceito cunhado pela FAO que tinha como objetivo principal uma metodologia para financiamento das pequenas unidades produtivas.

Nesse mesmo período, os processos de luta camponesa iniciada na década de 1980 tomam dimensões por todo o território nacional, quando a Reforma Agrária passa a ser um tema debatido na sociedade haja visto dos problemas sociais que se encontrava a maior parcela da população brasileira. Da mesma forma, procurando atender as necessidades da preservação ambiental e da promoção socioeconômica dos pequenos agricultores, o debate sobre a agroecologia vincula-se com a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos de desenvolvimento rural.

A partir desse contexto, a agricultura familiar encontra-se integrada entre dois grandes modelos de desenvolvimento com a prevalência do modelo produtivista em consequência do processo de modernização, todavia consolidado a partir da crescente demanda internacional por commodities agrícolas, vindo a moldar as estruturas produtivas no espaço rural brasileiro nas pequenas unidades produtivas. Assim, ocorreram várias mudanças na maneira de entender o campo. Nessa lógica, o modelo produtivo da grande propriedade ganha nova roupagem, revestido desta vez de negócios do campo, uma estratégia do sistema produtivo abarcar diferentes regiões e territórios no circuito mundializado de mercadorias.

Mais recentemente na passagem do novo século, estamos assistindo uma onda de internacionalização da agricultura brasileira. Por se tratar de um conjunto de atividades diversificadas que abrangem variadas cadeias produtivas desde as mais simples até as mais complexas, o agronegócio transforma relações produtivas e comerciais num sistema cada vez mais globalizado. Como resultado prático desse sistema, nota-se a persistência da concentração fundiária e a reprodução da injustiça e da desigualdade no Brasil.

Nesse sentido, a concentração de renda e a evasão de riquezas não ocorrem por acaso, mas pelo desenvolvimento desigual das forças produtivas que privilegia uma determinada classe social em função da exploração e empobrecimento de outras. Dessa forma, a concentração de renda acontece na medida em que as riquezas são apropriadas pelos detentores dos meios de produção. Em suma, expansão do capital por meio das atividades econômicas, provoca pressão sobre a sociedade em seus aspectos econômico e sociocultural.

Este dilema é constatado ao verificar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) dos municípios que compõem o Centro-Sul, onde todos apresentaram em 2010 IDH-

M abaixo da média paranaense (0,749). Esta situação é ainda mais crítica quando comparado os componentes do IDH-M referentes à educação e renda per capita, onde novamente todos os municípios ficam abaixo da média estadual e nacional, apenas no quesito longevidade que alguns municípios da referida mesorregião ultrapassam os indicadores paranaenses e brasileiros (PNUD; IPEA; FJP, 2013).

Logo, as desigualdades sociais preponderantes nos municípios são decorrentes das relações de produção diretamente relacionados a desigual distribuição da terra. Esta constatação é reforçada pelo fato de que destes municípios serem essencialmente rurais, tendo nas atividades ligadas à agropecuária o principal componente econômico, com exceção de Guarapuava e Palmas que em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização concentram grande quantidade de atividades relacionadas ao comércio e a prestação de serviços (IPARDES, 2004).

Sob a luz das interpretações teóricas, as desigualdades sociais são decorrentes do processo desigual do desenvolvimento do sistema capitalista. Nesse sentido, do ponto de vista da teoria marxiana, o ser social está condicionado historicamente pela produção material da vida, não somente pela produção econômica mas também pelos meios necessários à sobrevivência humana. Marx (1986), propõe novas categorias de análises em que as explicações envolvidas na sociedade devem ser compreendidas na práxis material dos homens, na produção da vida material como ponto de partida.

Ao referir-se na produção da vida, o autor desvenda os limites do pensamento abstrato em negar as contradições no processo de desenvolvimento do sistema capitalista como condição determinada. Na obra intitulada de A ideologia alemã, Karl Marx esclarece que são as relações sociais intimamente ligadas às forças produtivas que estabelecem a divisão da sociedade, tanto que ao mudarem as relações de produção, os homens estabelecem novas relações sociais históricas, ou seja, um movimento contínuo de crescimento das forças produtivas e ao mesmo tempo de destruição das relações sociais. Assim, a produção e as riquezas resultam desse antagonismo, conseqüentemente em que se desenvolve as forças produtivas, desenvolve-se também o antagonismo das classes.

Conforme o autor, as forças produtivas tanto produzem quanto destroem as relações sociais, visto que no processo de reprodução social, os homens entram necessariamente em determinadas relações independentemente de suas vontades. A totalidade dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade, a base sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política. “[..] Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem como o modo como

produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de produção [...]” (MARX 1986, p. 28).

Concomitantemente com o autor, podemos dizer então que o processo histórico de formação do espaço geográfico da mesorregião, foi e continua sendo ainda marcado pelo conflito de classes. Nesse sentido, merece destaque a luta do campesinato a partir de meados de 1980, que através das ocupações de terras se torna a principal estratégia de resistência e recriação da classe. Dessa forma, as ações de enfrentamento frente ao monopólio da terra caracterizam atualmente a mesorregião de maior concentração de famílias assentadas do Paraná. De acordo com o DATALUTA-PR (2015), das 18.772 famílias assentadas no estado 7.511 estão no Centro-Sul (40,96% do total estadual), ocupando uma área equivalente a 170.474 hectares, (40,5%) do total de áreas destinadas para a Reforma Agrária no estado do Paraná, de 429.771,20 hectares.

Todavia, o expressivo número de famílias assentadas na mesorregião se reflete na luta da organização dos trabalhadores rurais sem-terra, que se destaca como o principal movimento protagonista de recriação e de garantia da existência do campesinato. Pois, a cada nova conquista de um assentamento, vislumbra-se na perspectiva do movimento a possibilidade de novas lutas por meio de novas ocupações, configurando assim uma importante estratégia de resistência e manutenção do grupo enquanto classe social. Desde que o MST foi criado no ano 1984 durante I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na cidade de Cascavel, torna-se um instrumento de luta dos trabalhadores rurais em defesa da Reforma Agrária e contra a exploração no campo.

Com a reestruturação democrática na década de 1980, possibilitou-se o movimento pautar na sociedade a urgência de novos sistemas produtivos que atendessem à necessidade da promoção socioeconômica dos trabalhadores do campo, onde a Reforma Agrária é compreendida como uma política territorial de correção da distribuição fundiária historicamente injusta. Porém, tendo em vista que a questão agrária é um problema estrutural do capitalismo, que por sua vez gera as desigualdades, a expulsão e a expropriação do campesinato de acordo com a lógica do seu processo de desenvolvimento, tudo isso gera um contexto de conflito no território. Então, nessa conflitualidade entre camponeses e latifúndio, verifica-se um conjunto de ações que se erguem como parte das estratégias de resistência e expansão de ambos os modelos de desenvolvimento. Nesse sentido, Fernandes (2008) aponta que o território do camponês e do agronegócio são distintos, possuem relações sociais diferentes e modelos divergentes, estando portanto em constante disputa pela territorialização de suas relações.

Diante desse contexto, as ações do campesinato tem transformado a mesorregião num território de luta camponesa. Esta condição deve-se especialmente à capacidade de resistência principalmente pelas ocupações e conquistas dos assentamentos rurais, pois ao confrontar o monopólio da terra constitui um caminho diferente para o campo. Campo que contempla as peculiaridades culturais da classe trabalhadora camponesa, dos conhecimentos acumulados pelo processo do trabalho e pelas lutas sociais como forma de enfrentamento aos padrões produtivos da monocultura.

Assim, o protagonismo do campesinato é reflexo da capacidade da conquista e defesa da permanência na terra, mas também da manifestação cultural e reprodução social enquanto grupos coletivos. Dessa forma, podemos dizer que a mesorregião revela-se um território de contraposição de ideologias na formação de territorialidades, evidenciadas entre as ações divergentes de materialização do capital, mas também pela luta do campesinato pela conquista da cidadania através da posse da terra. A resistência camponesa à dominação por meio de ações coletivas, tem se mostrado uma estratégia importante de luta contra o funcionamento da economia denominada pelo lucro e pela vontade econômica e política de dominação nesse território.

Como destacado anteriormente, a resistência dos povos indígenas frente aos avanços portugueses em seus territórios nos séculos XVII, XVIII, XIX, e mais recentemente a luta dos sem-terra por uma distribuição equitativa da posse da terra, marcam a mesorregião como território de conflito agrário. Passaremos agora a caracterizar o espaço municipal onde se situa nosso objeto de estudo, o município de Quedas do Iguaçu.

2.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – PR

Quedas do Iguaçu está localizada no Centro-Sul paranaense, abrangendo uma área de 821,503 km². De acordo com o IBGE (2010), o município possui um contingente populacional de 30.605 pessoas, das quais 20.987 são residentes em áreas urbana e 9.618 na zona rural.

Analisando alguns indicadores sociais, constata-se que há grande desigualdade social presente nesse município. Os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal⁸ que

⁸ Elaborado pelo PNUD-ONU, é um índice construído com o objetivo de medir o desenvolvimento humano a partir dos fatores educação, saúde e renda. Varia de 0 (zero) a 1 (um) e apresenta as seguintes faixas de desenvolvimento humano municipal: 0,000 a 0,499 - muito baixo; 0,500 a 0,599 - baixo; 0,600 a 0,699 - médio; 0,700 a 0,799 - alto e 0,800 e mais - muito alto.

tratam especificamente dessas questões, ajudam a compreender essa realidade. Assim, Quedas do Iguaçu com um IDH-M de 0,681, se encontrava no ano de 2010 bem abaixo da média estadual de 0,749, numa posição desfavorável no ranking do IDH-M do estado do Paraná, pois das 399^o posições aparece em 295^o. A proporção de pessoas pobres com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010) quando o salário mínimo⁹ era de R\$ 510,00, correspondia a 20,83% da população (PNUD; IPEA; FJP, 2013). Do mesmo modo, os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o percentual da população nessas condições soma 38,8% do total (IBGE, 2017).

Esse dilema em que se encontra grande parte da população quedense é um forte indício consequente do processo de ocupação do município. O predomínio do latifúndio através da forma como a terra foi apropriada, pode vir a ser uma condição ponderante para a atual realidade, tanto que o índice de Gini de 0,856 revela que a concentração de terra é altíssima, aparecendo no ano de 2011 entre os cinco primeiros municípios do estado com maior concentração fundiária (INCRA, 2011). Os dados representados na tabela abaixo¹⁰, confirmam a discrepância entre as classes de áreas em hectares em relação ao número de imóveis respectivamente, mas também da percentagem de cada lote em comparação com o total de área em hectares. Nesse propósito, constata-se que duas propriedades possuem área acima de 20.000 ha (0,12% do total de imóveis), ou seja, ocupam 53,93% das terras do município, enquanto que as propriedades de 10 a 25 ha que correspondem o maior número de imóveis 40,44%, juntas somam apenas 9,15% das terras do município. Esses dados são ainda mais alarmantes quando contabilizado o número de propriedades que se enquadram nas classes de área abaixo de 100 ha, correspondendo a 96,32% do total, porém ocupam 21,97% das terras.

Tabela (01): Estrutura fundiária do Município de Quedas do Iguaçu – 2011

Classes de área (em ha)	Nº de Imóveis	%	Área (há)	%
Menos de 1	41	2,38	17,6558	0,01
1 a menos de 2	32	1,9	45,1503	0,03
2 a menos de 5	258	15	928,5998	0,74
5 a menos de 10	330	19,17	2.404,61	1,92
10 a menos de 25	696	40,44	11.477,28	9,15

⁹ Lei 12.255/2010. Disponível em: http://www.guiatrabalhista.com.br/guia/salario_minimo.htm

¹⁰ Dados referente ao ano de 2011, seis anos após a criação do Assentamento Celso Furtado, isso indica que a concentração fundiária era ainda maior.

25 a menos de 50	229	13,31	7.802,04	6,22
50 a menos de 100	71	4,12	4.858,65	3,9
100 a menos de 200	30	1,74	3.859,19	3,08
200 a menos de 500	19	1,1	5.673,40	4,52
500 a menos de 1000	8	0,46	5.243,40	4,18
1000 a menos de 2000	3	0,17	4.185,50	3,34
2000 a menos de 2500	1	0,06	2.046,50	1,63
2500 a menos de 5000	0	0	0	0
5000 a menos de 10000	1	0,06	9.229	7,36
10000 a menos de 20000	0	0	0	0
20000 e mais	2	0,12	67.632,60	53,93
Total	1.721	100	125.403,58	100

Fonte: INCRA, 2011

Dados agrupados: autor

Portanto, a superação de tal condição de desigualdades sociais presente no município depende de extensas mudanças na sua base estrutural, onde a distribuição mais equitativa da posse da terra faz parte dessas mudanças. Esta proposição é incontestável quando analisados os acontecimentos históricos que marcaram a formação socioeconômica desse espaço geográfico, no qual a grande propriedade de terras foi o pilar da estrutura econômica e social do município.

Quedas do Iguazu tem sua origem nas políticas governamentais de promover a ocupação populacional por povos não indígenas na mesorregião que era considerada até meados do século XX de vazio demográfico. De acordo com Silva (2002), grande parte das terras que atualmente pertencem ao município estavam sob o domínio da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande que havia recebido a área em forma de pagamento pela construção de ferrovias no governo imperial, quando em 1935 a Cia vendeu o imóvel Rio das Cobras para a Companhia Colonizadora Mercantil Paranaense S. A., que logo firmou convênio com o governo da Polônia com o propósito de povoar a mesorregião com imigrantes poloneses que já residiam no Brasil. A esse fim, foram realizadas propagandas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sobre a existência de terras férteis planas e baratas, portanto acessível aos imigrantes que quisessem possuir terras no Paraná, chamando a atenção e atraindo-os a comprar lotes na referida colônia. Conforme o autor, o primeiro grupo que chegou no município era formado por 80 famílias que viajaram durante meses de caminhões e carroças,

logo que chegaram deram o nome de Jagoda (fruto) simbolizando a esperança na semente que seria semeada em terras novas, sobretudo, que germinasse e produzisse bons frutos.

Assim, o projeto de povoamento e ocupação feito pela empresa colonizadora foi moldando um sistema agrícola de base camponesa, onde os lotes variam entre 10 e 20 ha. Ou seja, relativamente nas mesmas proporções de área em que a colonização do Rio Grande do Sul foi empreendida, baseada em atividades agropastoris em pequenas propriedades familiares, pois ao mesmo tempo em que surgiam estas pequenas propriedades, apareciam também pequenos centros urbanos destinados à prestação de serviços comerciais as famílias ali instaladas (PADIS, 1981).

Para tanto, coube à empresa colonizadora realizar a construção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento da colônia, contendo casa da administração, barracões, farmácia e escolas, da mesma forma, viabilizar o comércio da produção comprando e vendendo nos municípios de Laranjeiras do Sul e Guarapuava. Porém, essa estrutura produtiva desenvolve com maior vigor até 1944 quando a Cia vendeu a área do Imóvel Rio das Cobras juntamente com os lotes demarcados na colônia para José Ermírio de Moraes e Paulo Pereira Ignácio. De acordo com Bernardes (1953), dos 63.004 ha que conformavam o imóvel, mais de 50.000 ha foram repassados a estes senhores. Portanto, apenas 14.894 ha estava designado a colonização, fato que manteve a maior parte da área concentrada.

Conforme Silva (2002), em 1945 José Ermínio de Moraes e Paulo Inácio também transferiram a área para a Companhia Agrícola e Industrial do Iguaçu, passando o nome de Colônia Jagoda para Campo Novo. Todavia, a postura política e administrativa da referida companhia não afetou mudanças somente no nome do lugar, mas também na restrição da venda dos lotes, pois as atividades que pretendiam realizar entre as quais fábricas de celulose e grandes fazendas de agropecuária, na perspectiva da Companhia Agrícola e Industrial do Iguaçu a área ainda era pequena.

Somente em 1968 Campo Novo que até então era distrito de Laranjeiras do Sul, torna-se município pela Lei. 5668 passando a se chamar de Quedas do Iguaçu. Apesar da elevação de distrito a categoria de município, a base produtiva continuou centrado no poder econômico e político da elite agrária, o caso mais notório desse processo foi a formação da Giacomet Marodin¹¹, alguns anos depois de Quedas do Iguaçu tornar-se município.

¹¹ Sobre a história da Giacomet Marodin, será abordada com mais detalhes no capítulo seguinte. Nossa intenção neste primeiro capítulo é contextualizar o processo de formação econômica e social do município de Quedas do Iguaçu, no qual a referida empresa teve forte influência através dos seus sistemas produtivos.

Abrangendo inicialmente uma área de aproximadamente 100 mil hectares, chegou a ser considerada como a maior área composta por pinheiro nativo do mundo, abrigando grande diversidade de fauna e flora (GUBERT FILHO, 2010). Entretanto em poucas décadas foi devastado, substituído por monocultura de Pinus, Eucalipto e Araucária, da mesma forma pela produção agrícola principalmente de soja e milho. Ao relatar a sua trajetória em forma de Linha do Tempo, a Araupel (2017) deixa explícito a introdução das culturas de soja, trigo, milho e arroz em 1973, apenas um ano após o início de suas atividades no município. Seguindo essa linha do tempo, a empresa narra o ano em que foi instalada a fábrica de produtos manufaturados de madeira em 1975. Três anos depois, em 1978 houve a industrialização da erva mate com exportação para o Chile, Uruguai, Argentina e Síria.

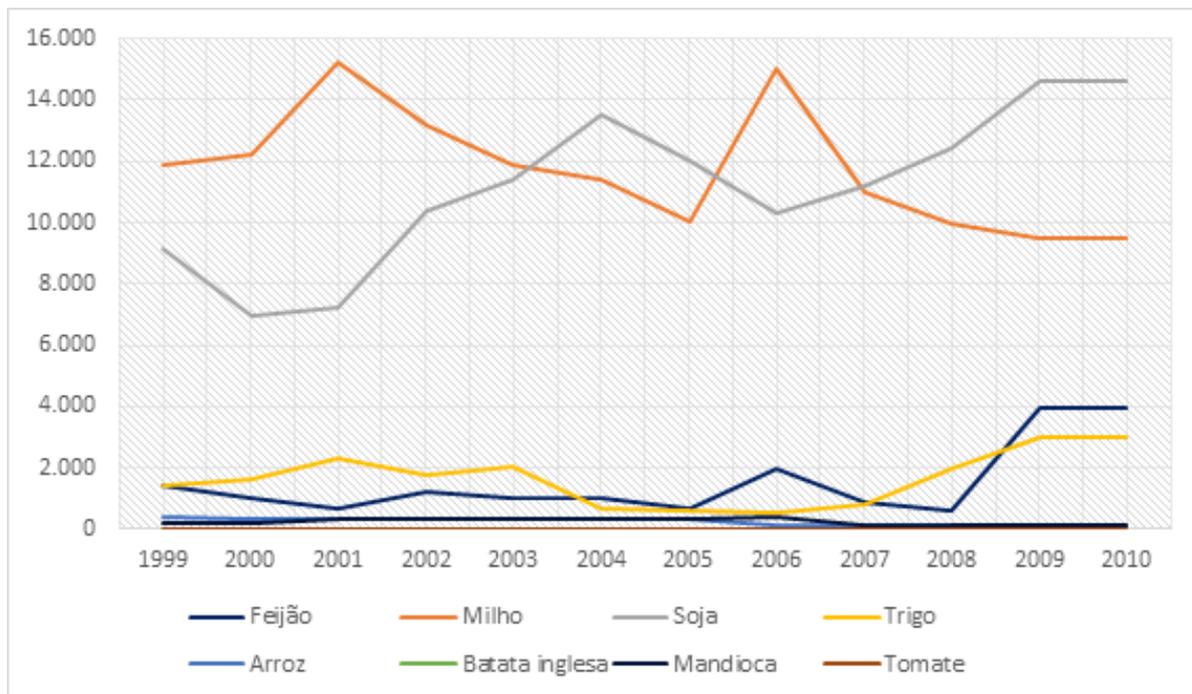
Nota-se porém que a empresa priorizou a atividade madeireira nos anos de 1990, passando a reflorestar parte da área de sua influência com monocultura de florestas plantadas a partir de 1992 (ARAPEL, 2013). Da mesma forma, também opta pela produção de *commodities* agrícolas, haja visto a grande demanda principalmente da soja no mercado internacional. Assim, os sistemas produtivos da empresa destinam-se a partir desse período ao mercado externo. Todavia isto não foi um fato isolado, e sim um redimensionamento das políticas públicas para o campo, ditada sobretudo pela nova ordem econômica mundial em curso a partir da década de 1990. Nessa conjuntura, a abertura econômica visava a atração de capital internacional nos sistemas produtivos brasileiros, para isso as mais diversas regiões e localidades são vistas como possibilidades alternativas para que o capital pudesse adotar uma conduta globalizada.

Analisando os dados referentes às principais culturas que demandam as maiores áreas no município de Quedas do Iguaçu durante os anos de 1999 a 2010, percebe-se um movimento crescente de inserção daquelas destinadas à exportação com destaque para a soja, embora haver um decréscimo da área plantada nos anos de 2004 a 2006. Essa redução de 3.200 hectares, deve-se pela queda de preço depois de bater recordes de valorização histórica da leguminosa no mercado internacional no ano de 2004. Nesse mesmo sentido, a produção de milho teve forte influência da variação de preços da soja, tanto que no gráfico é possível perceber movimentos opostos das referidas culturas.

Por outro lado, há um divisor de águas entre a produção de alimentos e as *commodities* agrícolas. As culturas praticadas principalmente pela agricultura camponesa de baixa tecnologia, como é o caso da produção de arroz, batata inglesa, mandioca e tomate, tiveram uma pequena variação durante os onze anos pesquisados. Fato que leva à conclusão de que essas culturas geralmente destinam-se ao autoconsumo, sendo levado ao mercado somente o

excedente da produção. Numa posição intermediária no gráfico, aparece a produção de feijão e trigo oscilando até o ano de 2007 e 2008 quando têm uma retomada de crescimento nas áreas plantadas

Gráfico (01): Área plantada com as principais culturas durante os anos de 1999 a 2010 no município de Quedas do Iguaçu-PR



Fonte: Deepask, 2018

Dados agrupados: autor

Com a expansão da produção das *commodities* agrícolas no município, acelera-se o uso de agrotóxicos na medida em que novas áreas são incorporadas ao monocultivo. No entanto, esse modelo de desenvolvimento do campo em quedas, é um desencadeamento da estrutura produtiva em curso na mesorregião e no país. De acordo com Delgado (2012), a expansão agrícola no Brasil na primeira década do século XXI, deve-se às cadeias agroindustriais das *commodities* envolvidas com o comércio internacional, o que favorece portanto desde a produção armazenamento e circulação dos produtos em escala mundial, porém esse crescimento pressupõe o aumento das áreas cultivadas e do uso de agroquímicos.

A expansão agrícola da última década, é puxada basicamente pelas cadeias agroindustriais envolvidas com o comércio mundial de *commodities* – produtos primários padronizados e armazenáveis, com mercados organizados à escala mundial. Seu crescimento, no ritmo acelerado em que vem ocorrendo, pressupõe tanto a

utilização do pacote tecnológico dos agroquímicos, quanto a ampliação das áreas cultivadas do tipo monocultura – soja, milho, cana-de-açúcar, florestas plantadas, carnes, etc., principais produtos exportáveis cujo crescimento físico anual no período 2000-2008 varia entre 5 a 9% a.a., em média. (DELGADO, 2012. P. 118).

Observando esses fenômenos ocorridos tanto no município e no país, somente a cana-de-açúcar não ocupa importância significativa na estrutura produtiva de Quedas do Iguaçu, pois se destina basicamente na alimentação do rebanho bovino durante o inverno principalmente nas pequenas propriedades de produção de leite. Por outro lado, atribui cada vez mais o agronegócio como estratégia da renda fundiária como diretriz principal de desenvolvimento econômico. De acordo com o DERAL (2016), o valor bruto nominal da produção agropecuária do ano de 2016, somada com as *commodities* florestais resultam se R\$ 313.455.188,61, confirmando a expansão das atividades ligadas modernização do campo.

Tabela (02) Valor bruto nominal da produção agropecuária-2016 de Quedas do Iguaçu

Tipo de produção	Valor nominal (R\$ 1,00)
Agricultura	107.399.399,55
Florestais	49.890.640,10
Pecuária	49.890.640,10
Total	313.455.188,61

Fonte: SEAB/DERAL

Nota-se assim que, cada vez mais o local está sendo influenciado por mudanças econômicas e tecnológicas. Na realidade, constituem dois pólos de um mesmo processo complexo, exercendo forças de integração e desagregação. Nesse sentido, Buarque (2008) argumenta que com a expansão da economia mundializada, a localidade passa a se constituir uma das principais estratégias de acumulação do capital internacional. Dessa forma, a transição de um novo paradigma de desenvolvimento mundial está associada a um processo acelerado de descentralização econômica que vêm revolucionando as condições de acumulação de capital pela via das escalas regional/local.

Esse novo paradigma torna-se homogeneizador e em plena expansão pelas vantagens encontradas nas diversas regiões do planeta. Porém, isto não quer dizer que a mundialização da economia esteve comprometida com a integração econômica dos espaços mundiais, muitas vezes mostrou-se de forma seletiva e excludente, tendo como expressão principal a competitividade, promovendo portanto a desconexão forçada. Caso característico das desigualdades sociais presentes em Quedas do Iguaçu, decorrentes sobretudo do processo de

formação socioeconômica do município, no qual se priorizou a base estruturante da sociedade a concentração fundiária já relatada anteriormente.

Paradoxalmente ao que está aí, uma outra perspectiva de desenvolvimento vem sendo construída na ótica dos movimentos camponeses, principalmente o MST que por meio das ocupações tem questionado a posse de grandes áreas de terras no município, como é caso da Araupel, assunto que será abordado no capítulo seguinte.

3 A LUTA PELA POSSE DA TERRA NA ÁREA DE DOMÍNIO DA ARAUPEL

Antes de tudo, é relevante esclarecer que parte das informações apontadas neste capítulo são resultado da vivência do pesquisador na luta pela terra na mesorregião desde a primeira ocupação no latifúndio Giacomet-Marodin no ano de 1996. Em relação às informações sobre o Assentamento Celso Furtado, além da vivência na luta pela conquista da área, o documento Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) elaborado pela Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária (COOTRARA), foi um instrumento importante para o resgate histórico.

Nesse sentido, a história da empresa Araupel¹² na Região Centro-Sul do Estado do Paraná inicia-se em 1972 quando dois grupos tradicionais madeireiros do estado do Rio Grande do Sul, a madeireira Giacomet S.A. e Marodin S.A. Exportação, uniram-se formando a Giacomet Marodin Indústria de Madeira S.A. Com o objetivo de se expandir nas regiões Centro-Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná, constituiu-se no maior latifúndio em terras contínuas do Sul do Brasil com mais de 100 mil hectares de terras cobertos quase que em sua totalidade por densas florestas de Araucária e madeira de Lei (ROOS, 2015). No mapa (02) é possível perceber a extensão da área da referida empresa.

Mapa (02): Fazenda Rio das Cobras e Pinhal Ralo – Giacomet Marodin



Fonte: Roos e Fabrini (2012). p. 41

Desde que estabelecida na região, a empresa passou a impactar na economia e na política dos municípios que abrangiam, principalmente em Quedas do Iguaçu onde foi instalado

¹² História da Araupel em: <http://www.araupel.com.br/sobre-nos/historico/>. Acesso em 12 de maio de 2017.

o complexo industrial voltado ao beneficiamento madeireiro. No “Resumo Público do Plano de Manejo” um documento publicado em 2011 pela empresa, consta que a Araupel ocupava 12,85% da área total deste município (ARAUPEL, 2011).

A formação da Giacomet Marodim foi questionada por camponeses pobres que durante processo de modernização do campo na mesorregião, acabaram perdendo suas terras. De acordo com Filgueiras (2001), as primeiras ocupações na área de domínio da empresa ocorreram na década de 1970, porém foram despejados de forma violenta pela milícia privada do latifúndio. Nos anos seguintes houve novamente várias ocupações, todavia desarticulados de outras lutas que ocorriam no território nacional que desencadeariam na formação do MST em 1984, e, diante de um período de repressão aqueles que desafiassem a ordem imposta, foram reprimidos com extrema violência. Segundo o autor, das diversas formas de abusos dos jagunços a serviço do latifúndio, foram a tortura, espancamento e assassinatos. Diante de tudo isso os camponeses viram-se obrigados a desocupar a área.

Mas, as ações de enfrentamento do campesinato pela conquista da terra são retomadas em 1996, desta vez organizados em torno do MST. Durante o ano de 1995 o movimento articulou dois acampamentos nas margens da BR-158, sendo o primeiro localizado entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu e o segundo próximo ao município de Saudades do Iguaçu, ambos com perspectivas de ocupar a Giacomet Marodin. No ano seguinte, diante de uma conjuntura nacional favorável, quando a necessidade da Reforma Agrária passou a ser um tema debatido na sociedade brasileira diante das disparidades sociais, o MST ocupou parte da área na fazenda Pinhal Ralo, localizada no Município de Rio Bonito do Iguaçu.

Figura (01): Ocupação da fazenda Pinhal Ralo em 17 de abril de 1996



Fonte: Sebastião Salgado, 1996.

Essa ocupação com mais de 3.000 famílias significou uma nova perspectiva na luta pela terra tanto na área de domínio da empresa mas também na região, pois o destemor dos trabalhadores rurais organizados desafiaram a ordem imposta depois de décadas de repressão e expropriação. Porém, alguns meses após a ocupação, a milícia armada da Giacomet Marodin numa ação truculenta assassinou os camponeses Vanderlei das Neves de 16 anos e José Alves dos Santos de 38 anos, além dos dois mortos mais quatro camponeses ficaram feridos no dia 17 de janeiro de 1997. Essa represália teve repercussão nacional e internacional vindo a desvendar as diversas ocorrências de atrocidades cometidas pela Giacomet Marodin contra os sem-terra, tanto que imputaram uma imagem negativa da empresa diante da sociedade, sendo a sua razão social alterada para Araupel S. A. no ano de 1997, ainda que para os crimes¹³ cometidos tenham prevalecido a impunidade.

Somente depois de 13 anos após o ocorrido e esgotados os recursos da defesa por oito vezes, os acusados foram absolvidos por falta de provas, pois durante o processo não se associou a ação concreta do fato com a participação dos réus, embora sejam funcionários da Giacomet-Marodin (CARRARO, 2010). Desse modo, não houve resposta do Estado para com estes crimes, pelo contrário, essas situações de impunidade desvelam o comprometimento do

¹³ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/acusados-de-matar-sem-terra-sao-absolvidos-1gf2uheidkp87dmmw79f08gum/>. Acesso em 12 de setembro de 2018.

Estado com o latifúndio, o que alimenta ainda mais a violência contra os camponeses. Assim, a harmonia do referido latifúndio com o judiciário garantiu à Giacomet Marodin/Araupel o acobertamento e a impunidade dos crimes cometidos.

Não obstante a tudo isso, o período em que ocorreu a ocupação era marcado pelo acirramento das desigualdades sociais, pela redução dos direitos trabalhistas e aumento do desemprego como consequências da implantação das políticas neoliberais arquitetadas em nível nacional pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), e na esfera estadual pelo governador Jaime Lerner. Estas políticas priorizavam o sistema financeiro e a privatização de bens públicos, colocando à margem desse projeto de desenvolvimento as questões sociais.

Contraditoriamente, foi também nesse período que houve o fortalecimento do MST com ampliação das suas ações em todo o país e o reconhecimento pela sociedade da importância da Reforma Agrária como instrumento de solução para tais problemas. Segundo Fernandes (2000), foi na década de 1990 que houve a espacialização e territorialização do Movimento, significando uma possibilidade de enfrentamento para milhares de camponeses expulsos e expropriados do campo em decorrência da ordem imposta pela modernização agrícola em curso. Neste sentido, a ocupação da Fazenda Pinhal Ralo que ficava dentro do complexo Giacomet Marodin, significou um marco histórico na luta pela terra na região. A desapropriação¹⁴ de 16,800 mil hectares de terras consolidou o Assentamento Ireno Alves dos Santos com 900 famílias, como o primeiro no latifúndio.

Apesar do número importante de famílias assentadas no Assentamento Ireno Alves, foram muitas as que não conseguiram se fixar permanecendo como excedente, fato que contribuiu para a decisão do MST pela ocupação de nova parcela de terra. Dessa nova ocupação realizada ainda no ano de 1997 resultaria no ano seguinte o Assentamento Marcos Freire, onde foram assentadas 604 famílias em mais dez mil hectares. Então, o grande número de famílias que conformam os Projetos de Assentamento Ireno Alves e Marcos Freire foi a base para que se perseguisse a luta pela Reforma Agrária na região, onde de forma paulatina novas famílias se uniram, possibilitando assim a ocupação de novas terras, fazendo avançar o processo. Um desses casos seria o Assentamento Celso Furtado, que depois de um histórico de sete anos de luta e resistência foi efetivada a arrecadação de 25.038,90 hectares de terra para fins de Reforma Agrária, no dia dez de novembro de 2004.

¹⁴ No dia seguinte à chacina dos camponeses Vanderlei das Neves e José Alves dos Santos, o então Governo Federal Fernando Henrique Cardoso desapropriou 16.800 mil hectares de terras da fazenda para fins de Reforma Agrária.

Porém, a história do Assentamento Celso Furtado¹⁵ marca o seu ponto de partida muito antes de ser oficializado. No ano de 1997 houve a Marcha Popular pelo Brasil, onde trabalhadores do campo marcharam até Brasília em demanda por terra, trabalho e democracia. Nesta ocasião, houve uma grande repercussão perante a opinião pública nacional dada a necessidade da Reforma Agrária no país, fortalecendo dessa forma a luta pela terra na Região Centro-Sul do Estado do Paraná.

Diante dessa conjuntura, nos primeiros meses do ano de 1999 iniciou-se um acampamento às margens da BR-158, entre os Municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguaçu. A base desse acampamento era composta por familiares dos assentados nos primeiros projetos de assentamento da região: Ireno Alves criado em 1997 com 900 famílias e Marcos Freire em 1998 com 604 famílias, aglutinavam-se com outras famílias advindas de diversas regiões do Paraná, de outros estados e também brasiguaios que retornavam do Paraguai (COOTRARA, 2005). De forma paulatina, novas famílias se uniam às já existentes fortalecendo o movimento na luta pela terra, assim esse acampamento permaneceu por quatro meses às margens da BR até que foi novamente ocupada uma área da fazenda Araupel no dia 10 de maio de 1999 por aproximadamente 1.300 famílias. A área ocupada da empresa era conhecida como Bacia, onde havia uma granja de suínos e depósitos de insumos agrícolas, localizada no município de Quedas do Iguaçu.

No entanto, nessa época as ações dos movimentos camponeses principalmente o MST eram consideradas uma ofensa à ordem democrática estabelecida. De acordo com Christoffoli (2012), durante o governo de FHC é instrumentalizada uma ofensiva de criminalização contra o MST, visando conter as ações do principal movimento social de oposição ao governo federal e seus aliados nos estados. Dentre as medidas adotadas estavam: criminalização da luta pela terra com o impedimento de vistorias de áreas ocupadas durante dois anos; punição dos trabalhadores mediante exclusão do processo de reforma agrária caso se ocupassem latifúndios; e a implantação da reforma agrária de mercado via compra e venda de terras. Os desmembramentos dessas medidas afetaram drasticamente a luta pela terra na região e no estado do Paraná.

Os efeitos dessas políticas no Paraná foram visíveis através do modelo de gestão do então governador Jaime Lerner frente ao movimento camponês, tanto que os episódios de

¹⁵ Parte do contexto histórico do Assentamento Celso Furtado foi baseado em Marcelites (2017), obra intitulada de “Agroecologia e o processo pedagógico no Colégio Estadual do Campo Chico Mendes, Assentamento Celso Furtado, Quedas do Iguaçu – Pr.

repressão contra a luta pela terra no estado eram manchetes nos principais jornais¹⁶ do país. Diante de tal situação, as famílias do acampamento da Bacia eram frequentemente ameaçadas de despejo quando muitas delas desistiram do movimento, conseqüentemente enfraquecendo a luta pela terra na área. Diante desse contexto, a fim de combater o ímpeto repressivo do estado por meio do sistema judiciário, o MST organizou outro grande acampamento¹⁷ novamente na BR 158 entre os municípios de Laranjeiras do Sul e Rio Bonito do Iguçu durante os primeiros meses do ano de 2003. A estratégia de massificar a luta contra o latifúndio ocupando outra área de terra ocorreu no dia 12 de julho do corrente ano com cerca de 2.300 famílias.

A ocupação ocorreu em uma área conhecida como “silo” onde havia uma grande estrutura de secagem e armazenamento de grãos, localizado a cerca de seis quilômetros da cidade de Quedas do Iguçu. Esta ocupação massiva foi estrategicamente organizada, pois além de pressionar a desapropriação da área, ocorreu num momento em que estava prevista a reintegração de posse da Bacia, evitando tal ação. Nos meses seguintes, várias famílias provenientes de outros acampamentos da região se somaram ao acampamento do silo, para pressionar o processo de desapropriação da área. A partir desse período, muitas ações foram realizadas em conjunto entre os dois acampamentos em caráter de protesto e de reivindicação visando acelerar o processo de desapropriação. Até que na data de 05 de outubro de 2005 a propriedade de 23.733,58 hectares foi arrecadada para fins de Reforma Agrária por decisão judicial proferida pelo Juiz Federal Eduardo Appio da 3ª Vara Federal de Cascavel, concedendo liminar ao INCRA, dando ao órgão a posse provisória da área (COOTRARA, 2005).

O despacho do juiz foi dado após visita de inspeção na área reivindicada pelo MST. Na visita o magistrado observou as formas de organização social das famílias, quando as condições precárias de sobrevivência destas chamou a atenção do juiz no desfecho final envolvendo a Araupel e o INCRA. Em seu despacho relatou que "o regime atual no qual os cidadãos brasileiros que lá se encontram aguardando uma solução política para este importante problema ofende, sob meu ponto de vista, o princípio da dignidade da pessoa humana, pois lhes submete a um regime provisório, que, em alguns casos, já ultrapassa cinco anos¹⁸".

¹⁶ Matéria editada pela Gazeta do povo em 06 de junho de 2012 sobre a indenização da família do sem-terra Antônio Tavares morto durante operação da PM do Estado do Paraná em maio de 2000 em Campo Largo. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Desktop/para%20pedro/Fam%C3%ADlia%20de%20integrante%20do%20MST%20morto%20receber%C3%A1%20R\\$%20120%20mil%20de%20indeniza%C3%A7%C3%A3o%20_%20Gazeta%20do%20Povo.html](file:///C:/Users/User/Desktop/para%20pedro/Fam%C3%ADlia%20de%20integrante%20do%20MST%20morto%20receber%C3%A1%20R$%20120%20mil%20de%20indeniza%C3%A7%C3%A3o%20_%20Gazeta%20do%20Povo.html). Acesso em 14 de março de 2018.

¹⁷ Esse acampamento recebeu o nome de José Abílio dos Santos em homenagem ao trabalhador sem-terra vítima fatal por atropelamento de automóvel.

¹⁸ Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/para%20pedro/Segundo%20cap%C3%ADtulo/Incra%20recebe%20posse%20de%20>

Dessa forma, a conquista do assentamento significou mais que uma conquista da terra, uma conquista política histórica. A estratégia do Movimento em realizar várias ocupações na mesma área foi fundamental para o desfecho final em favor das 1.095 famílias que foram assentadas. Como extensão do P.A. Celso Furtado, e todavia no mesmo contexto de luta, 69 famílias foram assentadas no Assentamento 10 de Maio localizado no município de Rio Bonito do Iguaçu. As terras que conformam este assentamento estavam também sob o domínio da empresa Araupel, sendo arrecadadas juntamente com a área que deu origem ao Assentamento Celso Furtado.

Quando o Incra pleiteava na justiça a posse da área do Assentamento 10 de Maio, um grupo de famílias independente que se intitulavam de “bandeira branca”, ocuparam a referida área em litígio. Porém, realizados os procedimentos legais, foram assentadas 60 famílias provindas dos acampamentos do Silo e da Bacia e 09 famílias daquelas ocupantes vinculadas ao grupo denominado bandeira branca que estavam acampadas na área de 1.305,3244 hectares do futuro assentamento.

Vale ressaltar que a luta pela conquista dos assentamentos citados percorreu mais de seis anos. No caso específico do acampamento da Bacia, as famílias resistiram a várias tentativas de despejo, o que possibilitou a conquista da área da Araupel, empresa que naquele período era premiada¹⁹ pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná por estar no ranking das 100 maiores empresas exportadoras do Estado, dentre as 20 maiores exportadoras do setor de madeira do país e pertencer ao grupo das maiores 300 empresas do Sul.

Embora seja grande o poder econômico e político da Araupel, a luta contra esse latifúndio não para por aí. Com cerca de 600 famílias excedentes dos P.A. Celso Furtado e 10 de Maio, o MST realiza a ocupação de duas áreas localizadas no mesmo município de Quedas do Iguaçu, as fazendas Agropecuária Três Ellos e Dona Hilda, ambas integradas ao título de propriedade do imóvel Rio das Cobras, sob domínio da madeireira Araupel, porém as posses dessas áreas pertenciam a particulares que tinham grau de parentesco e de amizade com as famílias Giacomet e Marodim. No entanto, numa manobra política adversa à Reforma Agrária, as famílias acampadas na fazenda Dona Ilda foram despejadas, sendo obrigadas a retornarem para o Silo. Todavia, anos mais tarde formaram a base das novas ocupações que surgiram nos

20% C3% A1rea% 20da% 20Araupel% 20-% 20Folha% 20de% 20Londrina% 20-% 20O% 20Jornal% 20do% 20Paran% C3% A1% 20-% 20Brasil.html]. Acesso em: 13 de janeiro de 2018.

¹⁹ Disponível em: <http://www.araupel.com.br/araupel.php?sessao=77>. Acesso em 13 de março de 2017.

últimos anos na área da Araupel, enquanto que as famílias acampadas na fazenda Três Ellos resistem na área há mais de 13 anos.

Passados dez anos de conquista do Assentamento Celso Furtado em novembro de 2004, o movimento entendia que a conjuntura política possibilitaria novamente outra ação massiva, denunciando que as atuais terras da empresa têm um histórico de grilagens e assassinatos na região. Nesse propósito, foi realizado um acampamento numa área comunitária do Assentamento Ireno Alves, aproximadamente dez quilômetros do local desejado para a ocupação, quando então no dia dezessete de julho de 2014 mais de duas mil famílias ocuparam novamente outra parte da área da Araupel localizada no município de Rio Bonito do Iguaçu.

Figura (02): Ocupação da Fazenda Pinhal Ralo - Araupel



Fonte: PCdoB, 2014

De acordo com o Portal Vermelho ligado ao MST, logo que as famílias se estabeleceram na área, houve uma intensa campanha difamatória²⁰ da empresa em conluio com os meios de comunicação acusando os sem-terra de quererem roubar madeira, na tentativa de deslegitimar a luta dos camponeses. Ao contrário da imagem pejorativa que a empresa tentava colar no movimento, os trabalhadores iniciaram o cultivo de gêneros alimentícios e a criação de pequenos animais para o consumo próprio em 200 hectares, recuperando variedades de

²⁰ Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/245740-8>. Acesso em: 15 de março de 2018.

sementes crioulas utilizando sistemas de controle biológico. Da mesma forma que a produção foi considerada um setor importante para famílias acampadas, a educação era uma necessidade, em alguns meses depois da ocupação a escola já estava pronta para receber as crianças e jovens desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, e ainda turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA). É importante ressaltar ainda que esse acampamento denominado de Herdeiros da Terra de 1º de Maio, a maior parte das famílias tem origem na luta pela terra na própria área da Araupel. Muitos acampados são filhos de assentados da região.

Dando continuidade a luta, no ano de 2015 o MST realiza outro acampamento em Quedas do Iguaçu com cerca de 1500 famílias, o local estratégico para os primeiros seis meses ocorreu numa área do Assentamento Celso Furtado, aproximadamente quatro quilômetros do centro urbano do município e quinze do local da ocupação do latifúndio. As famílias e jovens oriundas do próprio município e do Assentamento Celso Furtado, ocuparam na madrugada de seis de julho de 2015, parte do latifúndio da empresa conhecido como projeto quatro uma área de monocultura de pinus.

Figura (03): Acampamento Dom Tomás Balduino – Quedas do Iguaçu



Fonte: Joka Madruga, 2015

Depois da ocupação, é de prática que as famílias construam escolas, barracões de reuniões, horta comunitária, enfim, a infraestrutura pertinente à dinâmica de luta do movimento. Dessa forma, durante os primeiros nove meses realizaram tarefas coletivas mas também ações de reivindicação pela desapropriação da área. Como desmembramento desse acampamento denominado Dom Tomás Balduino, cerca de 700 famílias ocuparam outra área,

a fazenda Dona Ilda que era integrada ao título de propriedade do imóvel Rio das Cobras, sob domínio da madeireira Araupel, e que tinha sido ocupada por excedentes do Assentamento Celso Furtado em 2005, já mencionado anteriormente. No entanto, essas ações causam mal estar político nas autoridades estaduais, com um agravante do poder político e econômico da referida empresa perante o Estado.

O clima ficou cada vez mais tenso quando um representante do Estado de Direito e responsável pela Segurança Pública do Estado, remete para Quedas do Iguaçu viaturas blindadas e soldados treinados em combate sob o pressuposto de estabelecer a ordem e a democracia aos cidadãos do município. Nesse cenário, o episódio marcante na luta pela terra na região ocorreu na data de sete de abril de 2016, quando os sem terras Vilmar Bordin de 44 anos e Leonir Orback de 25 foram assassinados pela polícia militar e guardas armados da empresa. Segundo relatos de integrantes dos sem-terra para o jornal Brasil de Fato²¹, um grupo realizava vistoria de rotina nas proximidades do acampamento visando a segurança das famílias quando foram emboscados. Além das duas vítimas fatais ficaram feridos mais seis trabalhadores rurais sem terras. Ainda de acordo com o referido jornal, este cenário reflete parte do clima de tensão que nasce na luta pelo acesso à terra e contra a grilagem na região. Sendo assim, a origem do conflito tem relação com o surgimento dos acampamentos nas áreas em que funcionam as atividades da madeireira, exportadora de pinus e eucalipto.

Da mesma forma que a estratégia de violência e intimidação contra o movimento, a criminalização e encarceramento de dirigentes têm sido fatos recorrentes na região. Logo após o episódio dos assassinatos dos sem terras, a conduta do governo do Estado do Paraná para enfrentar o MST foi de buscar atingir a imagem do movimento perante a sociedade. Batizada como Operação “Casta” que traduzido do latim significa latifúndio, vários dirigentes foram presos em três estados brasileiros sob pretexto de participarem de uma organização criminosa. Ao contrário de atuar como defensor dos direitos humanos, o Estado interfere diretamente para favorecer o latifúndio. Porém, as mortes dos militantes do MST causam constrangimento para o governo, tendo em vista que as ações que vitimaram os trabalhadores ofendem os princípios da dignidade da pessoa humana, sobretudo quando patrocinada contraditoriamente pelo principal ator que deveria zelar pelo principal direito estabelecido na constituição, que é o direito à vida.

21

Disponível em: file:///C:/Users/User/Desktop/para%20pedro/Segundo%20cap%C3%ADtulo/Emboscada%20a%20Acampamento%20Do%20MST%20No%20Paran%C3%A1%20Deixa%20Dois%20Mortos%20E%20V%C3%A1rios%20Feridos%20_%20Brasil%20de%20Fato.html. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

Diante de tudo isso, a conduta adotada pelo governo para enfrentar o MST, vislumbra um reflexo do panorama nacional de desmonte do Estado Democrático de Direitos que avança com avidez e celeridade para garantir as benesses econômicas das elites agrárias, por outro lado, sufoca a qualquer custo a luta dos povos que reivindicam o cumprimento dos direitos previstos na Constituição Federal. Dessa forma, as duas estratégias de combate ao MST seja pelo massacre ou pela tentativa de descaracterizá-lo como movimento social perante a opinião pública visando enquadrá-lo como um movimento criminoso que realiza ações fora da lei, são os resultados da escalada de criminalização contra movimentos sociais.

Apesar disso, a resistência é uma característica do movimento. Atualmente mais de 3.000 famílias aguardam decisão final da questão da terra envolvendo o INCRA e a Araupel. Em 2017, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) de Porto Alegre, levou a julgamento o processo que envolve o pedido de decretação de nulidade nas áreas em litígio. Por quatro votos a um, o colegiado entendeu que os títulos dos imóveis de domínio da referida empresa pertencem à União, porém não esgotados todos os recursos a madeireira poderia recorrer da decisão. De acordo com o jornal Brasil de Fato²², o movimento sem-terra há mais de 20 anos vem resistindo a opressão cometida pela empresa, tendo em vista das denúncias dos camponeses de ilegalidade da área. Desde as primeiras ocupações quatro trabalhadores foram assassinados e vários feridos e presos. Por outro lado, a luta dos camponeses tem proporcionado a democratização do acesso a terra, sendo assentadas 2.668 famílias em situação definitiva em 51.838 hectares nos quatro projetos de assentamento (Ireno Alves, Marcos Freire, Celso Furtado e 10 de maio). Soma-se a estes, os futuros assentamentos Vilmar Bordin e Leonir Orback. De acordo com o INCRA, em março de 2016 foi imitado a posse dos imóveis rurais Dona Hilda e Três Elos, ambos localizados no município de Quedas do Iguaçu e faziam parte do título de propriedade do imóvel Rio das Cobras e do complexo Araupel. Dessa forma, a aquisição dos imóveis é resultado de Ações Civis Públicas propostas pela União e Incra de nulidade do título Rio das Cobras, pois as referidas áreas já tinham sido ocupadas por excedentes do Assentamento Celso Furtado em 2005. Porém, alguns meses após a ocupação da fazenda Dona Ilda, as famílias foram despejadas, tornando-a ocupá-la novamente em 2015. Enquanto aquelas que ocuparam a Três Ellos permanecem na área há mais de 12 anos. Com as emissões das posses dessas áreas, o Incra procederá com a implantação dos novos

²² Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/08/02/trf4-decide-pela-nulidade-dos-titulos-da-empresa-araupel-no-parana.html>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

assentamentos para atender aproximadamente 350 famílias de trabalhadores rurais em 3,7 mil hectares.

Nesse sentido, a luta do campesinato pela posse da terra na área de domínio da Araupel deve-se em especial a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que nas últimas décadas tem pautado na sociedade a urgência e necessidade da democratização da terra. Em vista disso, o Assentamento Celso Furtado é a maior conquista do movimento diante do latifúndio, o qual se vislumbra outras formas de organização social e econômica. Nesse propósito, no item a seguir focaremos a lente analítica para este assentamento buscando contextualizar o processo transitório da organização social dos acampamentos que deram origem ao assentamento, bem como os aspectos políticos e econômicos.

3.1 TRANSIÇÃO DOS ACAMPAMENTOS AO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO: ASPECTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS

De acordo com Marcelites (2017), as famílias acampadas que deram origem ao Assentamento Celso Furtado está vinculada à organização do MST no Estado do Paraná. Na prática, isto quer dizer que o elemento de referência na estruturação social era a unidade familiar, onde a cada dez famílias formava um grupo, também chamado de grupo de base. A união de cinco grupos formava uma brigada de 50 famílias. Nessa mesma lógica, a composição de uma brigada de quinhentos, era formada por dez grupos de 50 famílias. Esta forma de organização social permanece no assentamento, no qual as 1095 famílias assentadas fazem parte de duas brigadas de quinhentos, compondo a Mao Tse Tung²³ (acampamento José Abílio dos Santos ou Silo), e a brigada Padre Josimo Tavares²⁴ (acampamento Dez de Maio ou Bacia).

Sendo, portanto, uma característica própria da mobilização do MST, esta organização permitiu ampla participação das pessoas nas discussões e negociações referentes à luta. Além de fortalecer a participação da base nas discussões e decisões, revigora a força provinda das relações comunitárias, tanto que favoreceu a ordenação da produção realizada no período dos acampamentos. O Trabalho coletivo entre os núcleos de base e nas brigadas de 50 famílias, foi essencial para o cultivo de lavouras em parcelas da área ocupada que correspondia a 120 hectares. Sendo geralmente destinado a comercialização, era realizado por meio da

²³ Em homenagem ao líder revolucionário comunista chinês.

²⁴ Em homenagem ao sacerdote católico brasileiro, coordenador da Comissão Pastoral da Terra que foi assassinado a mando de fazendeiros por defender os trabalhadores rurais, no Estado de Tocantins no ano de 1986.

mecanização e do uso de insumos químicos e sementes híbridas, produzindo basicamente soja, milho e feijão.

Vale ressaltar que essas primeiras experiências de cooperação ainda no período dos acampamentos ocorreram pela necessidade de permanência na luta pela terra na área, quando se construía as estruturas organizativas do movimento em brigadas e núcleos, vindo a contribuir na participação do grande número de famílias nas discussões acerca das questões referentes à luta. Assim, a participação da base nas discussões e decisões fortalecem as relações comunitárias do modo de vida e trabalho dos grupos.

Porém, pelo fato de não serem ainda assentados de forma definitiva, não havia financiamentos públicos devido às circunstâncias em que se encontravam, então eram submetidos aos financiamentos das próprias empresas cerealistas da região. Na base de troca, as empresas fornecem os insumos e sementes, e os camponeses ficavam condicionados ao pagamento na colheita, e em contrapartida entregavam toda a produção na mesma cerealista. Isto também ocorria com eventuais débitos contraídos com horas máquinas, onde os pagamentos eram realizados com a venda da produção.

Esta forma de produção coletiva, realizada sobretudo nos ditames da agricultura convencional e voltada para o mercado, tinha como objetivo proporcionar aos camponeses uma renda que lhes permitissem a permanência nos acampamentos. Nesse mesmo sentido, também usufruíram de uma área de aproximadamente 6.000 m², onde cada unidade familiar produzia alimentos necessários à manutenção do grupo no período de luta pela conquista da terra. Assim, esta produção baseava-se em tubérculos, milho, arroz, feijão, enfim, gêneros alimentícios de necessidade básica. Da mesma forma, em espaços reduzidos dentro dos acampamentos, foram construídas hortas orgânicas comunitárias destinadas à produção para o auto consumo, sendo basicamente tubérculos, verduras e legumes. Como mostra a figura abaixo:

Figura (04): Horta comunitária no Acampamento do Silo



Fonte: COOTRARA, 2005

Conforme relata Marcelites (2017), a tecnologia utilizada na produção orgânica se caracterizava pelo uso de tração animal e sementes crioulas. Tendo maior participação dos jovens e mulheres enquanto planejadores e organizadores dos sistemas de produção familiar, enquanto que no trabalho da produção de grãos, os responsáveis eram geralmente os homens, tanto os jovens como os adultos.

No caso específico do acampamento da Bacia onde as famílias permaneceram por seis anos acampadas, a produção além de ser destinada ao mercado, e parte para o autoconsumo produzida na horta comunitária, também houve uma primeira experiência em cultivo orgânico. Utilizando-se de técnicas agroecológicas de recuperação e fertilidade do solo, um grupo de agricultores substituíram insumos, sementes híbridas e fertilizantes químicos por outros naturais em cultivos de auto sustento, usando esterco de aves, suínos e bovinos que eram criados aos arredores do acampamento.

Desse modo, a luta dos acampados ocorreu pela permanência das famílias nos acampamentos e sobretudo pela conquista da terra. Estas diversas formas de produção de fato favoreceu o desfecho final favorável ao conjunto da organização. Assim, esta condição deve especialmente à capacidade de luta e estratégia dos trabalhadores, desde a ocupação até a conquista do assentamento posteriormente.

Esta forma de organização social baseada na cooperação foi reforçada durante o processo de elaboração do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento). Nesse sentido, o documento foi elaborado coletivamente entre os técnicos²⁵ da COOTRARA (Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária) e os acampados no que diz respeito aos projetos que seriam desenvolvidos, abrangendo desde a instalação das famílias até a consolidação do assentamento. A esse fim, pautou-se numa metodologia participativa e auto mobilização dos grupos sociais, de modo a proporcionar o direito nato destes de opinar e de participar nas iniciativas de desenvolvimento local. Visava motivar e capacitar os sem-terra para o estudo e a análise das suas oportunidades de desenvolvimento e dos obstáculos que se opõem, para a identificação de objetivos comuns buscando colocá-los em prática.

De acordo com o relatório da cooperativa, a elaboração do plano esteve dividida em duas etapas: a primeira de diagnóstico e a segunda de planejamento. Na fase de diagnóstico, foram aplicados questionários a cada uma das famílias acampadas, procurando obter o levantamento completo dos dados socioeconômicos, além da obtenção dos dados referentes ao município e à região. Ao mesmo tempo em que era realizado o diagnóstico com as famílias, profissionais das áreas territorial e ambiental realizaram diagnóstico do ambiente natural, sendo necessário percorrer a área do P.A. Celso Furtado em toda sua extensão para avaliar as condições de solos, relevo, recursos hídricos, vegetação e fauna. Esse diagnóstico revelou a realidade dos aspectos sociais, físicos e ambientais. A partir desse estudo, foi possível indicar a caracterização do parcelamento das unidades familiares: número de lotes e tamanho; localização; o cumprimento das exigências da legislação ambiental, entre outros.

Na sequência, foi realizada uma etapa de discussão da organização territorial da área, a fim de compor o plano de ação para o desenvolvimento do assentamento. Nessa mesma etapa, foi realizado um período de formação com as famílias sobre as possibilidades e os limites do PDA, sendo realizados Seminários envolvendo os dois acampamentos, o Dez de Maio (Bacia) e José Abílio dos Santos (Silo). As atividades visavam planejar a organização territorial da área no que tange aos sistemas produtivos, sociais e ambientais e foram conduzidas pela equipe técnica em parceria com instituições como a WWF – Brasil, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Secretaria Especial do Meio

²⁵ Grupo de profissionais das áreas da agricultura, meio ambiente e educação, todos vinculados a Associação Camponesa de Cooperação em Reforma Agrária, juntamente com membros do corpo técnico do INCRA.

Ambiente (SEMA) e o Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO).

Tendo como princípio o fortalecimento da agricultura camponesa, a caracterização dos sistemas produtivos resultou de diversas formas. Primeiramente, o cultivo de espécies florestais devido à grande concentração de madeira para reflorestamento: pinus; pinus ralo; araucária; eucalipto; experimentos²⁶ e toco, os quais ocupavam uma área equivalente a 23,2% do assentamento. As discussões realizadas na elaboração do PDA indicavam o manejo sustentável nestas parcelas, seja por meio do corte e replantio, ou ainda pela forma de criação de abelhas e extrativismo. Através do estudo de campo, constatou-se que nestas áreas em comparação com as demais espécies florestais, localizavam-se em solos férteis, profundos e relativamente planos, havendo, portanto, necessidade de manejo sustentável dessas áreas de reflorestamento, a fim de garantir o estabelecimento da qualidade ecológica e da sucessão natural a partir dos sub-bosques.

Nos lotes onde havia predominância de pinus adulto num estágio de corte, os assentados poderiam optar pela alternativa de extração de resina das árvores, ou pela retirada total da espécie florestal de acordo com a orientação da equipe técnica, num processo paulatino que levaria vários anos. Quando realizado o estudo de campo os vegetais encontravam-se com idade entre 18-19 anos e outra pequena área com idade de 8 anos, onde ambos tinham ciclo de corte projetados para 20 anos, porém no estudo de campo os técnicos propuseram ciclo final para 32 anos que se encerrava em 2018 para os pinus mais antigos e em 2029 para os mais novos²⁷. Assim, ficou estabelecido as operações a serem realizadas no primeiro ano, as quais definiu-se ao corte de 2,5 hectares por lote para suprir as necessidades imediatas das famílias, e da abertura de espaços para a construção da infra-estrutura básica, como as casas, galpões entre outros. A partir daí, a cada ano deveria ser cortado 01 hectare em média por lote. Para as demais áreas que compunham pinus (desbastado e toco²⁸), eucaliptos e experimentos poderiam ser convertidas em outras atividades produtivas de acordo com a definição das próprias famílias e com a orientação da equipe técnica.

²⁶ Totalizando 72,45 hectares, foram implantadas várias espécies até o ano de 1999 pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Centro Nacional de Pesquisas Florestais (EMBRAPA – CNPF), com o objetivo de produção de sementes florestais.

²⁷ Na metodologia da equipe técnica responsável pela elaboração do PDA, priorizou-se divisão dos lotes uma mescla de pinus em diferentes estágios de crescimento, mas também de áreas nativas, possibilitando assim o desenvolvimento de várias atividades produtivas.

²⁸ Área de corte raso dos vegetais.

Nesse mesmo sentido, os lotes compostos com araucária deveriam ser objeto de plano específico de manejo para cada família assentada, e executadas com o auxílio da equipe técnica, todavia preferencialmente manejadas com sistemas agroflorestais, silvipastoris, apicultura e produção de subprodutos florestais. Entretanto a autorização para o corte deveria seguir rigorosamente as orientações dos órgãos ambientais e do Inca. Embora que não fosse restringido o corte, haveria contudo a necessidade de seguir o plano de manejo, em especial nas situações em que os lotes apresentavam mais de 50% de suas áreas cobertas com araucária, sendo assim, essa estratégia de manejo e o cronograma de corte deveriam atender os critérios que se restringiam pelas necessidades das famílias e a idade dos talhões, conforme projeto elaborado pela equipe técnica.

O programa visava aferir rendas alternativas aos agricultores por meio de atividades inovadoras e potenciais, de acordo com as características da região. Como exemplo: a apicultura; a implantação de sistemas agroflorestais; do cultivo da erva-mate; de espécies frutíferas típicas da região; da manutenção de indivíduos de araucária para obtenção do pinhão e plantas medicinais típicas da formação florestal. Ainda, os subprodutos florestais poderiam se constituir em fonte de renda para as famílias, como a utilização de folhas, galhos, sementes e frutos para o artesanato.

A área destinada aos lotes coberta por vegetação nativa em estágio inicial, médio e avançada correspondia a 27,9%. De acordo com os estudos apresentados, nas unidades de paisagem onde a vegetação nativa se encontrava num estágio inicial, seria possível implementar e desenvolver atividades de exploração agroflorestal que poderiam gerar renda para as famílias assentadas, mas caso o agricultor não optasse por essa atividade, poderia realizar a sucessão vegetal das áreas destinando-as para outros fins. Para as situações onde havia vegetação nos estágios médio e avançado, era restringida a sucessão das áreas, visto a necessidade de preservação desses remanescentes de vegetação nativa. Nos casos em que os lotes possuíam fragmentos com mata nestes estágios, deveriam ser manejadas sustentavelmente com auxílio de técnicos especializados da ATER e das famílias assentadas nessas áreas.

Outra parte que compreendia a 48,9% da área do assentamento foi identificada pelo diagnóstico ambiental como as terras mais planas e de solos mais férteis, propícias para a produção de grãos. Nessa área resultaria dois sistemas produtivos diferentes, sendo a maior quantidade destinada a produção convencional dado o número de famílias que optaram por esse sistema. Outra parte da área totalizando 109 lotes, foi reservada para as famílias que mostraram interesse em produzirem de forma orgânica. Sendo 87 delas pertencentes ao acampamento José

Abílio dos Santos (Silo) e 22 do Dez de Maio (Bacia), as quais firmaram acordos coletivos a serem cumpridos na produção.

Além da assistência técnica para essas famílias, foi previsto a construção de uma Escola Tecnológica em Agroecologia que contemplasse a capacitação profissional nas áreas de desenvolvimento tecnológico da reforma agrária, tanto do assentamento Celso Furtado mas também do conjunto de assentamentos da região. Localizado na comunidade Renascer e em local reservado exclusivamente para tal finalidade, deveria conter salão com capacidade para quinhentas pessoas, dormitórios, centros de informática, biblioteca, área para ciranda infantil, área para lazer e práticas agroecológicas.

O restante da área agrícola ficou reservada a prática da agricultura convencional. Assim, a determinação das diversas atividades produtivas, deu-se pelas características e potencialidades da região e do lugar, elaborado e encaminhado a partir dos debates com as famílias no Plano de Desenvolvimento do Assentamento. Dessa forma, o processo de escolha de cada assentado pela forma de produção a ser desenvolvido no Assentamento foi pela afinidade dessas atividades.

Finalmente, os dados sistematizados e tabulados foram apresentados às famílias para que tomassem ciência das potencialidades e limitações do Projeto de Assentamento, o que gerou uma certa insatisfação com o resultado de alguns itens do documento, principalmente no que diz respeito ao número reduzido de famílias a serem assentadas. Com 1753 famílias acampadas entre os dois acampamentos, das quais 620 na Bacia e 1133 no Silo, o estudo revelou que a área comportaria apenas 1095 famílias em 11.875,68965 hectares, como mostra a tabela abaixo:

Tabela (03): Composição, área e porcentagem dos lotes do P.A Celso Furtado

Composição	Área (ha)	%
Lavoura	5.807,0583	48,90
Vegetação nativa inicial	2.462,05904	20,73
Vegetação nativa média	822,42194	6,93
Vegetação nativa avançada	33,34221	0,28
Pinus sem desbaste	1.429,82967	12,04
Pinus Ralo	386,85178	3,26
Araucária	710,65210	5,98
Eucalipto	149,87717	1,26

Experimento	38,08745	0,32
Toco	35,50995	0,30
Total	11.875,68965	100

Fonte: COTRARA, 2005

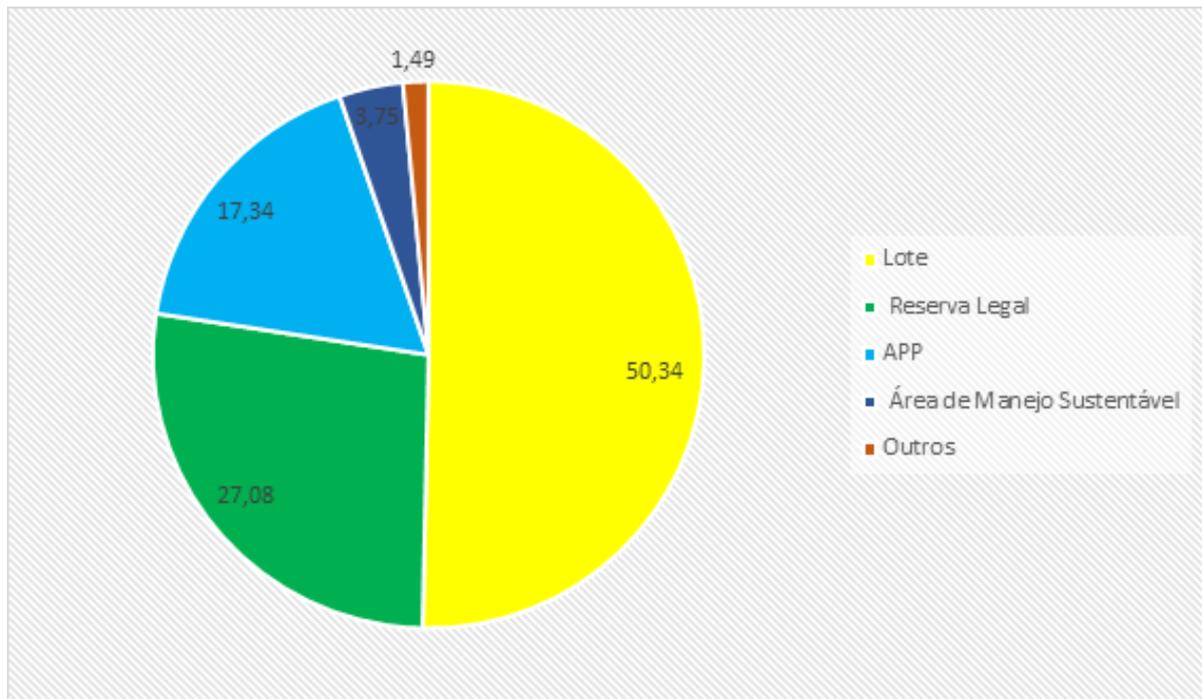
Dados trabalhados: Elder José Marcelites

O estudo de campo revelou ainda que dos 23.733,58 hectares arrecadadas pela União para fins de Reforma Agrária, somente 11.875,68965 seriam destinadas para o parcelamento dos lotes, ou seja, 50,34% da área total. O restante das 11.857,89035 hectares estariam comprometidas com RL (Reserva legal), APPs (Área de Preservação Permanentes), AMS (Área de Manejo Sustentável); estradas; comunidades; reservatórios de água, afloramentos de rochas, o que compoñham 49,66% da área. A partir dessa configuração territorial, o grande questionamento levantado pela comunidade foi justamente a quantidade reduzido de lotes, visto o número elevado de famílias que ficariam excedentes do processo.

Sendo assim, esta proposta de ocupação causou um certo descontentamento e ao mesmo tempo desconfiança, pois ao contrário que previa a proposta inicial do plano sua versão final não condizia com a realidade. Diante de tudo isso, a divisão dos talhões²⁹ de área onde os grupos familiares de cada acampamento seriam assentados ocorreu mediante questionamentos. Se por um lado, as lideranças do Acampamento do Silo reivindicavam uma divisão igualitária dos lotes, por outro, as lideranças do Acampamento da Bacia argumentavam que o tempo em que as famílias permaneceram acampadas seria o elemento indispensável no processo de seleção, fato que provocou uma certa divisão entre os mesmos. Precedido a última proposta, foram assentadas 491 das 1133 remanescentes do Silo e 604 das 620 da Bacia. Na figura abaixo é possível visualizar a proposta de ocupação territorial futura do assentamento, em relação às outras áreas estabelecidas no PDA como inapropriadas para lotes.

Gráfico (02): Composição territorial do Assentamento Celso Furtado

²⁹ Divisão de área do assentamento em que seriam assentadas as famílias de cada acampamento. Esta divisão dos talhões ocorreu mediante reunião com as lideranças e INCRA.



Fonte: COOTRARA, 2005

Dados trabalhados: Elder José Marcelites

Embora que a Reserva legal mínima exigida por lei seja de 20%, no PA Celso Furtado foi definido que seria de 6.406,44 hectares como forma de reserva legal averbada, ou Corredor da Biodiversidade que correspondia a 26,99% da área, sendo composta por áreas nativas e plantios comerciais de madeiras. Da mesma forma, ficou acordado entre as famílias acampadas e as instituições que participaram da elaboração do PDA, a criação de uma Área de Manejo Sustentável com 889,24 hectares ou 3,75% da área do assentamento, sendo um espaço coletivo de todas as famílias assentadas, destinado à conservação ambiental associada com geração de renda.

Para tanto, seria prioridade que fossem implantados nesse ambiente Sistemas Agroflorestais, desenvolvimento de turismo rural, educação ambiental, trilhas educativas, realização de pesquisa e experimentação popular. Todos esses programas sugeridos pelo PDA, a sua execução estaria vinculada ao acompanhamento da equipe de técnicos (ATES), juntamente com as famílias. Assim, a AMS poderia ser utilizada como complementação de renda das famílias advinda destas atividades, estaria também de acordo com as orientações e entendimento do INCRA e do Ministério Público Federal de que parte do valor pago pela indenização da área de floresta comercial, estivessem preservado na forma de madeira em pé por se tratar de espécie em extinção e símbolo do Estado do Paraná.

Concluído o estudo referentes às áreas a serem parceladas e de proteção ambiental, o documento também previa o aporte de recursos³⁰ e as fontes de financiamentos a serem aplicados em nove projetos de desenvolvimento. Estes projetos estabelecidos no PDA juntos somam R\$ 47.642.500,00, dos quais a linha específica de financiamento para alavancar a produção, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tem o maior valor dos demais com R\$ 22.995.000,00 seguido da habitação com R\$ 16.425.000,00. Enquanto os outros oito projetos que se caracterizavam como de uso coletivo onde todos os assentados se beneficiam, agregados somavam-se R\$ 8.222.500,00. Como mostra a tabela abaixo.

Tabela (04): Valores de investimentos projetados para o P.A. Celso Furtado

Tipos de projetos	Pop. Benef.	Valor por fam.	Valor anual total (R\$)	Fontes de investimentos
Recuperação ambiental	1.095	1.000,00	1.095.000,00	INCRA
PRONAF A – investimento ³¹	1.095	21.000,00	22.995.000,00	MDA
Demarcação das parcelas	1.095	400,00	438.000,00	INCRA
ATES	1.095	400,00	438.000,00	INCRA
PDA	1.095	200,00	219.000,00	INCRA
Habitação	1.095	15.000,00	16.425.000, 00	
Recuperação da malha viária	1.095	2.500,00	2.737.500,00	INCRA
Energia elétrica	1.095	2.000,00	2.190.000,00	INCRA
Saneamento básico	1.095	1.000,00	1.095.000,00	INCRA
Total			47.642.500,00	

Fonte: COOTRARA, 2005 - **Elaboração do autor**

³⁰ Elaborado pela COOTRARA e INCRA/PR - Operacional e Divisão Técnica, esses recursos são a base do montante disponível para o fomento da produção das unidades produtivas. Na medida que havia demora no acesso aos créditos, estes foram sendo corrigidos pela inflação.

³¹ De acordo com COOTRARA (2005), para acessar este recurso exigia-se projeto elaborado pela ATES local, financiado com carência de 3 anos, juros de 1,15% a. a, prazo de até sete anos e rebates de 40% com pagamento no prazo.

Aparentemente R\$ 47.642.500,00 é um montante considerável, no entanto o que chama a atenção nesse conjunto de projetos e respectivos valores, é a inexistência de uma modalidade de financiamento específico que vise criar alternativas econômicas e sociais de autonomia ainda que relativa das diversas amarras que o capital impõe aos agricultores. A falta de investimentos coletivos (logística, agroindústrias, capacitação e educação) revelam a os limites do plano de investimentos que focam em tipologias produtivas que privilegiam formas individuais. No entanto, dividido esse valor pelo número de famílias assentadas, chega-se a um resultado equivalente a R\$ 43.500, 45 por família, o que significa um montante muito abaixo do necessário para que uma família se viabilize economicamente no lote, tendo em vista que esses valores não são a fundo perdido, então, os assentados precisam pagar ainda que em condições favorecidas com três anos de carência e a juros de 1,15% ao ano com prazo de até sete anos com rebate de 40% com pagamento nas datas fixadas nos contratos.

É certo que o acesso à terra possibilita às famílias conquistarem a cidadania pelo direito ao trabalho e as condições de reprodução social enquanto classe. Porém, as políticas de reforma agrária apesar de garantir a concessão de diferentes linhas de créditos seja na produção no âmbito do Pronaf, no Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), e na elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), mas também investimentos em infra-estrutura: Construção de moradias; Acesso a energia elétrica rural; Saneamento básico; Recuperação da malha viária; Recuperação ambiental e demarcação das parcelas, tudo isso não condiciona segurança aos camponeses no que diz respeito ao desenvolvimento social e econômico.

Porém, dispor de sistemas econômicos que pretendam contestar o controle efetivo do capital, esbarra nos tantos limites que coíbem sistemas coletivos, o mais perceptível nesse caso a dicotomia entre acesso a terra e os projetos de desenvolvimento. Dessa forma, a rejeição a subordinação ao modelo depende em muito do amparo de políticas públicas específicas que destinem a organização coletiva da produção. Embora que na elaboração do PDA ficasse privilegiado sistemas cooperados, restringia-se pelos interesses de grupos e brigadas, todavia de recursos próprios. Sendo assim, apesar das ações e práticas políticas do MST que permitiram a conquista da área, a proposição das estratégias de resistência na terra, limita-se no controle do processo de agroindustrialização e comercialização, o que permite ao capital por sua vez a continuar realizando a extração da renda da terra no assentamento.

Tomando como referência as diversas formas de produção definido a partir do estudo de diagnóstico do PDA, as linhas de financiamentos disponíveis aparentemente não

contemplam a realidade de alguns sistemas. Por exemplo, a produção orgânica, mais próxima das formas de cultivo camponesas não tem nenhum tratamento especial nas ações previstas, dado a sua complexidade de logística necessária desde a produção até chegar ao consumidor final. Por outro lado, a ineficiência ou mesmo implementadas de forma pouco efetivas, essas políticas públicas garantem aos assentados os primeiros passos rumo aos grandes desafios que os cercam. Ou seja, da luta das famílias pela terra, passa então para a luta das famílias na terra.

Diante de tais circunstâncias adversas, quais as estratégias a serem tomadas diante da realidade de avanços e retrocessos na luta pela terra? Primeiramente, a implantação dos assentamentos rurais na área de domínio da empresa Araupel tem configurado um indiscutível avanço ainda que cunhado em forma de luta a democratização do acesso à terra na região. Já por outro lado, o acesso a terra não significa que a luta acabou mediante anos de sobrevivência em condições precárias vividas pelas famílias em acampamentos, muito pelo contrário, a condição de autonomia do camponês dependerá dos sistemas produtivos implantados nas parcelas e no assentamento. Tudo isso vislumbra que a luta não acaba com a conquista de frações do latifúndio, pois no contexto real em que se encontra a produção dos assentados emergem as diversas tramas de controle do capital, o que torna a luta ainda mais complexa.

Nesse sentido, a elaboração do documento que rege as ações e práticas visando o desenvolvimento sustentável, foi executado no assentamento ou significou apenas uma obrigatoriedade exigida pelo INCRA e instituições ambientais necessárias para que as famílias assumissem seus lotes? Da mesma forma, o conjunto de ações e projetos estabelecidos no plano beneficiaram as famílias, proporcionando às mesmas ascensão social e econômica? O montante de recursos disponíveis foi suficiente para fomentar os sistemas produtivos dos assentados? As famílias cumpriram as exigências acordadas coletivamente no plano? Estas questões nortearam o trabalho no capítulo seguinte.

4 DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Com o processo de mudanças dos acampamento para o assentamento, as formas de organização social coletiva aos poucos perde força. Nos primeiros três anos, observa-se que a luta dos assentados concentra-se pela agilidade do acesso o crédito (habitação, energia elétrica, estradas, educação e produção), logo a luta pela terra dá lugar à luta na terra. Nesse sentido, a dinâmica do dia a dia de acampamento perde importância dada outra realidade que se apresenta aos camponeses não mais como acampados, mas sim como assentados. Porém muitas questões relacionadas ao período dos acampamentos desencadeiam no assentamento possibilidade como também desafios.

Uma das bandeiras de luta do MST defendida nos acampamento que se consolida como um espaço de resistência no assentamento, pode-se dizer que é a educação. Dessa forma, o início da luta³² dos sem-terra pelo direito das crianças e jovens em idade escolar ao acesso à educação no lugar onde residiam ainda que temporariamente, ocorreu junto com o setor de educação do movimento³³, quando reivindicaram ao poder Executivo do Estado, o direito de seus filhos de estudar no próprio acampamento. Neste período ocorriam discussões referentes à organização da vida escolar destas crianças, através da legalização da Escola Itinerante³⁴ que já estava em tramitação na Secretaria da Educação do Estado.

Baseada nas experiências do Estado do Rio Grande do Sul, a Escola Itinerante do Paraná foi oficializadas no dia 30 de outubro de 2003 em um ato público no acampamento do silo com a presença de diversas autoridades, sendo a Escola Chico Mendes a primeira delas. Esse momento histórico significou um grande avanço no processo de luta e de resistência, não somente das famílias acampadas na área, mas também do MST no Estado do Paraná.

Dessa forma, a luta por políticas públicas que garantam o direito dos camponeses a formação no lugar onde vivem, e pensada com a participação desses próprios camponeses, passou a fazer parte do movimento como forma de resistência. É nesse contexto que a instituição de ensino passa a ter um caráter político formador dos sujeitos nos mais diversos momentos de encontros, seja nas reuniões, nas atividades de lazer, etc. Pois a localização

³² Texto baseado em Marcelites (2017).

³³ Dinâmica de luta do movimento, onde em cada grupo composto por 10 famílias e também brigada de 500 é eleito um representante dos setores nos quais a educação é destaque.

³⁴ A Escola Itinerante acompanha o deslocamento das famílias sem-terra em acampamentos, garantindo assim às crianças, jovens e adultos acampados o direito à educação. Foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação sob o Parecer N°1012/03 em 08 de dezembro de 8/12/2003, numa parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

geográfica no próprio espaço físico dos acampamentos, possibilitou ampla interação entre comunidade e escola.

Com a transformação da área em assentamento e as famílias assumindo seus lotes, houve a necessidade da criação de novas escolas nas novas comunidades que seriam formadas, logo a luta continuou mesmo que a partir de uma necessidade. Nesse sentido, é importante destacar que a conquista das escolas no assentamento foi possível com a unidade das famílias engajadas num objetivo em comum por meio das reivindicações do poder público municipal e estadual. Dessa forma, a educação como um dos pilares de luta do movimento transpassa o período dos acampamentos para o assentamento como instrumento político-educativo e formativo das crianças jovens e das famílias, ainda que esbarra nos limites pedagógicos, sobretudo, dos currículos escolares impostos pelo Estado que muitas vezes não contemplam as necessidades dos sujeitos em determinadas realidades.

Por outro lado, observa-se limites originários das formas de organização social do período dos acampamentos. Se as primeiras formas de cooperação se revelava uma necessidade para os grupos familiares na luta pela conquista da terra, no assentamento esta condição torna-se facultativa, ou seja, foram perdendo sua originalidade resultando numa prática de recriação contraditória de produção. Quando realizado o processo de “seleção” das famílias aptas a serem assentadas, houve uma apreensão dos acampados pelo número reduzido de lotes, sendo que das 1753 famílias cadastradas foram contempladas apenas 1095. Diante de tal contexto, a permanência de significativo número de famílias sem lote eclodiu numa conjuntura inversa a organização dos trabalhadores tanto dentro mas também fora assentamento.

Embora que novas áreas foram ocupadas³⁵ na mesma região na tentativa de alocar essas famílias, no entanto acabaram sendo despejadas onde parte destas retornaram para o silo e outras desistiram da luta pela terra gerando assim questionamentos sobre o movimento. Essa situação toma proporções ainda maiores pelo fato de que a COOTRARA, a cooperativa responsável pelo PDA, e vinculada ao movimento havia alugado o silo para uma empresa cerealista³⁶ vinculada ao agronegócio, cerca de um ano antes do processo de seleção, acontecimento que não era bem visto pelos acampados.

³⁵ O contexto histórico das ocupações das Fazendas Tres Ellos e Dona Ilda foi relatado no capítulo dois deste trabalho.

³⁶ Essa empresa denominada de Cerealista João Bednarski Ltda forneceu insumos, agrotóxicos e sementes que não tiveram resultados considerados satisfatórios pelos assentados, vindo a comprometer a produção consequentemente o pagamento de débitos obtidos com a referida empresa, inclusive causando restrição de documentos.

Não o bastante, quando as famílias assumiram suas parcelas no final do ano de 2005, passando portanto da época ideal ao plantio de grãos que ocorre na região geralmente no início do mês de outubro, houve um alvoroço dos novos assentados para plantarem suas áreas de terra, resultando no endividamento de muitas delas logo no primeiro ano de assentamento, resultado da adequação ao modelo do agronegócio. Na forma de financiamento com a cerealista acima citada, dos insumos, agrotóxicos, sementes e também de serviços de horas máquinas, os assentados pagariam as dívidas em produtos no momento da entrega da produção. Porém, fora do prazo ideal de plantio e das condições intempéries ocorridas, a maioria dos envolvidos nesta transação comercial não conseguiu quitar suas dívidas junto a cerealista.

Com o retorno das famílias despejadas da Fazenda Dona Ilda para o Silo, uma nova liderança foi instituída, vindo então a questionar a permanência desta empresa agrícola na organização dos camponeses. Dessa forma, a saída desta cerealista do assentamento ocorreu de forma tensa, quando famílias ficaram endividadas e a organização política dos sem-terra questionada. Nesse contexto, ocorreu degradação das infraestruturas de barracão e do silo, cometidos por dissidentes do movimento e pessoas sem vínculo com a luta pela terra.

Além disso tudo, nesse período havia um reflexo negativo das formas de cooperação frustradas em áreas de Reforma Agrária da região. As políticas governamentais dos anos de 1990 em restringir créditos subsidiados aos sistemas de desenvolvimento econômico nas áreas de assentamentos baseado em transferências de renda do Estado, muitas cooperativas foram inviabilizadas, prevalecendo uma concepção de desenvolvimento no campo do modelo capitalista de produção com unidades empresariais em grande escala.

Diante desse cenário, a inviabilização das cooperativas nos assentamentos foram uma questão de estratégia política do latifúndio e capital financeiro, que dominam o Estado brasileiro. Segundo Christoffoli (2012), uma das mais importantes cooperativas regionais, a Coagri, criada no ano de 1993 na Região Centro do Estado, e que visava atuar na comercialização da produção dos assentamentos, tendo mais de 4.500 associados e movida pela forte participação de base e organizada em núcleos em torno de dez famílias, com a perseguição política e institucional durante o governo FHC e por efeito da depressão nos preços agrícolas derivados da abertura neoliberal de mercados, passou por um processo de inviabilização econômica, resultando em sua paralisação definitiva no início dos anos 2000.

No entanto, com a primeira eleição de Lula em 2002, criou-se uma expectativa de que poderia ser alterado o cenário dramático que se encontrava a luta pela terra, e também da possibilidade de reconstituição dos programas de apoio à produção nos assentamentos através dos fundos públicos. Porém, na realidade esse cenário não se altera de forma definitiva.

Conforme destaca Christoffoli (2012), diante de um orçamento limitado e de muitos problemas acumulados ao longo de décadas de apatia, o programa de reforma agrária segue em passos lentos sendo praticamente paralisado no final do segundo mandato de Lula e início do governo Dilma. Numa conjuntura desfavorável para a reforma agrária, as opções políticas adotadas por tais governos resultaram na falta de recursos para investimentos produtivos, conseqüentemente na paralisia econômica da maioria das cooperativas e associações dos assentamentos.

Oficializado pelo INCRA no final de 2005, o Assentamento Celso Furtado transcorre todo esse período de reestruturação das políticas de Reforma Agrária que se desenhava no cenário nacional. Embora que fosse criado no final do primeiro mandato de Lula e que ainda fossem assegurados os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento do assentamento, não se desenvolveram formas de produção baseadas em associações ou cooperativas que merecessem destaque.

Então, todos esses episódios contribuíram para as causas dos limites do trabalho cooperado no assentamento. Diante dos fatos que geraram desconfiança nos assentados, a cooperação era vista como uma imposição e perda de autonomia. Nesse sentido, Silva e Franco (2017) relatam que as dificuldades de se implantar projetos coletivos no Assentamento Celso Furtado são resultado das ações de enfrentamento conduzidas pelo MST contra o latifúndio e o agronegócio, o que nem sempre foram bem aceitas pelas famílias que veem o controle de suas atividades como um elemento estranho à sua cultura. No período de acampamento, os sem-terra cumprem determinadas regras de convivência como pré-requisito para a conquista do lote, quando os conseguem atenta uma passagem para a liberdade. Dessa forma, o trabalho coletivo e cooperado é visto como uma condição de perda da autonomia, tendo em vista o cumprimento de regras na divisão e execução de tarefas que muitas vezes não são bem aceitas pelos camponeses.

De acordo com os autores, o tempo que as famílias permanecem acampadas é um período de dificuldades tendo em vista as condições precárias de moradias, saneamento básico, alimentação, enfim de todos os obstáculos que são submetidas na luta pela terra. Neste sentido, a conquista do lote significa a expectativa de libertação de todas as formas de privações dos sujeitos pelo acesso e o uso da terra. Dessa forma, o processo de transição do acampamento para o assentamento vislumbra uma oportunidade de romper com regras que nem sempre são bem aceitas pelos acampados.

Então, as formas como ocorreram essas relações sociais podem ter contribuído para a produção de forma contraditória. Vale ressaltar que a presença de trabalhadores assalariados no assentamento é uma realidade. Embora que estas relações de exploração não ocorram entre

assentados, é percebido que filhos destes mesmo contemplados com lotes da reforma agrária se deslocam diariamente para a cidade de São João para trabalhar na empresa frigorífica Coasul. Da mesma forma, percebe-se que muitos trabalhadores da Empresa Araupel residem no assentamento, tal condição nos leva a crer que o fato da exclusividade da posse da terra não resulta necessariamente em autonomia.

Apesar de todas as circunstâncias acima citadas, a cooperação é percebida em diversas maneiras na produção das condições materiais de vida no assentamento. A troca de dias de serviços é uma das formas de cooperação mais presente, mas também de grupos e associações de mulheres camponesas em trabalhos artesanais e na panificação, de associações na produção agrícola em grupos de produtores. Assim, o trabalho cooperado é uma realidade ainda que de maneira tímida, mas que vem ganhando força depois de treze anos da conquista da área. Ao contrário do discurso político de que a criação do assentamento representaria um passo importante na luta pela terra no Paraná e no Brasil haja visto a conjuntura - em tese - favorável, mas que na prática não se concretiza devido às contradições principalmente pela insuficiência das políticas públicas de desenvolvimento das famílias assentadas. Nesse sentido, no item a seguir será contextualizado acerca dos sistemas produtivos (SP) do assentamento: (a) SP Orgânica; (b) SP florestas comerciais e (c) SP convencional.

4.1 A PRODUÇÃO ORGÂNICA NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Previamente antes de focar a lente analítica sobre a contextualização da produção orgânica no Assentamento Celso Furtado, é de considerável importância compreender o debate sobre agroecologia no Brasil. Dessa forma, a origem dessa matriz produtiva surge após as transformações políticas e econômicas ocorridos a partir dos anos de 1980, onde o padrão de financiamento da agricultura moderna baseada a juros subsidiados se esgota no início da década em decorrência do aprofundamento da crise cambial do estado brasileiro, não sendo vislumbradas, portanto, políticas públicas em horizontes de médio e longo prazo (DELGADO, 2012).

Com a expansão dos agrotóxicos nas lavouras nos anos de 1970, todavia favorecidos pelo crédito agrícola, a proposta de outro sistema de produção surge a partir do início da década seguinte quando que a agroecologia começa a ser discutida. Com a efervescência dos movimentos sociais após o período ditatorial, essa escola encontrou no seio das organizações não governamentais ligadas ao campo, a possibilidade de mudança gradual no pensamento dos

consumidores pelos preços mais baixos através da venda direta nas feiras, mas sobretudo da visibilidade da agroecologia nos aspectos econômicos e sociais.

Porém, o debate sobre a Agroecologia não é uma novidade que surge somente no Brasil. Segundo Gliessman (2000) esta nova matriz produtiva ganha *status* de conhecimento científico nos Estados Unidos e Europa no mesmo período, e, em contraponto ao modelo agrícola mercantil baseado no uso intensivo de agroquímicos e fertilizantes sintéticos nesses países, passa, então, a ser empregada como estrutura metodológica de trabalhos para a compreensão da natureza dos agroecossistemas e dos seus princípios de funcionamento.

Na América Latina o movimento da agroecologia ganha força com os estudos científicos realizados nos Estados Unidos e Europa sobre a compreensão da natureza dos agroecossistemas. Procurando atender as necessidades da preservação ambiental e da promoção socioeconômica dos agricultores, essa matriz produtiva é logo incorporada nas práticas de lutas das organizações não governamentais ligadas ao campo no Brasil.

Dessa forma, simultaneamente com as mudanças ocorridas no cenário político e econômico nacional dos anos de 1980, a agroecologia tem sua origem no âmbito do debate sobre a agricultura alternativa. Conforme Caporal, Costabeber e Petersen (2012), uma característica marcante nesse transcurso foi a defesa da agricultura familiar camponesa como base social de estilos sustentáveis de desenvolvimento rural.

De acordo com Borsatto e Carmo (2013), um dos movimentos que começa a incorporar a construção do discurso agroecológico foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Embora o movimento passe a assumir a agroecologia como bandeira de luta somente a partir do ano 2000 durante 4º Congresso Nacional, o MST já mencionava a necessidade de outro sistema produtivo que proporcionasse certa autonomia aos agricultores. Pois ao contrário, os camponeses continuariam reproduzindo as circunstâncias propícias para a exclusão das suas bases materiais de reprodução social que são a posse e uso da terra.

Aproximando o foco analítico na Brigada Orgânica com 87 famílias assentadas nessa área, percebe-se que paralelamente a essa compreensão, a formação da brigada teve um crescimento exponencial ainda no acampamento de maneira pela qual chamou a atenção de diversas organizações que impõem essa bandeira haja visto o número significativo de pessoas interessadas, mas sobretudo das experiências que esta poderia contribuir na construção da agroecologia na região. Em entrevista, um assentado e membro da liderança da brigada, relata que o que levou um número expressivo de famílias a se interessar pela produção orgânica no momento da formação da brigada, deveu-se às perspectivas do movimento pela construção de novas dinâmicas produtivas nos assentamentos rurais. Dessa forma as famílias compreendiam

que teriam prioridade no processo de seleção aquelas que tivessem optado pelo sistema da produção orgânica, e ainda pela escolha da área para a produção orgânica realizada pela equipe técnica.

[...] Uma das questões das pessoas por achá que iam ganhá lote, e outras realmente tinham objetivo e formação da questão de produzi orgânico ou agroecológico né, essas muitas pessoas já tinham uma formação vindo dos próprios cursos do movimento né. Então a área seria uma área escolhida né, então por isso que uma... uma boa parte de famílias que veio com esses objetivos né, contemplaria o lote já que tinha essa discussão pelo movimento. (E. C. Assentado na Brigada Orgânica, junho de 2018).

Nesse mesmo sentido, ao mencionar a contextualização histórica da formação da Brigada Orgânica, outro assentado que foi membro da equipe técnica da COOTRARA, a instituição responsável pela elaboração do PDA, e posteriormente também da equipe da ATES/EMATER de assistência técnica aos assentados, salienta que desde o início do acampamento, a equipe técnica já organizava áreas experimentais com sementes crioulas, onde as famílias que não conheciam a produção orgânica, tinham a oportunidade de ter contato com esse sistema de produção alternativa. De acordo com o entrevistado, tudo isso ocorreu com o objetivo de atrair as famílias para o debates sobre a possibilidade real de estabelecer nas lotes outras perspectivas de produção.

[...] A gente tinha uma diversidade grande í, o pessoal..., a nossa intenção era atrair eles e ir pro debate da possibilidade né real de quando o agricultor tem o sítio... é transformá essa produção invés com agrotóxico com os venenos, uma coisa mais sadia pra um alimento mais de qualidade né, í í nesse trabalho as famílias foram é tendo a a visão í, da possibilidade da Agroecologia í a gente foi organizando esse grupo, e fumo fazendo diagnósticos de quem tava de acordo í í, passo a passo fumos afunilando na discussão até chegá nessa brigada orgânica (E. G. N. Assentado na Brigada Orgânica, junho de 2018).

Conforme o entrevistado, tudo que foi possível ser realizado enquanto estudo e proposições enquanto construção coletiva da brigada foi realizado, tanto que as famílias interessadas pela produção orgânica tiveram a oportunidade de visitar experiências em eventos como também em propriedades da região. Assim, a produção orgânica despertou interesses das famílias ainda no período de acampamento.

Nesse mesmo sentido Boza; Pereira e Xavier, (2011) ao abordarem o tema, os autores relatam que a formação da Brigada Orgânica alimentou o sonho de muitas pessoas que almejavam viver e trabalhar num sistema que poderia se tornar referência de organização social e de agroecologia, porém, é no estímulo desses sonhos que são identificados os maiores

problemas enfrentados por essa brigada. Para os referidos autores, a dicotomia entre a elaboração da proposta inicial estabelecido no plano de desenvolvimento da produção orgânica e a realidade das famílias nos lotes, foram as principais causas das frustrações e abandono da atividade. Nesse sentido, as “promessas” de que no máximo dois anos obteriam o selo de produtos orgânicos através de Núcleos de Agroecologia ligados à Rede Ecovida, da comercialização garantida por meio da organização de feiras e de projetos para programas do governo como o PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que ofereciam um acréscimo no preço pela matriz de produção, e também a obtenção de tratores para a realização do trabalho não se cumpriram nos prazos estipulados.

Quanto mais tempo se passava e as dificuldades apareciam, mais impacientes os agricultores se tornavam. A burocracia na liberação dos recursos financeiros aliado ao não cumprimento dos prazos acordados na elaboração dos planos de ações necessárias para o desenvolvimento da brigada, levaram ao desestímulo dos camponeses. Os que mais tempo resistiram, seguiram produzindo com a restrição dos insumos químicos, no entanto, desprovidos das técnicas da agroecologia, cultivavam as lavouras em forma de monocultura, dessa maneira havia a necessidade de excessiva mão-de-obra de capina no controle de plantas espontâneas, tornando o trabalho penoso.

Do ponto de vista dos autores citados, o trabalho com agroecologia exige formação e acompanhamento técnico, caso contrário, quando há pouca experiência e domínio das tecnologias agroecológicas, a necessidade de mão-de-obra pode chegar a um ponto de insustentabilidade, o que pode vir a ser um dos limites que os agricultores deparam-se diante do contexto real ao assumirem seus lotes, de que a produção orgânica consiste unicamente em não fazer uso de agrotóxicos e adubos de síntese química. Ainda que uma pequena parcela de agricultores da brigada conseguisse produzir excedentes, porém sem um mercado consumidor organizado, o resultado da venda segue os mesmos padrões dos convencionais ainda que produzido de forma diferente, principalmente a produção de grãos, milho, feijão entre outros.

Diante de tudo isso, a brigada orgânica deixa de existir enquanto produtora de alimentos orgânicos destinados ao mercado, passando então a priorizar o auto consumo. Nesse sentido, fica claro que a emancipação camponesa não se confirma mediante o assentamento. Pois ao contrário de um modelo de Reforma Agrária justa, as políticas públicas de distribuição de terras no Brasil tendem a beneficiar cada vez mais o capital do que os contemplados com parcelas de terra. Isto porque, nos atuais formatos, as mercadorias de origem camponesa acabam na maioria das vezes, sendo apropriadas pelo sistema vigente, imergindo-as dessa forma num conjunto de

relações de dominações econômicas complexas. Portanto, não basta apenas participar do mundo mercadológico, mas sim ter o controle, se possível, de toda a cadeia produtiva. De outro modo, significa permanecer reféns das regras impostas pelo capital que produz o empobrecimento, a dependência e até mesmo a exclusão social da terra.

Estas circunstâncias são constatadas pelos entrevistados. Nos relatos ficou claro o descaso governamental com a produção orgânica/agroecológica aliado com os limites de mercado, acabou por desestimular a maioria dos produtores. De acordo com o entrevistado (E. G. N.), nos primeiros anos as famílias produziam volumes de produtos muito além dos necessários ao autoconsumo, no entanto não conseguiam agregar valor nas mercadorias, esta situação inibe os produtores.

A gente com toda dificuldade produzia 100, 200 bolsas de milho numa propriedade, í se quisesse comercializá aquele milho ía prô valor do milho convencional, e não tinha nem um real a mais por todo o sacrifício, por todo o trabalho de produzí sem veneno. (E. G. N. Assentado na Brigada Orgânica, junho 2018).

Esse contexto marca um período de abandono da produção orgânica, haja visto que as famílias tinham dificuldade de sobrevivência. O fato destas utilizarem recursos financeiros para produzirem de forma orgânica mas que tinham dificuldade de realizar a venda dos produtos ainda que pelo convencional, isso tudo indica um momento final da produção orgânica destinado ao mercado pela maioria das famílias.

[...] Chegô a um período que as próprias famílias não tinham mais condições de sobrevive né no lote por que produzia orgânico mas vendia o produto como convencional e muitas deles não conseguia vendê, exemplo o próprio feijão né, então não tinha mercado na região, pra suprí essas necessidades, então as pessoas acabavam perdendo muito né do recurso e não tendo como conseguí avançá (E. C. Assentado na Brigada Orgânica, junho de 2018).

Diante dessa conjuntura, dada a escassez de recursos financeiros somada a falta de assistência técnica, mas também dos limites enquanto mercado consumidor, a Brigada Orgânica não desenvolveu-se conforme se almejava. Questionado sobre as possibilidade e os limites da produção orgânica na brigada, o entrevistado (E. G. N) foi claro:

[...] Afinal de contas a produção orgânica não foi efetivada e não teve sucesso aqui no nosso grupo orgânico devido ao abandono, começá pela assistência técnica é, í o agricultor na nossa humildade na nossa simplicidade, falta muito de conhecimento porque produção agroecológica/orgânica precisa de conhecimento, í a gente só tinha a disposição e a vontade í a terra e, isso não é suficiente pra produção orgânica (E. G. N. Assentado na Brigada Orgânica, junho de 2018).

Da mesma forma foi questionado o entrevistado (E. C.), a resposta menciona a falta de recursos financeiros específicos para esse segmento produtivo. De acordo com o entrevistado as deficiências das políticas públicas foram uma das principais causas da realidade da produção orgânica, conseqüentemente a isso muitas famílias se aproximaram das formas de produção convencional utilizando-se em seus lotes o uso de insumos e de fertilizantes químicos inclusive arrendando suas parcelas. Para o entrevistado, esse descaso é percebido pela dificuldade da contratação de créditos para o fomento produtivo nas propriedades, onde a produção orgânica não é contemplada.

[...] Assim, sem um recurso próprio pra isso, é é... ficaria inviável né, na verdade quando você vai fazê ô... a questão financeira no banco o pronaf aí, eles já perguntam o que você vai fazê, í é muito mais viável pro banco, í eles pensam na questão de recursos financeiros, é o convencional. (E. C. Assentado na Brigada Orgânica, junho de 2018).

Ainda que exista uma linha de créditos para sistemas de produção de base agroecológica ou orgânica no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no entanto só é possível quando as famílias produtoras contam com a participação de um técnico do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). A assistência técnica é portanto um requisito necessário para a elaboração e encaminhamento de projetos a agentes financeiros, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar. (MDA, 2015). Da mesma forma, embora que a agricultura orgânica já tenha sido regulamentado pela LEI Nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003³⁷, as dificuldades citadas limitam o seu desenvolvimento pelos produtores.

Diante desse contexto, foram questionados os entrevistados sobre a possibilidade de as famílias enfrentar tais dilemas através do trabalho cooperado, o que poderia em tese ser um instrumento que daria suporte às práticas da produção orgânica/agroecológica, ambos relatam a existência de várias associações com o objetivo de fomentar a produção de alimentos saudáveis, desde grupos de mulheres na fabricação de panificados, doces e artesanais, mas também na produção de grãos, as quais se destacam a APOIÊ (Associação de Produtores Orgânicos Investida Ecológica) a APROCEF (Associação de Produtores Orgânicos Celso Furtado) e a AGRIFORTE (Associação de Agricultores Força do Trabalho). O entrevistado (E.

³⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

G. N.) que é presidente desta última associação relata que esta tem 22 associados, onde sua principal finalidade é viabilizar a produção de leite através de patrulha agrícola com implementos de plantio e ensiladeira de milho para a alimentação dos animais. Na perspectiva do entrevistado, é de que num curto prazo a associação irá adquirir com recursos próprios outros equipamentos que proporcionam mais autonomia dos associados na produção de grãos e hortaliças para o consumo, numa forma de complemento das atividades de leite.

Para os entrevistados, a questão da produção orgânica passa necessariamente pela assistência aos produtores, seja pela forma de fomento produtivo ou pelo conhecimento técnico. Concomitantemente com estes, a construção de novas dinâmicas produtivas que proporcionem certa autonomia ao campesinato nas áreas de reforma agrária, dependem em muito de uma estrutura produtiva (créditos, logística, agroindústria, Ater) em contraponto a estrutura do agronegócio, todavia onde o Estado é chave para proporcionar tal condição. Caso contrário, os camponeses não conseguem gerar renda nos lotes, se inserir no processo produtivo pois o fato apenas da posse da terra não conjuga autonomia, de tal maneira que os arrendamentos tornam-se uma realidade, quase que sempre para a produção de culturas destinadas à exportação em oposição a demanda de alimentos. Tendo como o resultado a pobreza, a expulsão dos camponeses do campo e a degradação ambiental num território conquistado com luta.

Para além da produção orgânica na Brigada Orgânica, há outra experiência desse segmento produtivo na Comunidade Palmital. Com 22 produtores organizados em associação entre as quais se destaca a Associação de Orgânicos Convivendo com a Natureza do Palmital (AOCANP), estas famílias são oriundas do Acampamento 10 de Maio (Bacia) onde o tempo de permanência na luta pela terra por mais de sete anos, de certa forma potencializou a produção orgânica. Geograficamente delimitado por barreiras naturais principalmente pelo lago da Usina Hidrelétrica do Salto Osório no Rio Iguaçu, facilita o desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos, ainda que numa escala reduzida. Porém, as tendências indicam a inserção na lógica da agricultura quimificada.

No entanto, todas essas circunstâncias que limitam a produção sustentável em áreas de Reforma Agrária são contestadas pelo movimento sem-terra. Nesse sentido, durante o VI Congresso Nacional que foi realizado no mês de fevereiro de 2014 em Brasília, o MST definiu as pautas e agendas de negociações com o Poder Executivo Federal para o próximo período, intentando superar essa conjuntura adversa na luta pela terra. No Congresso foi elaborado o programa agrário que contém nove propostas de um modelo de Reforma Agrária Popular, em contraposição às políticas agrícolas de exportação centradas na monocultura da grande

propriedade, por outro lado, o documento defende a construção de um novo projeto de desenvolvimento para o campo onde todas as forças sociais populares precisam fazer parte, visando atender os interesses e necessidades do povo brasileiro. Tendo como base as diferentes áreas de atuação do MST, o VI Congresso Nacional trouxe presente o lema “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, um bordão de luta por um modelo de Reforma Agrária que contemple as necessidades tanto dos camponeses mas também da sociedade brasileira (MST, 2014).

Dessa forma, o programa estabelece entre outras propostas, a democratização do acesso à terra, e aos bens da natureza e aos meios de produção na agricultura, a todos os camponeses. A esse fim, este modelo de Reforma Agrária atende a sociedade com a oferta de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, baseada em uma matriz agroecológica de produção que respeita a natureza. Para tanto, seria dever do Estado e direito dos camponeses exigir políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica, tendo em vista o aumento da produtividade nas áreas em equilíbrio com a natureza.

A síntese das tarefas e dos desafios do movimento sem-terra para o período depois do Congresso, aborda também a imprescindibilidade de aumentar a renda da população camponesa, reduzindo as desigualdades regionais por meio da agroindustrialização e da cooperação juntamente com a implantação de intercâmbios de conhecimentos entre produtores, técnicos e a sociedade. Da mesma forma, o documento prevê ainda melhorias nas infraestruturas sociais como moradia, acesso à energia elétrica e saneamento básico, saúde e educação gratuita e de qualidade.

Seguidamente no último objetivo, o programa demanda mudanças na estrutura de organização e funcionamento do Estado burguês. No ideário do movimento, a natureza antidemocrática do Estado classista através da sua burocracia impede políticas públicas favoráveis a classe trabalhadora, onde os possíveis avanços e conquistas dos camponeses somente se darão se enfrentada a natureza do Estado burguês. Nesse sentido, alcançar os objetivos da classe trabalhadora e a realização de um outro modelo produtivo só seriam possíveis com um “Estado popular,” quando os trabalhadores são os sujeitos políticos ativos e construtores das mudanças necessárias (MST, 2014).

Nota-se que as metas e desafios do programa agrário são ousados, expressam a face social e coletiva do movimento que busca não somente a conquista da terra, mas também de superação dos atuais paradigmas de desenvolvimento do campo brasileiro. Ao rejeitar o modelo de agricultura imposto pelo agronegócio, o MST tem se construído como um dos principais

movimentos protagonistas de recriação e garantia de existência do campesinato. Dessa forma, parte dos desafios estabelecidos no programa agrário se cumpridos, significam na prática outras perspectivas para o campo, no qual a questão da produção orgânica evidentemente terão outra conotação.

Embora que os anseios do movimento sem-terra sejam mais perceptíveis com a visibilidade do VI Congresso Nacional, a luta por uma Reforma Agrária justa, vem sendo cunhada ao longo dos mais de 30 anos de sua existência. Trata-se desse modo, de uma luta para além da conquista da terra, mas sim de uma luta por outras matrizes de pensamento onde o conceito de desenvolvimento do campo seja muito mais abrangente, portanto, não somente econômico, mas também social, ambiental, cultural, enfim que contemple todas as esferas da vida.

4.2 AS FORMAS DE PRODUÇÃO NAS ÁREAS DE FLORESTAS COMERCIAIS

Composta por araucária, pinus e eucaliptos, as áreas de reflorestamento comercial juntas somavam 23,2% dos lotes, as quais foram designadas do PDA como áreas de manejo sustentáveis. As prerrogativas do documento indicavam a produção florestal por meio do corte e replantio ou ainda pelo extrativismo, atividades inovadoras e potenciais de acordo com as características da região. Como exemplo: a extração de resina nos lotes onde havia predominância de pinus; apicultura; implantação de sistemas agroflorestais; cultivo da erva-mate; cultivo de espécies frutíferas típicas da região; da manutenção de indivíduos de araucária para obtenção do pinhão e plantas medicinais típicas da formação florestal. Ainda, os subprodutos florestais poderiam se constituir em fonte de renda para as famílias, como a utilização de folhas, galhos, sementes e frutos para o artesanato. Ou seja, tudo isso uma forma de promover sistemas agroecológicos. A figura a seguir exemplifica a configuração das áreas de reflorestamento, simultâneas as nativas e da produção de grãos.

Figura (05): Intersecção das áreas florestadas com as nativas e de lavoura



Fonte: COOTRARA, 2005

Distribuída em sua grande maioria pelo assentamento de forma heterogênea, ficou definido no PDA que 27,08% dessas áreas reflorestadas fossem averbadas como Reserva Legal ou Corredor da Biodiversidade, e com 17,34% a criação das APPs ou 4.115,36 hectares, haja vista a necessidade da preservação da fauna e flora local. Nesse mesmo sentido, foi acordado entre as famílias acampadas e as instituições que participaram do Projeto de Desenvolvimento do Assentamento, a formação de uma Área de Manejo Sustentável compondo 889,24 hectares ou 3,75% da área total do assentamento, um espaço coletivo destinado à conservação ambiental associada com geração de renda, por meio de Sistemas Agroflorestais, desenvolvimento de turismo rural, educação ambiental, trilhas educativas, realização de pesquisa e experimentação popular. A execução de todos esses programas estaria vinculada ao acompanhamento da equipe de técnicos (ATES), juntamente com as famílias. Assim, a AMS poderia ser utilizada como complementação de renda advinda destas atividades, estaria também de acordo com as orientações e entendimento do INCRA e do Ministério Público Federal de que parte do valor pago pela indenização da área de floresta comercial, estivessem preservado na forma de madeira em pé por se tratar de espécie em extinção e símbolo do Estado do Paraná.

Porém, contraditoriamente aos pressupostos do PDA, mesmo nas parcelas de florestas comerciais os agentes do capital subtraem das famílias grande parte da renda da produção, haja visto as dificuldades de manejo do segmento produtivo, ainda que fossem consideradas no

documento um projeto inovador para a região pois que garantiria trabalho e renda aos assentados logo no início das atividades, mas principalmente proteção ambiental. No entanto, a burocracia do Incra na liberação dos primeiros cortes de madeira aliado com a não compreensão das famílias acerca da proposta, ocorreram um processo irregular em desacordo com os planos de manejo elaborado pela equipe técnica.

Diante desse impasse entre camponeses assentados nessas parcelas e o Incra, as florestas de araucária e eucaliptos foram as primeiras a serem desflorestadas para dar lugar a produção de gêneros alimentícios, enquanto que as de pinus que se encontravam num estágio propício a extração de resina, empresas do Estado de São Paulo instalaram-se no município de Quedas do Iguaçu passando a comprar a produção. Numa forma de coleta parecida com a extração das seringueiras, as famílias realizavam todo o trabalho de limpeza das florestas, da coleta e armazenamento, sendo a cada 45 dias a entrega da produção. Assim, a extração da resina das florestas de pinus possibilitaram gerar renda aos camponeses logo no início de suas atividades nos lotes, conforme orientações do plano de manejo estabelecidos no PDA, apesar das condições de trabalho impostas pelo capital.

Embora a extração de resina se caracterizasse como uma forma de produção sustentável como pretendia o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, esgota-se em curto prazo devido à necessidade dos vegetais permanecerem em repouso por certo período sem coleta para que a floresta se recuperasse, o que não aconteceu. Então, findado o tempo útil de produção, a maior parte das florestas foram retiradas sem haver o replantio.

Do mesmo modo, a desflorestação das araucárias segue no mesmo caminho principalmente em razão do seu valor econômico. A falta de experiências dos assentados em trabalhar com a produção de madeiras, somado a morosidade da liberação de recursos necessários ao desenvolvimento das atividades, levaram as florestas de araucária a serem praticamente dizimadas em pouco tempo. Nesse sentido, o descaso com o meio ambiente toma proporções ainda maiores com a ocupação por famílias acampadas excedentes das ARL ou Corredor da Biodiversidade, também da AMS e APP, nas quais todas haviam reflorestamento em sua maioria de araucária.

Composta por florestas comerciais e naturais, estas áreas foram alvo de ações predatória por madeireiras da região juntamente com pessoas sem vínculo com a luta pela terra, e também de dissidentes do MST que no processo de seleção das famílias do Assentamento Celso Furtado, abandonaram a luta do movimento não seguindo as ocupações posteriores das Fazendas Dona Ilda e Três Elos, assunto que já foi abordado no capítulo dois deste trabalho. Conforme o INCRA, IBAMA e Ministério Público Federal, esses grupos muitas vezes

expulsavam famílias dos lotes e extraíam madeiras de forma ilegal, como segue reportagem do jornal Estadão do Estado de São Paulo.

[...] Policiais deflagraram na manhã desta terça-feira, 24, a Operação Tolerância Zero, da Polícia Federal, para reprimir crimes ambientais na área do 'Assentamento Celso Furtado', no Município de Quedas do Iguaçu, no Paraná.

[...] Os alvos das prisões, segundo a PF, são criminosos que invadiram o assentamento, expulsando famílias assentadas para ocupar seus lotes. Em associação com alguns empresários madeireiros da região, passaram a vender e processar madeira extraída ilegalmente do Assentamento, que constitui patrimônio da União, a par da proteção específica da espécie 'araucária', também atingida pela ação predatória dos criminosos.

[...] A Operação busca interromper a ação de serrarias onde é processada a madeira subtraída da área da União, situadas em diversas localidades da região e, em alguns casos, a poucos metros da entrada do Assentamento. Serrarias clandestinas já identificadas no interior do Assentamento serão igualmente lacradas pelos policiais, que poderão fazer prisões em flagrante (PARTE DA REPORTAGEM REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 2009).

Diante desse episódio, o discurso de preocupação com o meio ambiente vigora na sociedade um estereótipo negativo de banalidade com relação ao movimento sem-terra e os assentados, uma forma de responsabilizar os pobres diante do contexto de degradação causado por agentes externos. Na essência, é resultado do processo de acumulação do capitalismo no campo através da manutenção de certo grau de desigualdade, sendo assim possibilita a continuidade das relações de exploração. Logo, as ações dos agentes do capital no assentamento são atribuídas aos assentados de forma generalizada e tendenciosa.

Perante o exposto, os esforços concentrados em projetos de produção sustentável, na prática revelam-se relações marcadas por controvérsias. Instrumentalizado pela ordem econômica ainda que na esfera da produção camponesa, essas relações antagônicas tornam o assentamento um território concreto da luta de classes travada entre os sem-terra versus empresas madeireiras da região, em última instância pelos meios de comunicação que tencionam a sociedade em desfavor do movimento social. Dessa forma, essas relações dão a configuração histórica da produção florestal do assentamento.

Não o bastante, o agravante é que os assentados nessas parcelas juntamente com o Incra e em concordância com o Ministério Público Federal, firmaram um acordo durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, da necessidade de ressarcimento aos cofres públicos o valor pago pelas florestas. Este acordo previa que a cada liberação anual de corte previsto pela equipe técnica, por meio de licitação pública, o Incra solicitaria empresas interessadas pela aquisição da madeira, assim possibilitaria um valor melhor na venda da produção mas também do ressarcimento aos cofres públicos. Na forma de rateio, os percentuais monetários de 20% permaneceriam com as famílias e o restante de 80%

para a União, até findado o período de manejo de extração dos vegetais (COOTRARA, 2005). Porém, ao contrário do previsto, a extração das florestas comerciais de forma irregular comprometeu o acordo coletivo firmado entre os assentados o Incra e o Ministério Público Federal, conseqüentemente tão logo as famílias assentadas nessas parcelas que descumpriram tal acordo, encontram-se em débito com a União, ocasionando pendências fiscais futuras. Dessa forma, as ações do Estado faz parte da dinâmica agrária brasileira de não viabilizar o assentado, isso explica de um lado, as benesses ao agronegócio e do outro, as carências e ausências, omissões repercutidas nos camponeses.

Nesse sentido, vale ressaltar que embora a luta pela terra seja construída pelo MST, mas que no âmago dos camponeses visam em primeiro lugar a possibilidade da reconstrução dos seus meios de trabalho destituídos pela dinâmica do capitalismo no campo, logo, a conquista da terra representa um avanço em seu processo de autonomia. Mais do que lutar por uma sociedade mais justa e ambientalmente correta, a luta dos trabalhadores rurais deve-se a volta à terra de trabalho e da autonomia social, típica de seu modo de vida.

Para um agricultor sem-terra a conquista de um lote da reforma agrária representa a realização de um sonho no qual se rompe com a trajetória de exclusão social marcadas pela falta de emprego, de moradia, da terra, enfim, das condições de pobreza decorrentes das relações de subordinação aos meios de produção. Porém, contraditoriamente, findado o processo de luta pela conquista da terra, os assentados se acomodam numa zona de conforto, seguido de um afastamento de muitas famílias da organização camponesa que propiciou a conquista do lote. Por cogitarem garantir por si sua reprodução social pelo acesso à terra depois de anos acampados, imaginam que ser assentado significa que a luta acabou, enfraquecendo a organização e ao mesmo tempo tornando o assentamento num território inócuo as ações afrontosas do capital. Assim, a produção individualizada do campesinato acaba sendo apropriada em sua maior parte por agentes do modelo, pois a carência de sistemas cooperados torna-a muito frágil, o que se caracteriza apenas como uma forma de existência social emaranhada num conjunto de relações econômicas complexas. Nesse sentido, fica claro que a autonomia camponesa não se confirma mediante a conquista meramente do acesso à terra. Os fatos pelos quais os trabalhadores não conseguem ampliar no assentamento mecanismos de organização social e coletiva acima de tudo no contexto da produção, pode-se deduzir que os projetos de autonomia permanecem quase que inércia em detrimento do domínio exercido pelas várias estratégias de controle do capital.

Ainda que o MST tenha promovido debates com as famílias no período dos acampamentos sobre a possibilidade de implantar projetos inovadores no assentamento que

seriam uma referência para a região como é o caso das moradias em forma de agrovilas, visando justamente evitar a perda do potencial coletivo em detrimento do projeto individual familiar, no entanto foi rejeitado sob argumentos de que essa forma de convivência não possibilita tranquilidade, haja visto que historicamente os camponeses sempre residiam separadamente.

Esta situação reporta ao fato de que as formas de moradias e de trabalho cooperado em praticamente quase todos os assentamentos criados na região anteriormente ao Celso Furtado seguiram a lógica individual. Sabendo-se que muitos assentados têm origem desses assentamentos da região, logo os projetos coletivos são vistos como perda de liberdade. Na concepção dos trabalhadores, ao migrarem do acampamento para o assentamento imaginam despir-se de muitos problemas vividos no acampamento pelas condições precárias de moradias, saúde, alimentação, entre outras, mas também das regras de convivência que muitas vezes não são bem aceitas, todavia quando impostas de forma autoritária.

Todas essas circunstâncias sem dúvida que contribuíram para a realidade da perda do potencial coletivo das famílias assentadas no assentamento Celso Furtado. Da mesma forma, para caracterização dos sistemas produtivos voltados a projetos individuais, como ocorreu na produção das florestas comerciais. Esta situação emblemática é também visualizada no uso do solo agrícola, todavia nas unidades produtivas que provém de formas convencionais, onde a dependência dos produtores é substancial dada a necessidade de insumos externos a propriedade.

4.3 A PRODUÇÃO CONVENCIONAL

Nas últimas décadas, as transformações do campo brasileiro elevaram de maneira significativa produção agrícola, através de investimentos maximizados em agroquímicos e máquinas, fortaleceram assim a agricultura de negócio. Uma forma de expansão do modelo capitalista no campo, o agronegócio apropria-se cada vez mais das terras e dos recursos naturais. Numa estrutura complexa que compreende a integração agricultura-indústria, este sistema tem proporcionado a concentração de terras em mãos de grandes empresas transnacionais que atuam em diversos setores da economia, mas também da apropriação da renda fundiária em pequenas propriedade de base camponesa.

Do ponto de vista dos movimentos sociais camponeses principalmente do MST, essa situação de disputa embora que ainda não seja pela posse da terra mas pelo uso, de certa forma descaracteriza os princípios éticos do movimento que atua num sentido oposto a exploração do

campesinato, propondo e debatendo com a sociedade e governo novas perspectivas de trabalho e de produção em áreas de reforma agrária.

Assim, no alvorecer do novo século estamos diante de reflexos dos dilemas originários ainda do processo da chamada modernização conservadora (DELGADO, 2012). No intuito de aumentar a produtividade mediante a inserção de inovações tecnológicas, não resolveu os problemas do campo, pelo contrário, o desenvolvimento das estruturas produtivas para o setor legitimou a tensão e conflito entre classes. Da agroindústria ao agronegócio, foram mais de meio século de exclusão e expropriação do campesinato via implantação de um modelo que produz privação dos direitos essenciais ao ser humano, ou seja, das suas bases materiais de existência por meio do trabalho e do modo de vida.

O Assentamento Celso Furtado foi criado no mesmo período de expansão recente do agronegócio no campo, logo o sistema produtivo convencional implantado no território camponês ocorre de forma contraditória. A desproporcionalidade e a insuficiência dos recursos financeiros disponíveis ao desenvolvimento desse sistema, impõe nos primeiros anos do assentamento barreiras aos assentados haja visto a necessidade do uso de insumos químicos mas também da mecanização agrícola, portanto uma atividade desproporcional às pequenas unidades produtivas. Porém, isso não quer dizer que o desenvolvimento de culturas destinadas essencialmente ao mercado não ocorresse. Ao contrário disso, os arrendamentos tornam-se uma realidade decorrente da formação desigual das estruturas produtivas. Então, o agronegócio se estrutura e representa uma alternativa para as famílias, todavia de forma precarizada e na manutenção dos camponeses à margem desse modelo de desenvolvimento.

Partindo dos pressupostos das interpretações teóricas, este dilema pelo qual os assentados são submetidos tem suas raízes históricas no processo de expansão das relações capitalistas de produção. Lênin (1982), argumenta que os resultados obtidos com o emprego das máquinas na agricultura evidenciam todas as características do progresso capitalista, sobretudo das contradições que lhes são inerentes. Daí então que a difusão dos instrumentos aperfeiçoados associados a expropriação dos camponeses, são fenômenos estreitamente ligados entre si. Conforme destaca o autor, as máquinas são acessíveis somente aos grandes proprietários, pois implicam elevados capitais, as quais só se amortiza com um imenso volume de produção. O emprego das tecnologias gera concentração da produção e da cooperação capitalista na agricultura.

[] Do emprego das máquinas resultam a concentração da produção e a aplicação da cooperação capitalista na agricultura. De um lado, a introdução de máquinas implica ponderáveis capitais, o que a torna acessível apenas aos grandes proprietários; de

outro, o investimento com as máquinas só se amortiza sob um imenso volume de produto. Com as máquinas, a aplicação da produção torna-se uma necessidade (LENIN, 1982. P, 130).

Assim, a modernização da agricultura forma todas as circunstâncias de expansão das relações capitalistas no campo. No território em análise, essas circunstâncias são visualizadas pela escassez de efetividade do Estado que impõe condições desfavoráveis à manutenção dos trabalhadores nos lotes. Mesmo que o projeto defendido pelo MST de derrotar o latifúndio da Araupel, porém as relações contraditórias de produção continuaram posteriormente no assentamento, haja visto que a centralidade da luta não é contra o sistema capitalista, compreendendo que no estágio atual de desenvolvimento das estruturas produtivas isso seria impossível. Portanto, os arrendamentos dos lotes é parte desse processo, num primeiro momento os camponeses conseguem avançar na luta contra o latifúndio, no entanto em outro esbarram nas condições materiais de produção originados em parte pela falta de efetividade do Estado com a Reforma Agrária. A figura abaixo ilustra esse processo produtivo contraditório com lote arrendado com monocultivo de trigo.

Foto (01): lote arrendado com monocultura de trigo.



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2018

Assim, o projeto individual dos assentados mostra-se frágil e ineficaz, com tendência de beneficiar apenas alguns produtores que apresentam condições de produção mais estruturados no assentamento, vindo a se tornarem arrendatários capitalistas que se apropriam da renda da terra sem possuírem diretamente a posse destas. Geralmente estes arrendatários cultivam culturas que se destinam ao mercado todavia com uso de insumos, agrotóxicos e sementes industrializada.

Nota-se ainda que essa prática segue diferentes modalidades. Primeiramente, os arrendamentos a agentes externos ao assentamento, onde quase sempre estruturados com máquinas agrícolas modernas com grande capacidade de produção, os granjeiros arrendam vários lotes. Outra modalidade percebida é o arrendamento entre assentados, onde aqueles que possuem uma estrutura mínima de produção (máquinas e implementos agrícolas), arrendam lotes geralmente de parentes ou de vizinhos que mantêm um certo grau de afetividade. “[...] Este ano eu vô prantá só uns 25 arquere, o ano passado eu prantei mais ma me deu muito trabaio, quase que num vencí, esse ano quero ficá cos lote que eu arrendo mais perto de casa. Arrendo a treis mil o arquere prô soja e pra safrinha [...]” (S.T. K.). Assentado e arrendatário de terra no Assentamento Celso Furtado).

Vale ressaltar que muitos assentados organizados em associações se utilizam de máquinas e equipamentos agrícolas adquiridas através de emendas parlamentares, cultivam produtos destinados tanto ao mercado mas também na forma de alimentos de animais e das famílias. Dessa forma a produção convencional que demanda tecnologia torna-se inacessível para a parte dos produtores, com exceções aos organizados em forma de associações.

É, por tudo isso, que o desenvolvimento das estruturas produtiva provocam relações contraditórias de produção. Como visto neste capítulo, essas relações antagônicas permeiam os sistemas produtivos implantados no assentamento. No capítulo seguinte, o trabalho apresenta experiências práticas produtivas com princípios de autonomia mas também de subordinação ao sistema capitalista.

5 AS RELAÇÕES CONTRADITÓRIAS DE PRODUÇÃO NO TERRITÓRIO CAMPONÊS

Contextualizado os sistemas produtivos no capítulo anterior, sabendo-se que estes têm origem no estudo e proposição da equipe técnica do PDA juntamente com as famílias acampadas durante a elaboração e planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento do assentamento, foi possível entender que na prática não satisfaz as necessidades dos trabalhadores, revelando-se em muitos casos de modo excludente.

Neste último capítulo, o esforço intelectual é compreender essa problemática que se materializa nas principais tipologias produtivas no assentamento. Ainda que repleta de estudos, mas o movimento histórico da realidade sempre há novos elementos que vêm à tona. Porém, sem cair na tentação de sucumbir novos modismos nem tão pouco ignorar a necessidade de reinterpretá-las, o empenho da análise é problematizar essas tipologias a partir da luz da teorização. Nesse sentido, a imprescindibilidade do debate sobre as interpretações teóricas sobre o campesinato é condição para compreender a realidade do território em apreço, compreendendo que nessas discussões emergem diversas correntes filosóficas que resultam em oposições antagônicas sobre o campesinato e os modelos de desenvolvimento.

Para melhor compreender a temática, a produção de grãos aparece como primeira tipologia, haja visto que a produção convencional foi o último assunto contextualizado no capítulo anterior. Nessa lógica, facilita o entendimento do leitor.

5.1 A PRODUÇÃO DE GRÃOS: DA SUBSISTÊNCIA AO CIRCUITO MERCANTIL

A produção de grãos no assentamento divide-se em duas diferentes situações, de um lado os agricultores desprovidos das técnicas modernas de produção, e do outro aqueles que possuem essas técnicas. Dessa forma podemos afirmar que a inserção desses agricultores ao patamar técnico ocorre em diferentes níveis. Na maioria dos casos observados, as lavouras mecanizadas de caráter comercial ocorrem com o uso de insumos e fertilizantes químicos e da utilização da mecanização, enquanto que as lavouras que destinam-se a subsistência da família, geralmente são realizadas com instrumentos manuais e com quantidades de insumos químicos menores.

No entanto, independentemente das situações que se encontram esses produtores, de modo geral todos participam do mundo mercadológico abastecendo o sistema com as *commodities* agrícolas, da mesma maneira produzem para suprir suas necessidades, o que

significa que há uma hierarquia das atividades agrícolas desenvolvidas nos lotes em áreas de proporções diferentes, dependendo da importância atribuída pelo agricultor. Entre essas culturas é perceptível a hegemonia da soja, ao passo que a produção de feijão e milho são secundárias na paisagem, pois aparentemente são destinadas a subsistência do grupo familiar.

Em entrevista com um agricultor que produz tanto para o mercado mas também para o consumo da família, ele relata que para um assentado sobreviver do lote é preciso realizar várias atividades, assim quando alguma delas não alcança suas expectativas, pode uma outra dar um retorno financeiro maior. Desprovido de técnicas modernas de produção, contrata serviços de horas máquinas na realização da lavoura comercial enquanto que as culturas que destinam à subsistência utiliza equipamentos manuais.

[...] Eu produzo aqui feijão, milho pra consumo né, é pranto soja também, é isso o que garante nossa subsistência no lote. [...] Parte eu faço com máquinas, máquinas contratadas prá fazê né, pago por hora pra fazê isso, í partes é manual mesmo (J. Q. Assentado e agricultor, julho de 2018).

Esse processo de modernização das atividades ligadas ao campo na qual a maioria dos agricultores assentados permanecem à margem desse progresso técnico, é entendido por Lênin (1982) como resultado das relações capitalistas de produção. A heterogeneidade no mundo rural visualizada pelo autor, identifica-se no assentamento pela presença da maior parcela de agricultores que se utilizam em suas unidades produtivas instrumentos mais simples de produção, desde as manuais, na cooperação pela troca de dias de serviços, e quando muito contratando serviços de horas máquinas de quem as possuem. Por outro lado, a minoria detém instrumentos agrícolas sofisticados, geralmente plantam em outras áreas além do lote na forma de arrendamento de terra.

Percebe-se uma diferença entre as culturas mais cultivadas pelos agricultores que se utilizam de máquinas agrícolas daqueles que não possuem. Nessa lógica, a produção da soja e do trigo por exemplo que visam o comércio pressupõe a utilização de maquinários, fertilizantes, agrotóxicos e sementes industrializadas. Por vez a produção de milho e feijão que possuem uma dupla funcionalidade, quer dizer para o comércio mas também alimento de animais e pessoas que compõem o grupo familiar, estas se destacam entre os produtores desprovidos dos recursos acima citadas.

Vale ressaltar que o desenvolvimento das estruturas produtivas voltadas à produção de *commodities* agrícolas no município onde se localiza o assentamento favorece a hegemonia das

culturas que visam o mercado. Através de dados do Banco Central³⁸ referente ao montante de recursos financeiros aplicados nas atividades da agricultura e pecuária nos últimos três anos reforçam nossa assertiva. Quando cruzados esses dados é possível perceber um aumento de valores para **investimento**, de R\$ 11.453.618,64 em 2015 para R\$ 12.530.671,08 em 2017, um aumento de R\$ 1.077.053,56. Da mesma forma, nos valores disponíveis na modalidade **custeio**, nota-se um acréscimo de R\$ 2.719.303,59 passando de 17.716.658,32 no ano de 2015 para R\$ 20.839.698,90 em 2016, ainda que houve um leve queda em 2017 de R\$ 403.737,01.

Por outro lado, observa-se um movimento negativo na modalidade **comercialização**, de R\$ 8.617.000,00 em 2015 para R\$ 7.596.730,26 em 2017, ainda que tenha aumentado esse montante em 2016 para R\$ 13.558.000,00. No entanto o que mais chama a atenção nesses dados são a inexistência de recursos financeiros destinados a **agroindustrialização**, o que nos leva a crer que esses valores foram investidos no agronegócio, principalmente em cultura que já existe uma estrutura produtiva formada, as quais se destacam cerealistas e agroveterinárias que atuam no comércio de medicamentos, insumos químicos, agrotóxicos sementes industrializadas e na comercialização da produção. A diminuição da **quantidade** de contratos versus o aumento de **valores totais** embora de um decréscimo em 2016, pode ser em detrimento da expansão das relações capitalistas no campo que tendem a beneficiar apenas determinados produtores em sistemas produtivos assentados na grande propriedade e culturas destinadas ao mercado. Nas tabelas abaixo é possível analisar esses dados.

Tabela (05): Quantidade e valor de contrato por atividade e afinidade no município de Quedas do Iguaçu - Pr, no ano de 2015

Atividade	Custeio	Invest.	Comercializ.	Industrializ.	Qtidade	Valor
Agrícola	15.341.722,52	4.801.164,40	8.617.000,00	0,00	691	28.759.886,92
Pecuária	2.374.935,80	6.652.454,24	0,00	0,00	407	9.027.390,04
Total	17.716.658,32	11.453.618,64	8.617.000,00	0,00	1.098	37.787.276,96

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018

Tabela (06): Quantidade e valor de contrato por atividade e afinidade no município de Quedas do Iguaçu - Pr, no ano de 2016

Atividade	Custeio	Invest.	Comercializ.	Industrializ.	Qtidade	Valor
-----------	---------	---------	--------------	---------------	---------	-------

³⁸ Informações do Sistema Financeiro Nacional, obtidos do Banco Central do Brasil, através da Matriz de Dados do Crédito Rural, com operações cadastradas no Sistema de Operações de Crédito Rural e do Proago.

Agrícola	16.966.167,55	5.851.574,50	13.558.000,00	0,00	659	36.357.742,05
Pecuária	3.873.531,35	5.872.852,35	0,00	0,00	177	9.746.383,70
Total	20.839.698,90	11.724.426,85	13.558.000,00	0,00	836	46.122.125,75

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018

Tabela (07): Quantidade e valor de contrato por atividade e afinidade no município de Quedas do Iguaçu - Pr, no ano de 2017

Atividade	Custeio	Invest.	Comercializ.	Industrializ.	Qtidade	Valor
Agrícola	15.457.047,06	6.476.723,88	7.596.730,26	0,00	588	29.530.501,20
Pecuária	4.978.914,85	6.053.947,20	0,00	0,00	202	11.032.862,05
Total	20.435.961,91	12.530.671,08	7.596.730,26	0,00	790	40.563.363,25

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018

Na visão de Alentejano (2011), a determinação do padrão tecnológico pelo uso das sementes, máquinas e agroquímicos e ainda pela compra e transformação da produção agropecuária, deve-se a internacionalização da nossa agricultura verificada nos últimos anos pelo controle das transnacionais do agronegócio. Através da difusão das sementes transgênicas e dos agroquímicos por grandes empresas do setor, juntamente com as transnacionais de comercialização e processamento industrial da produção agropecuária, estas têm determinado as regras do modelo agrícola agroexportador no Brasil.

Embora que este padrão tecnológico seja perceptível de forma mais generalizada nas grandes propriedades, também abrangem sistemas produtivos camponeses como é o caso mencionado no assentamento. Harvey (2004) denomina essa prática de acumulação de capital de acumulação por espoliação, onde há um certo ajuste no tempo e no espaço, ou seja, uma ofensiva do capital internacional em regiões e lugares mais remotas do planeta onde o sistema possa se expandir por meio da espoliação. Nesse caso, a espoliação se dá pela apropriação da genética das plantas pelo capital, com a consequente extração da mais valia pelo patenteamento das sementes e cobrança de royalties pelo seu uso.

Na ênfase abordada por Ploeg (2008), esclarece que historicamente a formação dos impérios ligados à produção agropecuária em que o autor denomina de impérios alimentares, se constituiu numa aliança entre o Estado e as grandes corporações. Através das legislações, esses impérios agem sem precisar da propriedade direta de uma base de recursos, dessa forma, sua estruturação ocorre pelas suas redes de controle sobre pessoas e recursos de forma indireta.

A especificação dessas normas estruturam as condicionantes da sociedade e da natureza, introduzindo-as na lógica do circuito mercantil. Nas palavras do autor, “o Império é uma estrutura composta por esquemas reguladores de natureza política e econômica que são impostos à sociedade e à natureza. Nessa estrutura e através dela, o Estado e o mercado se tornaram cada vez mais interligados”. (PLOEG, 2008. P. 279). Assim, as regras do mercado nada mais são do que estratégias poderosas de canalização de riquezas em direção aos centros de poder, que se concretiza intrinsecamente na inter relação entre a política e a economia. É, acima de tudo um conjunto complexo de esquemas de controle em expansão cada vez mais monopolista.

Isso é possível com a aplicação generalizada de tecnologias de última geração que permite novas formas de conquista e de controle massivo. Assim, a interligação entre o Estado e as grandes corporações é uma característica particular que se manifesta de forma determinante, moldando as estruturas produtivas progressivamente em territórios, regiões e lugares na sua lógica de domínio.

Focalizando a lente analítica na realidade pesquisada, esse controle exercido pelo Estado em conluio com as corporações, extrapola os limites do padrão produtivo mas também determina as condições socioeconômicas dos agricultores. “Nóis infrentamo uma grande dificuldade porque não temo máquina, se num tem suporte não tem condição, samo piquinininho” (J. Q. Assentado, julho de 2018). Na declaração do produtor fica evidente a disparidade causada pelo processo de controle estabelecido no assentamento pelas relações capitalistas de produção.

Contraditoriamente, o grau de inserção no sistema capitalista determina sua condição econômica mas também de submissão. Se na lógica da agricultura quimificada é preciso sistematicamente aumento produtivo, haja visto cada vez mais a necessidade da utilização de instrumentos modernos de produção e como forma de amortizar o valor pago do bem, no outro extremo, na agricultura de subsistência o agricultor não depende totalmente do contexto econômico que está inserido, da mesma forma das constantes flutuações de preços que o mercado estabelece.

Entretanto, a possibilidade da venda do excedente produtivo de alguns produtos tanto do autoconsumo como da produção comercial é um modo que o agricultor assentado se programar frente a um período entre safras com mercadorias que não estão disponíveis no lote, possibilitando uma autonomia nas operações de consumo e de venda da produção. Porém, ao entrarem no circuito mercantil, as mercadorias de origem do campesinato sofrem uma mutação. De acordo com Bartra (2015), o fato de que a sobrevivência é o objetivo imanente do

campesinato, de tal maneira que colocando o excedente produtivo a venda e adquirindo produtos que não produz em sua propriedade, seu objetivo continua sendo o valor de troca, daí então que suas mercadorias sofrem uma mutação. “Na medida em que ingressam na circulação capitalista, as mercadorias de origem camponesa sofrem uma mutação, pois o que o vendedor considera primordial é a simples possibilidade de se estabelecer uma relação de troca” (BARTRA, 2015. P. 16).

Nesse sentido, há uma distinção entre a produção camponesa e capitalista. Na produção camponesa onde ocorre a circulação simples, a principal finalidade é obter os meios de reprodução necessárias à satisfação das necessidades, enquanto que na produção capitalista a sua principal finalidade é a reprodução ampliada do capital.

Para o autor, o fato de que o capitalismo se apresenta como única oportunidade de realização de compra e venda, os camponeses não têm outra saída a não ser colocar o seu excedente no circuito capitalista, logo a produção sofre uma decomposição de preços. Nesse processo, o sistema favorece a recriação do campesinato de acordo com seus interesses, por outro lado, a luta social contra o capitalismo pelos camponeses é uma condição de existência e recriação da classe.

Assim, percebe-se que o desenvolvimento da agricultura capitalista não eliminou por completo a produção camponesa. Esta condição deve-se à capacidade de resistência dos camponeses, o que tem resultado numa prática de recriação contraditória de formas não capitalistas no próprio processo de acumulação do capital.

5.2 A PECUÁRIA DE LEITE NO ASSENTAMENTO CELSO FURTADO

Entre as atividades desenvolvidas no assentamento sem dúvida que a pecuária do leite é mais amplamente realizada, sendo possível observar em praticamente quase todas as unidades produtivas como a principal fonte de renda. Durante o período de prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) desenvolvidas por entidades como o CEAGRO em convênio com o INCRA, os produtores tiveram contato com novas técnicas principalmente da utilização do método de Pastoreio Voisin (PRV) e da alimentação de animais o que possibilitou aumento significativo na produção, tornando assim a atividade econômica mais praticada pelos assentados, em raros casos são os lotes que o leite é suplementar as demais.

Porém, a comercialização ainda é realizada em vários laticínios da região em forma *in natura*. Segundo o nosso interlocutor que está na atividade desde que foi assentado, relata que

a produção no assentamento tem destino às agroindústrias de várias cidades próximas, ficando apenas uma pequena parte no município.

[...] Nós vendemos a produção do assentamento em vários municípios da região, seja Cantagalo, Laranjeiras do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, agora também em São Jorge do Oeste, Catanduva, Cascavel, então são vários laticínios que coletam leite aqui que a produção é uma produção grande no assentamento, então um só não tem condições de absorvê, no município fica muita pouca coisa, a maioria pra fora do município mesmo (E. C. R. Assentada e produtora de leite, julho de 2018).

Na opinião do entrevistado, a falta de estrutura produtiva no assentamento ou mesmo no município que possa agregar valor na produção, deve-se entre os limites, principalmente a dificuldade de organização coletiva do trabalho, haja visto o tempo e as condições já descritas no texto que o assentamento foi criado mas ainda é carente de infraestrutura básica necessária para escoar a produção dos lotes, uma das razões pelas quais dos preços baixos pagos aos produtores. De acordo com o entrevistado, na contramão da falta de estrutura, a pecuária de leite se destaca como a principal atividade das famílias pela quantidade produzida nos últimos anos, porém desestruturado em consequência da fragilidade da organização social.

[...] Hoje nós temos um potencial nos assentamentos se fosse de uma forma organizada, ela seria importante pra agrega valor, uma agroindústria no setor de leite. [...] A questão de armazenamento também é importante, porque você tem como aguardá preço, a hora certa de fazê a comercialização, e assim do jeito que nós somo desorganizado sem infraestrutura, sem estrada, hoje pra você tirá o leite muitos produtores ainda perde leite no tanque porque não tem como chega, choveu não chega, isso em quase 15 anos de assentamento, então pra você vê que as coisas não é face, ela é muito travancada quando você fala de assentamento. [...] Olha se nós fazê uma média hoje pro assentamento, eu carculo assim, em torno de 5 mil litros por família, fazê uma média né, tem uns aí que produz mais, bem mais né, tem uns que produz bem mais que 10 mil litros por mês. Então eu chego a uma conclusão assim não é exato, mas é só multiplica aí 5 mil litros por mil e poucas famílias, então tem uma ideia de quanto leite é produzido, principalmente aí nos últimos anos tão produzindo mais né, í é o que mantém as famílias (E. C. R. Assentada e produtora de leite, julho de 2018).

Equacionando esses dados apresentados pelo interlocutor, chegaremos a uma somatória de 5 milhões de litros de leite mensais, bem próximo dos dados levantados por outro produtor de leite que também é representante do assentamento no Poder Legislativo Municipal, que indica uma produção de 4 milhões de litros mensais. “[...] Prá você vê, só o assentamento sozinho produz cerca de 4 milhões de litros de leite por meis (C. T .L. Assentado e produtor de leite, julho de 2018).

Esses números revelam a importância da atividade para a manutenção das famílias nos lotes, contraditoriamente comprovam também o grau de sujeição dos produtores ao setor agroindustrial e comercial de laticínios. Ao mesmo tempo que a pecuária do leite é a atividade mais realizada pelos assentados, é também a que mais subordina a produção ao capital industrial e comercial por meio dos cuidados zoossanitários e nutricionais dos animais. Com a necessidade de alimentar o rebanho no período de inverno, surgem despesas de insumos, sementes, agrotóxicos e horas máquinas no plantio na transformação do milho em silagem. Adicionado a essas despesas, verifica-se o uso de fontes de alimentos de origem industrial como é o caso da ração e sal mineral, e de medicamentos veterinários. Com relação aos cuidados fitossanitários, o capital industrial absorve outra parte significativa da renda da produção camponesa pela busca constante da padronização da produção, seja pela forma de armazenamento em resfriadores ou ainda pela ordenha mecanizada.

Todas essas condições impostas pelo capital industrial aos produtores de leite no assentamento, são verificadas pelo aumento do número de lojas no comércio, específicas para as atividades ligadas ao campo. “[...] Se multiplicô o número de agropecuárias em Quedas do Iguaçu depois que foi criado o assentamento” (C. T. L. Assentado e produtor de leite, julho de 2018). Ao mencionar as mudanças no perfil econômico do município com a criação do assentamento, o interlocutor relata que parte do comércio se estruturou visando principalmente atender as demandas dos assentados. Isso demonstra o quanto é o grau de sujeição da renda da produção camponesa ao capital e como o assentamento contribuiu para a economia do município.

Com a adesão quase que total dos assentados pela pecuária leiteira, a maior parte dos recursos disponíveis ao financiamento das atividades nos lotes, destinaram-se ao desenvolvimento desse sistema produtivo. Logo, as mudanças ocorridas no perfil econômico do município são vislumbradas pelos agentes do capital como oportunidades de negócios, pois a demanda por instalação de mais de mil novas unidades produtivas com máquinas e equipamentos, o comércio se estrutura com a oferta de produtos e serviços, desde os mais simples, as agroveterinárias e os complexos, as agências de financiamentos.

Nesse contexto onde a demanda era maior que a procura, o desenvolvimento da pecuária de leite ocorreu mediante uma situação de fracionamento de preços, descrita por um dos nossos interlocutores.

Quando nós acessamo os pronaf, os recursos né, teve muita burocracia prá comprá material prá construí as salas de ordenha né, as vaca memo né, inviabilizô porque

you do not get money, you will make investments through notes, making it expensive and with much exploration. For example, for the acquisition of a cow, the price is already another, because you do not work with money, you work with notes, so everything makes life for the settler to start producing on the lot (A. C. R. Assentada e produtora de leite, julho de 2018).

Percebe-se uma imposição das indústrias para que os produtores acompanhem as inovações tecnológicas, realizando assim uma clara transferência de renda da pequena unidade produtiva ao grande capital industrial, desde o início da atividade da agropecuária leiteira. Numa condição pré-estabelecida aos agricultores que se aventurariam na produção de leite, os investimentos em tecnologia seria o ponto de partida para o sucesso da atividade, tendo em vista que os rendimentos conciliados com a qualidade do produto sempre estiveram presentes na cadeia produtiva do leite.

Porém, constata-se que apesar desses investimentos em produção e qualidade, a classificação do leite através do teste de acidez, da quantidade de água e exame laboratorial, muitos produtores reclamam que são manipuladas, tornando os preços do leite ainda mais baixos.

Todavia, a decisão pelo sistema produtivo advém dos agricultores que concebem a pecuária leiteira uma fonte de renda significativa, onde se utiliza a mão-de-obra de toda a família, inclusive de mulheres, jovens e crianças. Ainda assim, os animais representam uma possível reserva de valor de fácil liquidez disponível na propriedade, além da garantia de recursos monetários mensais no orçamento das famílias (SILVA e TSUKAMOTO, 2001). Um processo nítido na produção de leite no assentamento, em que as tarefas são distribuídas de acordo com a hierarquia familiar.

Vale ressaltar ainda que os preços estabelecidos variam de produtor para produtor de acordo com os volumes de produção. Numa estratégia de forçar os produtores a se adequarem às suas exigências, às indústrias lácteas aplicam preços diferenciados onde quem produz menos de certa forma é penalizado, por outro lado beneficia quem produz maior volume. Assim, existe uma diferença de valores pagos por quantidade produzida, mas também pela qualidade (teor de gordura e acidez). Da mesma maneira, é indispensável acrescentar que a matéria-prima ao entrar no circuito mercantil, assume o caráter de mercadoria, estando portanto submetida às variações de preço decorrentes da dinâmica do mercado. Todos esses fatores afetam a rentabilidade e a sustentabilidade dessa cadeia produtiva.

Diante do exposto, reforça a proposição de que no Assentamento Celso Furtado há em curso a formação de um campesinato com níveis diferenciados de inserção no mundo mercadológico. Nesse sentido, a importância outorgada pelos trabalhadores a pecuária leiteira

deve-se pela a principal atividade econômica dos assentados, no entanto também ilustra o grau de dependência e autarquia frente às relações capitalista no campo.

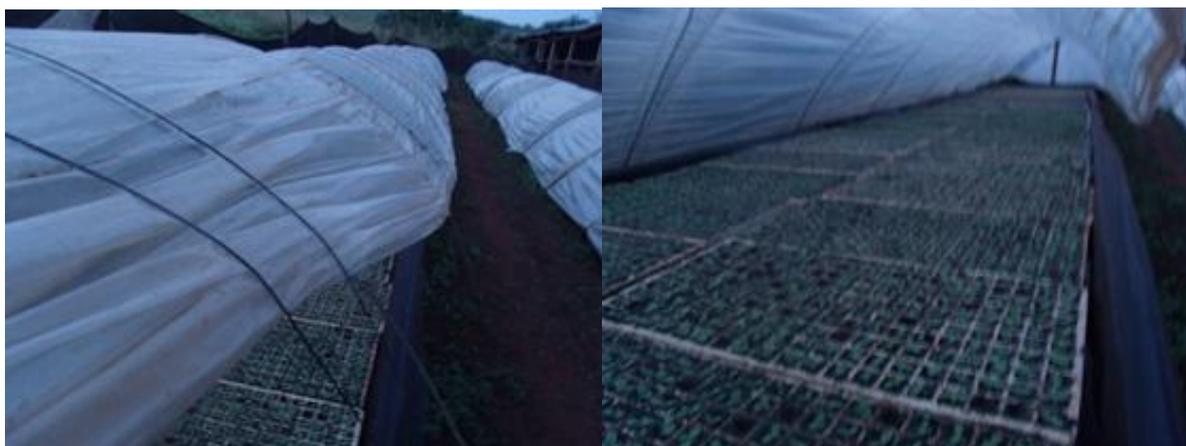
5.3 A INTEGRAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA PELA INDÚSTRIA DO TABACO

A partir das inserções a campo, foi possível constatar que o desenvolvimento desigual e contraditório das forças produtivas no Assentamento Celso Furtado, forjou a inserção dos assentados em diferentes níveis de integração ao sistema capitalista de produção, entre as quais a integração às indústrias do tabaco o capital monopolista extrai a renda da produção camponesa. Uma atividade quase que exclusivamente vinculada às pequenas unidades produtivas. O sistema não expropria o camponês (porque não lhe é vantajoso, frente a uma alternativa baseada no assalariamento pleno dos trabalhadores), mas subordina a sua produção à indústria numa relação de troca desigual.

Nesse sistema, embora o agricultor seja detentor e produtor dos seus meios de produção, está sujeito às regras socioeconômicas complexas, portanto não tem o controle do processo produtivo e comercial, na medida que é permeado pelo capital. Payés (1993) afirma que a integração corresponde a diversas situações, mas principalmente da garantia de compra da produção de determinados produtores por uma indústria. Nessas distintas situações, as indústrias interessadas em matéria-prima interferem diretamente na produção através do fornecimento de insumos, tecnologias e assistência técnica, assim os produtores são submetidos a regras e garantias estabelecidas pelas empresa integradoras, onde ditam a ordem da organização produtiva inclusive com o assalariamento dos trabalhadores ainda que detentores dos seus meios de produção.

A constatação do cultivo do tabaco por alguns assentados transcorre esse sistema de integração, com a predominância das empresas Souza Cruz e Universal Leaf Tabacos. Com a exigência da venda da produção exclusivamente a essas referidas empresas, estas por vez financiam as estruturas como os materiais de canteiros, galpões, sementes, agrotóxicos e assistência técnica aos produtores. A figura abaixo mostra os canteiros com 20 mil mudas de fumo em crescimento aguardando o momento adequado para serem plantadas em uma área de 1,2 hectares, onde o produtor é integrado a Universal Leaf Tabacos.

Foto (02): Canteiro de muda de fumo.



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2018

Na medida que são integrados, os produtores assumem a obrigatoriedade do pagamento dos débitos no momento da entrega na forma de produção, sem a necessidade de dispêndio monetário. Em entrevista com um produtor, nos relatou que depois de alguns anos de trabalho nesse sistema há maior facilidade para obter financiamentos com a referida empresa fumageira.

A empresa vem aqui na casa, nós fais o pedido pra começa prantá, aí eles trais todos os insumos nós prantamo, só liga eles vem busca a produção aqui e deposita o dinheiro na conta. É tipo integração, nós não se vira com nada, eles vem aqui, né fais o pedido aqui, depois nós só trabalha e manda pra lá, só avisa eles vem busca e depois pagam também (A. J. Assentado e produtor de fumo, julho de 2018).

Ao assumirem o papel de agentes financiadores, as empresas que operam esse sistema determinam as taxas de juros e preços dos insumos, mas sobretudo do preço da produção. Assim, mais que atuar na industrialização também praticam a usurpação da renda da terra em duas situações distintas no mesmo setor produtivo, numa relação de dominação exercida pelas empresas integradoras.

Apesar disso tudo, os camponeses têm uma autonomia relativa sobre a decisão das atividades a serem desenvolvidas nos lotes. Ainda que ocorra a subordinação da renda da produção camponesa ao capital na medida que incorporam-se na lógica capitalista, os camponeses detém a aptidão e competência para gerir suas estratégias de reprodução enquanto classe. Partindo dessa premissa, no trabalho de campo foi possível constatar que a quantidade de membros familiares (força de trabalho disponível) é um dos critérios relevantes na tomada de decisões das atividades agrícola a serem desenvolvidas. Nosso interlocutor relata que várias atividades foram experimentadas, porém a cultura do fumo se adaptou melhor no lote haja visto o tamanho e limites da propriedade.

Nos primeiros anos eu prantei feijão mas não deu certo, aí comecei com vaca de leite também. Como meu lote é piqueno tipo assim três alquere, o resto é mato é banhado, aí vendi as vacas e aí começamos com o fumo que é o que menos ocupa terra, poco quadro né, em meio alquere você pode tirá por quatro a cinco de soja. Prantamo soja, milho, feijão, um poco pro gasto e o fumo, o que mais é... rende em dinheiro pra nós é... no ano passado me sobrô 23 mil e sobrô limpo né, esse ano deu muita chuva sobrô menos, me sobrô só 10 mil limpo fora os insumo, as despesa de plantá né (A. J. Assentado e produtor de fumo, julho de 2018).

Nos relatos acima, fica evidente as atividades agrícolas onde a família não obteve resultados satisfatórios. Porém, paradoxalmente a integração da propriedade nos mercados competitivos voltados à exportação, a fumicultura serviu de mecanismo de reprodução social da família composta por genitor, genitora, duas filhas, um filho e um genro, os quais compõem a mão-de-obra utilizada na produção camponesa, necessária portanto a manutenção do grupo no lote. Nessa relação de troca, a família não vende diretamente sua força de trabalho ao capital, mas o resultado desse trabalho, contido na matéria-prima contratada pela indústria.

Perguntado se a cultura do tabaco é a principal atividade que garante renda à família, o entrevistado argumentou que é a que mais necessita de mão-de-obra devido à falta de instrumentos mecanizados, [...] “é bem trabalhado né, é tudo manual né, demanda de você trabalha né. Não tem quase máquina, é tudo na carpideira na inchada memo, o negócio é tudo manual”. Na resposta do interlocutor, “é tudo manual” corresponde a atividade que mais emprega membros da família. Por outro lado, ao contrário da cultura de fumo, há disponível máquinas (trator, plantadeira, colheitadeira e pulverizador) na produção de grãos. Nota-se assim, uma preocupação para além da questão econômica, da ocupação dos membros familiares. O entrevistado esclarece que a produção de fumo corresponde a um período entre setembro a janeiro vindo a se tornar os meses de maior concentração de trabalho, pois coincide com outras atividades agrícolas realizadas no lote, enquanto que no período entre safras a família tem um certo descanso. Nesse sentido, para aumentar a renda do grupo, o entrevistado relata que também presta serviço para os assentados com o aluguel de horas máquinas agrícolas desde o plantio até a colheita.

Observa-se portanto que o cultivo do fumo é compreendido pelo interlocutor como uma fonte de renda e ao mesmo tempo geradora de trabalho, oposto a produção de grãos que devido ao uso da mecanização diminui a autoexploração do grupo. Ou seja, uma possibilidade de manutenção e reprodução da família no lote mesmo que num determinado sistema produtivo

de perda da autonomia camponesa. Na figura abaixo é possível perceber parte da área do lote contendo infraestrutura de moradia e galpão de secagem e armazenamento da produção de fumo, e também da área a ser cultivada.

Foto (03): Vista parcial da área a ser cultivada com fumo, ao fundo a infraestrutura de moradia e galpão de secagem e armazenamento da produção do tabaco.



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2018

Do ponto de vista dos autores que defendem a integração das pequenas unidades produtivas onde o trabalho e a propriedade estão ligados a família como é o caso do lote pesquisado, o sucesso econômico destas dependem diretamente do grau de sua integração com a lógica capitalista de produção. Nessa corrente teórica, as profundas mudanças que ocorreram na sociedade afetaram as formas de produzir e a vida social dos agricultores, adaptando-os ao mercado que por vez responderam às exigências dos novos contextos que são submetidos (ABRAMOVAY, 1993).

Porém, embora que o trabalho familiar seja uma realidade na produção de tabaco no lote pesquisado, uma explicação teórica mais condizente com a realidade diz respeito à

centralidade ou objetivo principal da produção camponesa que é a garantia da existência e da reprodução social do grupo. Portanto, a efetivação da relação de troca de mercadorias com o mercado que nesse caso é a matéria-prima para a indústria visa uma reprodução simples, o que significa dizer que a família repõe a cada ciclo da atividade produtiva, os meios necessários de sobrevivência e de produção ao contrário da empresa integradora que tenciona a reprodução ampliada de mercadorias.

Partindo dessa assertiva, Oliveira (2007) relata que no atual estágio monopolista, o sistema cria e recria relações capitalistas visando a sua reprodução ampliada permanente, seja pela expansão do capital no campo pela compra e venda da terra, mas também pela subordinação da produção camponesa. Nesse sentido, embora que a família produtora de fumo ainda tenha a posse da terra, sua reprodução social está sujeita às regras impostas pelo desenvolvimento desigual e contraditório do capital. O sistema de integração situa-se nesse processo como uma maneira de integrar a produção camponesa nos mercados competitivos voltados à exportação, porém contraditoriamente mantém os agentes diretos de produção a margem desse modelo de desenvolvimento.

Constata-se portanto que a integração da indústria do tabaco no assentamento tem gerado realidades distintas, pois trata-se de sistema controlado por empresas capitalistas que impõem condições de trabalho e de produção aos produtores. Como a fumicultura encontra-se vinculada ao universo da agricultura familiar haja visto a exigência da mão-de-obra utilizada no cultivo, Paulilo (1990) relata que é a força de trabalho familiar que constitui a fumicultura produzida no Sul do Brasil. Embora trabalhosa, num certo período requer detalhes no tratamento, sendo a colheita e o armazenamento realizado muitas vezes com a utilização do trabalho de crianças e adolescentes.

Em função disto, o questionamento levantado é sobre a condição socioeconômica do produtor integrado na agroindústria fumageira. Diante da circunstância de dependência causada pelo impacto de integração na autonomia do agricultores, tendo em vista o uso de insumos químicos o que pode contaminar o meio ambiente e a saúde física e mental dos trabalhadores, a renda da produção camponesa nutre um modelo de desenvolvimento contraditório e desigual. Essa assertiva é confirmada pelo interlocutor ao relatar em entrevista que logo depois que a empresa começou a operar esse sistema no assentamento muitos acabaram desistindo da atividade, o que leva a crer que a fumicultura em muitos casos não contempla os anseios dos produtores. De fato nas incursões a campo foi possível perceber muitos lotes em que existem barracões de fumo sem a devida utilidade, onde a produção do tabaco não é mais significativa.

Nessa relação econômica desproporcional, as empresas não abrem mão da taxa de lucro por meio do controle total do processo produtivo, desde os financiamentos os quais estão embutidos as taxas de juros pagas em forma de produção, mas principalmente do preço final da matéria-prima independentemente das condições econômicas ou físicas dos produtores no resultado final dessa operação. Por isso, a integração do agronegócio da fumicultura no assentamento tem gerado um modelo de desenvolvimento contraditório e desigual na medida que a maior parcela da renda da produção camponesa é absorvida pelas empresas integradoras, conseqüentemente dispondo a maioria dos produtores quase sempre a marginalização, com raras exceções os que conseguem se integrar num sentido irrestrito da palavra.

5.4 A CAPACIDADE DE RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO AO MODELO PRODUTIVISTA

Apesar das muitas mudanças que ocorreram nos diferentes sistemas produtivos dos assentados depois da implantação do assentamento no ano de 2005, assunto já exposto no decorrer desse trabalho, algumas das formas de produção estabelecidas como estratégia de luta e enfrentamento aos interesses de controle socioeconômicos do sistema capitalista de produção, persistem e alcançam relevância econômica e política.

Esta condição deve-se principalmente a capacidade de luta e resistência por parte de muitos camponeses que organizados em associações, grupos de trabalho, enfim, em diferentes organizações resistem às investidas do capital nas suas parcelas produtivas que muitas vezes limitam-se apenas por uma estrada seminal ou barreiras compostas por vegetais. Esta resistência à dominação e imposição das relações capitalistas de produção deve-se segundo Sevilla Guzman (2001) às lutas e às práticas sociais do campesinato. Então para compreendê-lo é importante valorizá-lo em sua especificidade considerando o momento histórico, da sua cultura permeado pelo grupo social que está inserido. Para o autor, é na capacidade de luta e resistência que os camponeses têm conquistado as suas frações de território, se constituindo como possibilidade de construção da autonomia camponesa, pois na resistência os camponeses se constroem enquanto sujeitos políticos.

Na perspectiva de Shanin (2008), apesar das muitas transformações que ocorrem no campo pela modernização agrícola, a produção camponesa não foi excluída haja visto a complexidade social do campesinato, ou seja, ao mesmo tempo que é uma classe é também um modo de vida. A ênfase dada pelo autor revela que as classes são formadas ao fazerem enfrentamentos, ao lutarem por seus interesses, assim, a definição de classe camponesa é o que

eles fazem e não pelo que eles são. “Eu diria que para responder a pergunta sobre se os camponeses são uma classe, eu precisaria fazer outra pergunta: o que é que eles fazem? Não o que eles são, mas o que eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas” (SHANIN, 2008. P. 37). Se eles lutam se constituem enquanto classe, caso contrário, isto é apenas um modo de vida.

No assentamento Celso Furtado, a luta de muitos camponeses como estratégias de construir sistemas produtivos saudáveis que garantam soberania alimentar e conservação ambiental se constitui como referência de organização coletiva de enfrentamento ao modelo agrícola dominante. Incentivado pelo MST desde o período de acampamento, os agricultores estão resgatando as técnicas da produção orgânica como forma de fugir aos esquemas de dominação dos pacotes tecnológicos convencionais. Assim, esses camponeses são protagonistas na potencialização da matriz agroecológica no assentamento, evidenciando a resistência à hegemonia da agricultura artificializada.

Da mesma forma que a produção orgânica é incentivada pelo MST como uma das estratégias de resistência do campesinato, há também um esforço em construir outros espaços coletivos de redimensionamento político das lutas, que colaborem na resistência e enfrentamento ao modelo de produção do capital, entre as quais se destacam a produção de café agroecológico, a agroindustrialização de milho, arroz e trigo em derivados alimentícios e também a Feira de Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, assuntos a serem abordados nos próximos itens.

5.4.1 A PRODUÇÃO DE CAFÉ AGROECOLÓGICO

Aspirando que a Agroecologia começa a ser incorporada nas práticas sociais como bandeira de luta do MST a partir do ano 2000 durante 4º Congresso Nacional, o movimento procura nessa matriz científica novos conhecimentos que proporcionassem aos agricultores um sistema produtivo vinculado a autonomia produtiva. Borsatto e Carmo (2013) relatam que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra foi uma das primeiras organizações sociais camponesas a incorporar a construção do discurso agroecológico em suas práticas sociais, haja visto a necessidade da conquista mas também permanência das famílias na terra pela negação dos pacotes agrícolas convencionais.

A proposta da produção orgânica no assentamento remonta ainda a época dos acampamentos que deram origem ao Assentamento Celso Furtado. Como foi criado nesse período de debate sobre a construção de novos sistemas produtivos nas áreas de Reforma

Agrária, dois grupos foram formados (Brigada Orgânica e Palmital), todavia muitas circunstâncias opostas ao desenvolvimento da produção orgânica nesses grupos acabaram quase que desaparecidos, assunto que foi contextualizado no terceiro capítulo, cabendo aqui um exercício de rememoração como forma de introdução ao tema proposto.

Porém, embora que a produção orgânica não teve êxito nos grupos formados acima citados, continua sendo um tema debatido nos espaços políticos organizativos dos assentados, tendo em vista os dilemas causados nos sistemas produtivos camponeses pelo modelo agrícola dominante. Nesse sentido, observa-se que algumas experiências de produção orgânica visualizadas no assentamento contraditoriamente surgem a partir de contextos históricos de desencantamento do padrão produtivo vigente. O caso mais notório é a produção de café agroecológico localizado na Comunidade Palmital, que surgiu a partir de um redimensionamento da matriz técnica das atividades desenvolvidas no lote.

Foto (04): Placa da Unidade Demonstrativa Café Agroecológico com os respectivos parceiros



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2018

Em uma das investidas a campo, constata-se que a experiência da produção de café agroecológico surge a partir da frustração ao sistema produtivista que não deu certo. De acordo com o produtor que é filho de um assentado e reside no mesmo lote com sua esposa e um filho, nos relatou que a ideia de produzir café surgiu logo após seu pai ser assentado quando cerca de 40 mudas foram plantadas no quintal agroflorestal consorciado com outras plantas visando apenas o consumo da família. Percebendo bons resultados, cerca de 250 novas mudas de café

arábica que se adaptam melhor ao sistema de sombreamento foram plantadas numa outra área do lote. Como a família já tinha adquirido experiência da cultura quando residiam anteriormente antes de se estabelecer no assentamento em São Jerônimo da Serra na Região Norte do Estado do Paraná, onde o clima é mais favorável a cultura, logo consorcia-se outras plantas de maior porte junto ao café, protegendo assim as mudas das intempéries. As figuras abaixo mostram o sistema da produção de café consorciado a outras plantas, entre elas o mamão, abacate, mamona, amora, guandu, ameixa manga, coqueiro, entre outras.

Foto (05): produção de café orgânico sombreado



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2018

Nesse sistema busca-se manejar de forma equilibrada o solo e os demais recursos naturais, mantendo esses elementos em harmonia. Com a adoção de técnicas ecológicas de manejo sustentáveis, mantém-se a base física do solo preservando assim a estrutura e funcionamento do ecossistema. Para Altieri (1997) esse sistema busca o desenvolvimento de agroecossistemas visando à mínima dependência de insumos agroquímicos externos, potencializando sistemas agrícolas complexos onde as interações entre os componentes biológicos criam a fertilidade do solo.

Contraditoriamente no lote onde a produção de café agroecológico se destaca, predominava um sistema de produção agrícola com uso elevado de insumos e fertilizantes químicos, associado a uma produção de leite voltado a abastecer agroindústrias da região com o fornecimento de matéria-prima. Conforme o entrevistado, a produção agrícola voltada principalmente ao mercado era realizada com aluguel de máquinas, somada aos preços dos insumos se tornava inviável. Dessa forma, a produção de leite passou a ser a principal atividade econômica no lote, porém depois de alguns anos entra em declínio devido a infestação de doenças nos animais, causando alto índice de aborto vindo também a comprometer a outra

atividade que gerava renda a família. Diante desse dilema e como a produção de café já despontava ser uma atividade rentável, foi o ponto de partida para uma mudança de paradigma produtivo estabelecido no lote, todavia com auxílio de entidades vinculadas à produção orgânica.

[...] Na verdade as mudanças ocorreram aos poucos né, mais se você para pra analisá quando nós viemos pra cima da propriedade, é nós plantava milho plantava soja no convencional né, í a gente convivia com aquilo. Era adubação química, veneno né até bem próximo a moradia. Nós também produzia leite na propriedade, mais as vaca começaro a ficá doente com a contaminação de um vírus que nem os veterinários não conseguio eliminá, provocô muito aborto nas vaca, í os equipamentos era muito caro, o resfriador prá comprá. Com o novo sistema, começamos a mudá, é é aonde era soja a gente foi abrindo espaço pra plantação de arvores melíferas que eu quero pro futuro produzí mel, aonde era milho a gente continuô com o milho mas com uma forma diferente. [...] Daquele tempo prá cá, a evolução que a terra teve é notória, é bonito de vê a quantidade de matéria orgânica que tem ali. Hoje é totalmente diferente né, restauramos algumas áreas com o plantio de muitas árvores né, as leguminosas e outras, então tamo deixando do tipo que a gente qué í necessita pra tê qualidade de vida com um ambiente sadio (J. G. Produtor de café agroecológico, julho de 2018).

Nos relatos do interlocutor, percebe-se que as mudanças nos sistemas de produção ocorreram a partir de uma situação de descontrole pelo grau de subordinação ao modelo capitalista. Na medida que a família mais se incorporava ao modelo produtivo do agronegócio por meio da uso das técnicas ditas modernas, com a utilização de maquinários, fertilizante, agrotóxicos e sementes industrializadas, ou ainda pela adequação das regras impostas pelo capital na produção de leite, pela aquisição de resfriador, ordenha mecanizada, uso de insumos com sal mineral, ração, medicamentos, pagamentos de serviços veterinários, entre outros, tudo isso implica na retenção da renda por meio da produção camponesa, o que tornou incerta a manutenção do grupo familiar.

A fala do entrevistado é reveladora ao mencionar as circunstâncias em que os produtores inseridos no circuito mercadológico são submetidos, onde o capital cria e recria formas cada vez mais sofisticadas de subtrair a renda das famílias camponesas. Porém, com as mudanças estabelecidas no lote, a produção de café sombreado tornou-se uma alternativa interessante e viável, como sendo resultado das ações de resistência ao sistema produtivista. Articulados em torno da movimento sem-terra e das forças advindas das organizações parceiras, o café agroecológico vem se tornando uma referência nesse segmento produtivo na região.

De acordo com o entrevistado, foram muitos os desafios encontrados no decorrer do processo de mudança, quando a produção orgânica foi questionada se realmente seria solução

depois dos problemas enfrentados com a produção convencional. Todavia, com a existência técnica de algumas entidades parceiras, a produção toma novos rumos desde o plantio até a comercialização.

[...] O aumento da produção se deu a partir da assistência técnica do, do pessoal do CEAGRO, dos dos técnicos em si que... que incentivaro né í viero e olharo a piqueno produção que a gente tinha, í viram uma possibilidade né, í começaram a incentivá essa produção. Como também nós já tinha conhecimento na área, se criemo produzindo café, então a gente resolveu aposta, não foi face, no começo achemo que talvez não ia dá certo. [...] Nos últimos anos, os técnicos da EMATER estão fazendo um trabalho minucioso aqui na propriedade, eu digo que a história do café aqui na propriedade tomô otros rumos depois do atendimentos dos técnicos da EMATER, inclusive na divulgação e comercialização do café na região, na rotulagem, tudo foi eles que nos orientaram na forma certa de fazê. Então foi e tá sendo bastante positivo tanto na orientação da produção mais também na divulgação do café (J. G. Produtor de café agroecológico, julho de 2018).

Todavia muitos limites que a produção de café agroecológico enfrenta para se consolidar não depende somente da assessoria técnica, mas de um arcabouço instrumental que não se visualiza apenas no sucesso da produção. Isto porque o desenvolvimento das estruturas produtivas historicamente foram pensadas na perspectiva do capital por meio da modernização das atividades agrícolas, deixando à margem desse modelo a produção sustentável de base camponesa, tanto que o sistema orgânico de produção agropecuária é somente reconhecido institucionalmente pela Lei Federal n.10.831/03 e pelo Decreto 6.323/2007 (DAROLT, 2011).

Diante disso, a agricultura de princípios orgânicos é carente de investimentos específicos que atendam às necessidades dos produtores. Nosso interlocutor relata que o café sombreado é um café do tipo especial, porém para agregar um valor aproximado aos preços praticados pelo mercado, necessitaria de uma torradeira também do tipo especial que custa atualmente cerca de R\$ 15.000,00, mais uma empacotadora a vácuo que retira alguns gases que no processo de empacotamento podem comprometer a coloração e a qualidade do café. Na tentativa de solucionar os problemas, conta que recorreu ao Banco do Brasil intentado obter financiamentos para a aquisição dos equipamentos, no entanto não teve sucesso. Por isso a venda do café limita-se às formas *in natura* e moído, empacotado em um sistema tradicional diferentemente dos cafés especiais mais caros. Isso demonstra que o sistema político e econômico que ordena a sociedade estabelece um conjunto complexo de controle sobre as atividades agrícolas, intentado tornarem-se cada vez mais de monopólio do capital.

Em contrapartida, se diz realizado e feliz pelas mudanças implementadas no lote apesar dos desafios que precisa enfrentar. Segundo ele, não pretende acumular riquezas pois a

produção de café agroecológico somada a de 200 pés de maracujá, hortaliças e frutas garantem uma renda que possibilita conforto da família. Narra que a produção de café anual chega em torno de 300 quilos e é vendido a um preço médio de R\$ 32,00 em feiras livres e a clientes particulares, a produção de maracujá em torno de 500 quilos é vendido também em feiras e mercados em média entre cinco a sete reais ao quilo, enquanto que a produção de hortaliças e frutas variam de acordo com quantidades que são entregues aos programas PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Além dessas atividades, percebe-se outras que destinam-se a subsistência da família, as de tubérculos, de feijão, de milho e ainda a criação de pequenos animais. Esse conjunto de atividades formam a base de um sistema inovador que não depende de flutuações provocadas pelo mercado, onde o camponês tem certa autonomia em seus processos produtivos.

Assim, a fala do entrevistado merece destaque ao mencionar as perspectivas de futuro que pretende para a família. “[...] Eu tenho vinte e nove anos, minha esposa tem 20, tenho uma nenezinha que vai fazê um ano, í tamo preparando um ambiente pra vive tranquilo economicamente sustentável com saúde, com qualidade de vida pros próximo 50 anos” (J. G. produtor de café agroecológico). Essa percepção narrada pelo interlocutor de preparar um ambiente que proporcione qualidade de vida para a família e das gerações futuras, também é uma preocupação de Toledo y González de Molina (2004). Na obra intitulada de “Metabolismo Social” os autores criticam as formas de relações degradantes do ser humano com a natureza na história de sua coevolução social. Para os pesquisadores o futuro do meio ambiente em que vivemos e viverão as novas gerações dependerá do comportamento dos indivíduos no que diz respeito a suas formas de organização social, que dependendo da situação poderá haver uma ruptura na coevolução social e ecológica.

Nesse sentido, a produção de café agroecológico merece destaque porque é uma das poucas experiências visualizadas no assentamento que contrapõe-se aos padrões produtivos da agricultura quimificada, não condizente portanto com harmonia entre meio ambiente e ser humano. Todavia, justamente num território conquistado através de luta contra um latifúndio agroexportador.

Vale ressaltar que a experiência de café agroecológico é um caso remanescente de sucesso, mediado pelos resultados econômicos promissores que estão sendo obtidos no mercado. Ao contrário das outras centenas de famílias que enveredaram-se para a produção orgânica/agroecológica, e, no decorrer no processo acabaram desistindo da atividade, a produção de café agroecológico aponta alguns elementos de desafios e possibilidades nesse segmento produtivo. Primeiramente, o conhecimento técnico do produtor na produção de café

sombreado é uma realidade desde criança. “[...] É como eu digo, o café tá no sangue, se criemo prantando café [...]” (J. G. Produtor de café agroecológico). Nesse sentido, fica claro que o conhecimento certamente é requisito essencial no sucesso da atividade. Outro fator que chama a atenção deve-se ao volume produzido, cerca de 300 quilos anuais é facilmente comercializado nos mercados informais e clientes da região. E por último, a dedicação a atividade aliada ao respeito à natureza, tanto que para o produtor o trabalho, a terra e a família é o seu projeto de vida.

Diante desses fatores, é possível em tese situar alguns limites da produção orgânica no assentamento. A falta de um mercado consumidor formado na região sem dúvida que impôs barreiras à produção orgânica, somada às dificuldades de acesso a financiamento tendo em vista que é requisito essencial acompanhamento técnico permanente na elaboração e execução de projetos voltados ao desenvolvimento da atividade, embora que nos primeiros anos houvesse assistência técnica mas que depois por falta de recursos financeiros o Incra não disponibilizou mais esse serviço aos assentados. Para além das questões políticas, percebe-se também que a forma como foi conduzido o processo de “seleção” das famílias aptas a serem assentadas e a escolha da área a ser implantada a Brigada Orgânica, desencadearam alguns dos limites da produção orgânica. A preocupação das famílias acampadas em permanecerem excedentes, resultou na escolha pelo sistema orgânico diante do entendimento de que seria prioridade para aquelas famílias produtoras de orgânicos. Da mesma forma, a escolha da área localizada geograficamente mais perto da cidade influenciou nas decisões da escolha da produção orgânica.

Por isso, podemos afirmar que a experiência do café agroecológico é inovadora do ponto de vista político em contraponto às relações sociais e econômicas do agronegócio que no assentamento.

5.4.2 A EXPERIÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO DO MILHO, ARROZ E TRIGO EM DERIVADOS ALIMENTÍCIOS

A transformação da matéria-prima faz parte de um projeto de desenvolvimento do campo que venha a fortalecer as atividades produtivas e garantir melhores condições de vida aos trabalhadores. As experiências de distribuição simples de terras aos trabalhadores sem-terra demonstra que não representa de fato mudanças sociais efetivas, foi pensando nisso que a agroindustrialização em áreas reformadas surge no movimento histórico da realidade das organizações camponesas, especialmente do MST. Com a conquista dos assentamentos, nota-

se também a necessidade da transformação das matérias-primas em produtos beneficiados, uma forma de luta e enfrentamento aos padrões produtivos da monocultura em defesa dos territórios camponeses.

Nesse sentido, desde o início da década de 1990 observa-se o surgimento das primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) que tinha como princípio a organização coletiva do trabalho e uso da terra, da mesma forma da organização social das moradias em agrovilas. Porém essa transição da produção agrícola é apresentada por Christofolli (1998) como um processo de aprendizado no qual se constata avanços e retrocessos. Conforme destaca o autor, adentrar no mercado competitivo com empresas tradicionais levaram muitas cooperativas populares a um tencionamento, dada a necessidade do manuseio de máquinas e equipamentos desconhecidos, mas também pela gestão técnica dos empreendimentos. Sendo assim, esse processo demarcou um avanço em grande parte dos empreendimentos, mas por outro lado o esfalecimento de outras organizações de produção coletiva.

Tendo em vista que o Assentamento Celso Furtado foi criado num período em que as experiências de trabalho cooperado passavam por um retrocesso principalmente pela conjuntura política adversas às organizações camponesas, caso por exemplo da Coagri já mencionada neste trabalho, as experiências visualizadas pautaram-se em associações que na prática não obtiveram sucesso. “[...] Diferentemente da maioria dos assentamentos criados na década de 1990, no assentamento Celso Furtado não foi criada uma cooperativa sendo que a organização coletiva se limitou a algumas associações para uso de máquinas, repassadas por programas governamentais” (SILVA e FRANCO, 2017, P. 03).

Com base na produção individualizada algumas experiências têm se destacado nos últimos anos, um desses casos é a agroindustrialização da produção de milho, arroz e trigo o que tem contribuído na subsistência de muitas famílias. No trabalho de campo observou-se uma troca desses produtos entre produtores e o dono da agroindústria de acordo com as necessidades de consumo das famílias. Como forma de pagamento pelo descasque do arroz e beneficiamento do milho e trigo, o “Munheiro” como é chamado o dono do moinho, fica com parte da produção ou compra o excedente produtivo dos assentados que depois de beneficiada é vendida em feira livre. As figuras abaixo mostram os oito tipos de produtos originários do arroz, milho e trigo: bijú, fubá, canjica, quirera, arroz, quirerinha de arroz, trigo e canjica de trigo.

Foto (06): Variedades de produtos prontos para comercialização



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2018

Em entrevista, o dono da agroindústria relata que a ideia da transformação da matéria-prima surgiu a partir da constatação de que havia uma produção significativa dessas culturas no assentamento, porém era vendida a terceiros a um preço baixo devido principalmente da qualidade dos produtos. Como já tinha experiência na atividade antes de ser assentado, trouxe do município de Três Barras - Pr, onde residia, sementes crioulas e distribuiu para os assentados, vindo a potencializar a produção e comprando o excedente produtivo das famílias.

A agroindustrialização dos produtos coloniais ainda que seja um empreendimento individual, vem chamando a atenção das organizações produtivas entre elas a EMATER que tem incentivado e orientado a família proprietária a se adequar a algumas exigências necessárias para a comercialização.

A EMATER tá tratando em cima disso aí, tiveram aí e tiraram as fotos pra trata da marca e selo né, pra sabe o dia e o mês que foi fabricado tudo né. Os rótulos pra coloca nos pacotes né, pra fica melhor né, aí a gente vende pros mercado, pra fora né. É isso, e dá uma arrumada do jeito que é preciso (R. L. Assentado e dono da agroindústria, julho de 2018).

Embora que a agroindústria não seja proveniente do processo de formação dos grupos orgânicos, o entrevistado argumenta que há uma grande procura por produtos saudáveis sem agrotóxicos. Apesar dos seus não serem orgânicos, ainda assim consegue diferenciar das demais marcas pelas características que são produzidos, através de uma prática que é tradição das famílias de imigrantes europeus que colonizaram a região e o município de Quedas do Iguaçu (SILVA, 2002). As figuras abaixo mostram as máquinas tradicionais que dão uma identidade colonial à produção de milho, arroz e trigo.

Foto (07): Máquinas e instalações da agroindústria



Fonte: Trabalho de campo, julho de 2018

Esta forma diferente de produzir tem atraído consumidores que se identificam com suas origens não somente pela qualidade dos produtos mas também pelo sentimento de pertença a um determinado lugar, tornando assim um bom negócio para o proprietário do empreendimento.” [...] Aqui é feito igual antigamente né, era feito pelos italianos e polaco mesmo né, era de pedra e não de martelete, que esses de mercado é de martelete. O pessoal que compra, já a primeira veis não para de comprá, prô que é feita de pedra, muído na pedra né. (R. L. Assentado e dono da agroindústria, julho de 2018). Nota-se assim, uma aproximação entre o produtor e consumidores pela demanda de produtos de qualidade mas também pelo aspecto cultural que historicamente a produção baseada na grande propriedade e uso dos agroquímicos haviam sidos rompidos.

Apesar da perspectiva empreendedora individualista de busca de ganhos pessoais que orienta os pressupostos do proprietário da agroindústria, a sua importância deve-se a uma das experiências inovadoras justamente num espaço geográfico em que a produção e comercialização quase sempre são inseridas no sistema do agronegócio. Então, ensaiar um possível projeto de desenvolvimento que limite o grau de submissão dos camponeses em relação ao sistema vigente, vislumbra no descobrimento de novas técnicas próprio do universo dos camponeses, redesenhando assim novas estratégias de resistência a partir da própria identidade local. Ao contrário, as mudanças que possam ocorrer nas forças produtivas, apenas reafirmaram a sua subalternidade ao capital e sua dependência das políticas compensatórias governamentais. Nesta mesma lógica, a Via Campesina do Brasil questiona o modelo de produção vigente, argumentando sobre a necessidade de se estabelecer, principalmente a partir das experiências dos camponeses, novas formas de trabalho, nas quais se afirmam a autonomia e a reprodução social do campesinato (VIA CAMPESINA DO BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, trata-se de promover novos arranjos produtivos como as inovações tecnológicas, incorporando-as aos conhecimentos dos camponeses, buscando novas alternativas socioeconômicas próprias do mundo camponês. Com isso, rompe-se com a ideia de apatia, já que pressupõe uma contínua renovação. Todavia, com a diferença de que não se constitui sobre a base dessas intervenções, ideais meramente assentadas em crescimento econômico desenvolvimentista.

Então, a experiência de trabalho e de produção mencionada caminha ao encontro desses princípios, compreendo que é ainda um pequeno ensaio de algumas mudanças no processo produtivo numa fase inicial, mas certamente a tendência é de que cada vez mais se torne possível a médio e a longo prazo.

5.4.3 A FEIRA DE PRODUTOS DA REFORMA AGRÁRIA E DA AGRICULTURA FAMILIAR

Como as feiras fazem partes do comércio, promovem relações sociais complexas. Historicamente foram os embriões dos mercados atuais, tanto que há uma relação de continuidade, ainda que as feiras possibilitam acesso de produtores em condições facilitadas em comparação com os mercados capitalista mais consolidados. Ao contrário, as feiras são portadoras de um formato de varejo tradicional que ocorrem em determinados espaços públicos estratégicos e em dias determinados, onde se manifestam distintas relações sociais e econômicas.

Para além do aspecto econômico, as feiras livres promovem uma mudança na relação campo-cidade, haja visto a dinamicidade do campo materializados pela cultura e produção camponesa divulgado na cidade. Dessa forma, podemos dizer que as mudanças que ocorrem na sociedade no decorrer dos tempos, estão relacionadas ao processo de produção, na medida que se modifica os espaços se alteram as relações estabelecidas. Isso demonstra que a feira livre é um local onde há uma interação, tendo um significado social como “[...] local de comércio, de trabalho e de sociabilidade.” (SATO, 2007, p. 97).

Nesse sentido, a Feira de Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar que ocorre mensalmente na praça central da cidade de Quedas do Iguaçu, promovida pelas famílias assentadas e também dos agricultores do município, se reverte de um caráter social de divulgação dos produtos e da cultura camponesa. De acordo com um membro da coordenação do assentamento e também do Poder Legislativo Municipal, a feira surgiu com o propósito de divulgação dos produtos produzidos pelas famílias assentadas e em geral dos camponeses do

município. Como o nome já menciona, a feira é uma espaço de socialização e informações sobre a produção no assentamento entre os trabalhadores do campo e da cidade onde todos têm a oportunidade de vender e comprar produtos de qualidade. Nos relatos do interlocutor, na primeira edição da feira foram expostos mais de 80 tipos diferentes de produtos, o que significa que a Reforma Agrária dá certo, e ao mesmo tempo representa uma resposta ao pensamento pejorativo que as rádios pregam sobre a organização social e os assentados. Da mesma maneira, abrir o espaço para os agricultores em geral do município que queiram divulgar seu produtos, rompe com uma divisão histórica que havia sido orquestrado pelos meios de comunicação.

Foto (08): Barracas de expositores na Feira da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar



Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2018

Conforme o interlocutor, pretende-se ampliar e divulgar a feira com a oferta de serviços públicos gratuitos através de convênios, bem como orientação jurídica, saúde, divulgação da cultura camponesa por meio de apresentações musicais e teatrais de artistas locais e também de intercâmbio entre estudantes e pesquisadores que mostrarem interesse pela pesquisa e divulgação de monografias dissertações e teses sobre a questão agrária. Sendo assim, a feira poderá se tornar futuramente num espaço público de divulgação e comercialização de produtos não somente dos assentamentos do município mas também da região, pois a cada evento há um aumento pela procura de consumidores e expositores dos produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar. Realizada mensalmente, em sua primeira edição com cerca de 50 expositores a feira gerou algo em torno de R\$ 50.000,00.

Foto (09): Segunda edição da Feira de Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar



Fonte: Trabalho de campo, agosto de 2018

Para o entrevistado o sucesso da feira deve-se a organização social e política dos assentados que estão demonstrando para a sociedade que a Reforma Agrária dá certo, justamente num espaço onde a luta pela terra é muito questionada tendo em vista o poder econômico e político da antiga empresa que detinha a posse da área. Nesse sentido, a feira significa mais que uma oportunidade de exposição mas também de uma luta política por um modelo de desenvolvimento oposto ao que predominava na área que atualmente é o assentamento.

Na questão econômica, o assentamento foi a maior empresa que até hoje chegou em Quedas do Iguaçu por que aquilo que era de um grupo que nem morava em Quedas do Iguaçu, nunca vinha compra um pacote de biju pra dizê só sugava, era uma espécie de Serra Pelada né porque só sugava a riqueza do município que era produção, í explorava a mão-de-obra barata, í convencia a sociedade de que era geradora de emprego, mas não se falava do lucro que se tirava daqui. Hoje não, o Assentamento Celso Furtado gera em torno de mais de 1000 empregos diretos, por que são quase 1100 famílias e essas famílias têm um giro na propriedade né, é na produção de leite na produção de grãos, é na relação aqui com o comércio (C. T. L, Liderança do Assentamento Celso Furtado, julho de 2018).

Para o entrevistado, ao contrário de uma monocultura ostensiva voltada para o comércio externo, gerava poucos empregos e o lucro obtido não constituía um modelo de desenvolvimento econômico e social para o município, porém com a consolidação do assentamento, o Município de Quedas do Iguaçu se desenvolveu significativamente, multiplicando-se as agências bancárias, a instalação de redes de lojas, de pequenas e médias empresas prestadoras de serviços, da criação de alguns órgãos públicos federais como o (Instituto Nacional do Seguro Social) INSS, Caixa Econômica Federal e o *Campus* avançado do Instituto Federal do Paraná (IFPR), são uma realidade no município depois da consolidação do assentamento. Por tudo isso, do ponto de vista do interlocutor a conquista do espaço público da Feira dos Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura familiar significa muito mais de uma oportunidade de exposição e de negócio mas um conjunto de luta dos camponeses em prol do desenvolvimento do município em que toda a sociedade se beneficia.

Outro representante da organização da feira e do Poder Legislativo Municipal, salienta que o objetivo é que todos os agricultores que quiserem participar desse caminho diferenciado de comercialização da produção possam de forma direta ou indiretamente atuar para o divulgação e crescimento deste espaço. Tendo em vista que é um espaço em construção, a logística de transporte dos produtos do assentamento até o centro da cidade, e também dos equipamentos necessários para a exposição como as barracas e outros, são os principais obstáculos que as famílias enfrentam para exporem seus produtos. Conforme o entrevistado, a perspectiva é de que os expositores adquiram esses equipamentos por meio de associações, haja visto a carência de políticas públicas para suprir as necessidades de estrutura capazes de mantê-la competitiva diante de um mercado formal que oferece muitos benefícios à sua clientela.

O interlocutor argumenta que independentemente dos obstáculos a produção dos assentamentos deve ser apresentada para a sociedade como contraponto ao agronegócio. Enquanto que o atual sistema político favorece a produção agrícola para a exportação, a agricultura de base familiar é responsável diretamente pela produção de alimentos para o povo brasileiro. No entanto, embora da importância desse segmento produtivo, porém desigual dada aos recursos tecnológicos e investimentos com relação à superioridade das empresas rurais que têm se beneficiado das políticas estatais.

Nesse mesmo sentido, percebe-se que as contradições estabelecidas nos processos produtivos mencionados no transcorrer deste capítulo, são condicionadas pelas relações capitalistas de produção que ora os camponeses se apresentam como uma alternativa ao desenvolvimento do capital, ora como alternativa oposta às regras capitalistas geradoras de

desigualdade no campo. Então as contradições permeadas são fruto do próprio sistema que se apropria da renda da terra por meio da produção camponesa, mas por outro lado denota experiências inovadoras que constituem possibilidades de existência e de autonomia do campesinato ainda que relativa frente ao sistema de produção do capital.

Em se tratando de modelos de desenvolvimento do campo, documentos elaborados pela Via Campesina e MST refutam o modelo do agronegócio exportador. Na perspectiva da Via Campesina brasileira, desenvolvimento do campo passa necessariamente pelo protagonismo da classe trabalhadora camponesa, que respeita suas peculiaridades culturais, seus conhecimentos acumulados pelo processo do trabalho e pelas lutas sociais como forma de enfrentamento aos padrões produtivos da monocultura. Pois ao contrário do projeto de modernização do campo que historicamente foi pensado como lugar essencialmente da produção agropecuária com pouca gente em razão da sua estrutura produtiva, o que desencadeou a concentração da terra e a concentração demográfica, o projeto de campo defendido na ótica da Via Campesina deve contemplar o camponês como sujeito social.

É possível e necessário que um novo paradigma para o campo se faça presente na concepção de mundo camponesa. Paradigma esse que contemple o camponês como sujeito social, organizado nas mais diversas formas de cooperação e com crescente e apropriado desenvolvimento dos seus meios de trabalho para potencializar a terra e o trabalho. Uma outra utopia, construída por eles próprios nos seus que-saberes e que-fazeres socializados, na qual se afirme a autonomia e a acumulação camponesas. E que contribua efetivamente para que os camponeses deixem de ser 'os quase sempre' ignorados. (Via Campesina do Brasil, 2004, p. 143.)

Assim, a Via Campesina questiona o modelo de produção vigente, argumentando sobre a necessidade de se estabelecer novos paradigmas para o campo a partir do universo do campesinato. Da mesma forma, nas últimas décadas o MST vem denunciando o agronegócio que pautado pelo uso intensivo de agrotóxicos e sementes transgênicas na produção de *commodities* para a exportação, conseqüentemente gera desigualdades sociais no campo. Para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, os danos ao meio ambiente, a violência, o desemprego e a exclusão social do campesinato estão diretamente relacionados a concentração fundiária (MST, 2014).

Nota-se portanto que muitas vezes os legados dos movimentos de embate com o modelo gerador de exclusão social dos trabalhadores camponeses pela negação do acesso e posse da terra, são conflitantes. Compreendo acima de tudo que no atual estágio que se encontra o mundo mercadológico, despir-se por completo dele é uma tarefa muito difícil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidentemente que esta é uma análise que está em curso, buscando compreender o movimento da realidade necessita de aprofundamentos e de atualizações permanentes. No entanto, apesar de uma abordagem parcial, aponta-se para alguns elementos que se mostraram relevantes no atual momento da luta dos camponeses.

Primeiramente, na construção dos territórios camponeses na Mesorregião Centro-Sul, o antagonismo sempre foi uma situação presente na lutas do campesinato, logo é uma característica própria da sua organização, uma estratégias de reprodução enquanto classe social. No primeiro capítulo deste trabalho, percebe-se que com a formação dos latifúndios e das classes sociais antagônicas surgem perspectivas divergentes de desenvolvimento para o campo. Das iniciativas governamentais passando para o controle econômico das iniciativas privadas, a formação sócioespacial esteve pautada em relações de produção conflituosas, assim a contradição é um reflexo da situação conjuntural do processo de formação socioeconômica do Centro-Sul.

Partindo desse pressuposto, o ponto de partida para uma reflexão mais coerente com a realidade no assentamento, é analisar as relações de poder estabelecidas por meio das relações sociais de produção. Com o processo de conquista da fração do latifúndio da Araupel, os trabalhadores tentam implementarem num primeiro momento sistemas produtivos de acordo com suas especificidades culturais, econômicas e sociais, instituindo dessa forma novas dinâmicas de trabalho e de produção na área. Entretanto, com o passar dos anos, contraditoriamente nota-se que esta condição se modifica com as mudanças nas estruturas produtivas.

Por esse ângulo, verifica-se um conjunto de disputas que extrapolam as lutas pela conquista da terra. Percebe-se que nesses treze anos de construção do assentamento é repleto de embates para além dos limites geográficos dos lotes, pois o fato dos trabalhadores conquistá-los não lhes garante autonomia, haja visto a necessidade de políticas públicas que assegurem a permanência e a reprodução social. Da mesma forma, percebe-se experiências coletivas e mesmo individuais de produção e comercialização que dão uma outra conotação política, social e econômica dos assentados. A produção orgânica e a consolidação da Feira de Produtos da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar significa um passo importante no caminho de outras perspectivas de desenvolvimento, mas também da conquista de um espaço político de embate com a sociedade sobre a importância da Reforma Agrária para o município.

Por outro lado, nota-se igualmente a dependência de muitos produtores que em seus sistemas produtivos estão assentados em cultivos voltados à comercialização. Essa subalternidade é verificada não somente pelo uso irrestrito de insumos, agrotóxicos e sementes industrializadas geralmente transgênicas, mas também pela ausência de recursos e de uma estrutura mínima de maquinários na produção de cultivares que se destinam ao comércio. Nessa lógica de subordinação a agricultura capitalista, assentados acabam arrendando suas parcelas, consolidando assim uma prática irregular do ponto de vista do Incra e da organização dos camponeses.

Na agropecuária leiteira, essa subordinação é percebida pela atuação das empresas do setor de laticínios da região, onde os produtores para se manterem na atividade são pressionados a adequar-se às normatizações impostas pelo capital, seja na forma de aquisição de máquinas e equipamentos, ou ainda pelos insumos industrializados de produção, rações, sais minerais, medicamentos veterinários, entre outros. Igualmente, as ações do sistema capitalista assimiladas no processo de integração à indústria do tabaco, se manifesta de diversas formas, drenando assim uma parcela significativa da renda da produção camponesa.

Nesse contexto de contradições, é importante ressaltar que o projeto defendido pelo MST num primeiro momento foi vitorioso ao derrotar o latifúndio, no entanto num segundo momento o desenvolvimento das estruturas produtivas no assentamento ocasionam relações sociais de produção antagônicas. Todavia a escassez de efetividade do Estado referente a infraestrutura produtiva acarretam essas contradições. Então há um embate político entre o movimento camponês e o Estado por políticas públicas para o campo.

Se os instrumentos coletivos de produção se mostram um desafio, as relações sociais capitalistas estão presentes contraditoriamente no desenvolvimento das famílias assentadas. Essa condição que decorre o campesinato, é compreendida por Oliveira (1992) como sendo resultado das relações produtivas determinadas pelo capital, logo são as forças produtivas prevalecentes que configuram a lógica socioeconômica no território. Apesar de que seja produzidas matérias-primas em quantidades significativas como é o caso do leite, uma atividade presente em praticamente quase todos lotes, considerando a importância para os núcleos familiares nas parcelas produtivas, ainda a comercialização é controlada por várias empresa capitalistas.

Essas relações ocultas pela apropriação e uso do território, expressam relações de poder, reforçando assim a definição das configurações do assentamento, proveniente das disputas entre classes sociais que tentam apropriá-los. Raffestin (1993), ao reportar ao território argumenta que este é “marcado por relações de poder” pela ação de diferentes atores sociais

que redefinem constantemente nas mais variadas intensidades e ritmos. Todavia, esse delineamento estabelecido pelas relações capitalistas, podemos afirmar que é originário das políticas públicas para as área de assentamentos de forma verticalizada, onde os camponeses são submetidos a própria sorte no mercado competitivo e desigual.

Então, os modos como os camponeses sobrevivem no e do lote, equivalem às mais diversas condicionantes ajustadas pelas relações capitalistas de produção. Vislumbrar uma via alternativa ao exposto, é um desafio do movimento social camponês e das famílias assentadas, todavia num período em que as perspectivas de desenvolvimento para campo tendem a privilegiar o modelo produtivista do agronegócio. No entanto, apesar disso tudo, é importante destacar a importância das dimensões políticas de lutas de resistência do campesinato pelo controle e posse da terra.

Articulados em torno do MST, os assentados têm promovido um conjunto de ações em defesa da garantia de reprodução enquanto classe. Através da dimensão política materializadas em manifestações que visam resolução de problemas no assentamento, os assentados proporcionam um amplo debate com a sociedade sobre a importância da reforma agrária para o município, pois quando atendido as reivindicações todos ganham. Tanto que é nítido as mudanças no perfil econômico do município com a inserção do assentamento. De acordo (S. R.), assentado e representante do assentamento no Poder Legislativo Municipal, depois que foi criado o Assentamento Celso Furtado a arrecadação mensal do município que era de três milhões saltou para cinco milhões, uma prova cabal de que toda a sociedade se beneficiou com a reforma agrária no município de Quedas do Iguaçu.

Por tudo isso que é inegável a importância política e geográfica do movimento sem-terra e seus participantes na construção de novos paradigmas para o campo. Contudo, quando o rural e o urbano são pensados como dimensões do mesmo espaço geográfico, não separados, mas de uma condição de totalidade. Logo, a especificidade da agricultura camponesa através da tríade terra, família e trabalho poderá proporcionar um certo equilíbrio nessa relação dada às necessidades de consumo de alimentos na cidade, muito pelo contrário do latifúndio que usufruía das riquezas produzidas na área. Nesse sentido, é nas suas especificidade e nas práticas sociais em luta que os camponeses constituem-se enquanto classe, é na capacidade de luta e resistência que concebem alternativas emancipatórias, que se constroem enquanto sujeitos políticos.

Finalmente para encerrar, como dito anteriormente esta é uma análise parcial de um determinado recorte histórico da realidade. Tendo em vista o movimento dialético, pressupõe

novas atualizações, novos questionamentos e indagações que certamente contribuíram para compreensão do campesinato e as temáticas que envolvem-nos.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alcioly Therezinha Gruber. **A posse e o uso da terra. Modernização agropecuária de Guarapuava.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1981.

ALENTEJANO. Paulo. **Questão agrária no Brasil do século XXI: Uma abordagem a partir da Geografia.** In: Revista Terra Livre, São Paulo/SP. Ano 27, V. 1, n°. 36. P.69-95, Jan-Jun 2011.

ALBERNAZ. Renata Ovenhausen. **Histórico da exclusão legal e da resistência camponesa no Brasil.** Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=51a93b1b7421fc7c>. Acesso em 22 de março de 2018.

ANDRÉA LOMBARDO. **Incra recebe posse de área da Araupel.** Folha de Londrina.

Londrina, 11 de novembro de 2004. Disponível em:

<file:///C:/Users/User/Desktop/para%20pedro/Segundo%20cap%C3%ADtulo/Incra%20recebe%20posse%20de%20%C3%A1rea%20da%20Araupel%20-%20Folha%20de%20Londrina%20-%20O%20Jornal%20do%20Paran%C3%A1%20-%20Brasil.html>. Acesso em: 13 de abril de 2018.

ARAUPEL. **Resumo público do plano de manejo. 2013.** Revisão 8. Disponível em:

<http://www.araupel.com.br/wp-content/uploads/2013/11/planodemanejo1.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2017.

ARAUPEL. **Histórico. 2017.** Disponível em: <http://www.araupel.com.br/sobre-nos/historico/>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural.** Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/micrrural/>. Acesso em 08 set. 2018.

BAIXAR MAPAS. Disponível in: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa/estado/parana/>. Acesso em: 12 de novembro de 2017.

BARTRA, Armando. **A Economia Política do Campesinato**. In: Coletânea de Textos da ENFF, nº 21. São Paulo, abril 2015.

BERNARDES, L. M. C. **O problema das “frentes pioneiras” no estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia, Ano XV, n.3, p. 335-384, jul.-set. 1953.

BERTOLLO, Samanta. **Colonização no oeste do Paraná e reimigrantes poloneses: o caso da Colônia Jagoda. (Quedas do Iguaçu, 1930-2007)**. 2007. 45 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

BONDARIK, Roberto; KOVALESKI, João Luiz e PILATTI, Luiz Alberto. **A produção de erva-mate e a iniciação industrial do Paraná**. In: Anais do 19º Congresso Internacional de Administração, 2006, Ponta Grossa, PR.

BORSATTO e CARMO. **A construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. In: RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 645-660, Out/Dez 2013.

BOZA, Christiano; PEREIRA; Manuela Franco de Carvalho da Silva e XAVIER, Leonardo. **A formação, a evolução e o fim da Brigada Orgânica do Assentamento Celso Furtado, PR**. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Fortaleza/CE. In: Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 – Vol 6, No. 2, Dez 2011.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.

BRASIL. **Carta Régia de 05 de novembro de 1808 – Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos gerais de Curitiba e Guarapuava. 1808**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_19/CartaRegia_0511.htm. Acesso em: 09 de junho de 2012.

BRASIL. **Carta Régia de 01 de abril de 1809 – Aprova o plano de povoar os campos de Guarapuava e de civilizar os índios bárbaros que infestavam aquele território. 1809**.

Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anteioresa1824/cartaregia-40045-1-abril-1809-571613-publicacaooriginal-94759-pe.html. Acesso em: 09 de junho de 2012.

CAPORAL, COSTABEBER e PETERSEN. **Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil**. In: Agroecologia seis: 63-74, 2012.

CARRANO, P. **Mais de treze anos de impunidade e contando...** Brasil de Fato, São Paulo, Ano 08, ed. 408, p. 06. 23 a 29 de dezembro de 2010.

CHRISTOFFOLI, Ivan, Pedro. **A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades**. In: Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária / Êdi Benini ... [et al] (organizadores). -- 1. Ed. -- São Paulo: São Paulo: Outras Expressões, 2012. 480 p.

CHRISTOFFOLI, Pedro. Ivan. **Eficiência econômica e gestão democrática nas cooperativas de produção coletiva do MST**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – UNISINOS, São Leopoldo, 1998

COOTRARA - COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Desenvolvimento do Assentamento Celso Furtado**. Curitiba, 2005.

DAROLT, R. M. **As principais correntes do movimento orgânico e suas particularidades**. 2011.

DATALUTA-PARANÁ. **Banco de dados da luta pela terra no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: GEOLUTAS, 2015.

DEEPASK. **O mundo e as cidades através de gráficos e mapas**. Disponível em: <http://www.deepask.com/goes?page=Agricultura:-Confira-a-producao-agricola-e-a-area-plantada-no-Brasil-por-tipo-de-plantacao>. Acesso em 03 de abril de 2018.

DELGADO, Guilherme, Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)** / Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

Emboscada a acampamento do MST no Paraná deixa dois mortos e vários feridos.

BRASIL DE FATO. Da redação Curitiba 07 de abril de 2016. Disponível em:

file:///C:/Users/User/Desktop/para%20pedro/Segundo%20cap%C3%ADtulo/Emboscada%20a%20Acampamento%20Do%20MST%20No%20Paran%C3%A1%20Deixa%20Dois%20Mortos%20E%20V%C3%A1rios%20Feridos%20_%20Brasil%20de%20Fato.html. Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

FABRINI; et al. **Conflitos entre ruralistas, camponeses e indígenas no Paraná.** In:

Boletim Dataluta, nº 72, p. 02-12, dez. 2013. Disponível em: Acesso em: 10 de setembro de 2014.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável.** Brasília, DF: FAO/INCRA, 1994. 24 p. Versão resumida do relatório final do Projeto UFT/BRA/O36.

FERNANDES, Bernardo, Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo, Mançano. **Entrando nos territórios do território.** In: PAULINO, E, T. e FABRINI, J, E. (orgs) *Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.

FILGUEIRAS, Otto. **A saga do povo sem-terra na cidadela da reforma agrária.** Revista Sem Terra, São Paulo, Ano 03, N. 12, p. 36-46. abr. mai. jun. 2001.

GLIESSMAN, R, Stephen. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOMES, Iria, Zanoni. **1957 – A Revolta dos Possesiros.** 3. ed, Curitiba: Criar, 2005.

GUBERT Filho Francisco. **O desflorestamento do Paraná em um século.** In: SONDA, C. TRAUZYNSKI, S. C. (Org.). Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no estado do Paraná. Curitiba, PR: ITCG, 2010. 344p.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia.** Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação.** In: Socialist Brasil2.indd. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse do senso demográfico 2010.** Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=210&uf=41>. Acesso em: 04 de janeiro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades.** In:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/quedas-do-iguacu/panorama>. Acesso em: 16 de setembro de 2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

Leituras regionais: Mesorregião Geográfica Centro-Sul Paranaense/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Curitiba: IPARDES: BRDE, 2004. 139 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Estrutura fundiária e índice de Gini: municípios paranaenses. 2011.**

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Disponível em:

<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária.** Tradução de Otto E. W. MAAS. Coleção Pensamento Social-Democrata. Brasília, DF: Linha Gráfica Editora, 1998. 588p.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse da terra no sudoeste paranaense.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte – Bib. Pública do Paraná, 1986.

LENIN, Vladimir, Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. O processo de formação de mercado interno para a grande indústria.** Tradução e interpretação de José Paulo Netto. Abril Cultural. São Paulo, 1982. In: Coletâneas de textos da ENFF nº 03. Teorias do Desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura. Outubro de 2010, atualização em abril de 2014.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná.** Curitiba: BADEP: UFPR: IBPT, 1968.

MADRUGA, Joka. **Sem Terra protagonizam histórico de luta contra Araupel no Paraná.** Portal Vermelho. 14 de julho de 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/Reconst%20monog/Sem%20Terra%20protagonizam%20hist%C3%B3rico%20de%20luta%20contra%20Araupel%20no%20Paran%C3%A1%20-%20Portal%20Vermelho.html>. Acesso em 10 de março de 2018.

MARX, Karl. **A ideologia alemã (I- Feuerbach).** São Paulo: Hucitec, 1986.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização “em rede”.** Editora UNESP, São Paulo, 2000.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano,** tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP, Brasil. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Caderno Pronaf Agroecologia.** Brasília, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa agrário do MST: lutar, construir Reforma Agrária popular!** 3ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2014.

MYSKIN, Antonio Marcos. **A fronteira como destino de viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense. Centro de Estudos Gerais, Curso de Pós Graduação em História. Niterói, RJ. 2009. p. 116.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1981. p. 167.

PONTAROLO, L. P. **Francisco das Chagas Lima: a atuação de um padre secular no povoamento dos campos de Guarapuava (1808-1828)**. 2012. 112f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

PAULILO, Maria I. Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos, o caso de Santa Catarina**. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1990.

PAYÉS, Manuel, Antônio, Munguía. **O empresário familiar rural: integração à agroindústria de fumo e diferenciação**. (Tese de Doutorado), Instituto de Economia da UNICAMP, 1993.

PNUD; IPEA; FJP. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Brasília, DF: PNUD, 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking/>. Acesso em: 25 maio. 2017.

PLOEG, Jean Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**/ Jean Douwe van der Ploeg: tradução Rita Pereira. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. P. 162.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993;

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências** /Presidente Prudente: [s.n.], 2015.

SATO, Leny. **Processos cotidianos de organização do trabalho na feira livre**. Psicologia & Sociedade: 19, Edição Especial 1. 2007.

Sem Terra protagonizam histórico de luta contra Araupel no Paraná. **Portal Vermelho**. 14 de setembro de 2014. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/245740-8>. Acesso em: 15 de março de 2018.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar** / Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SCHRAMM. Franciele Petry. PR: Justiça Federal declara nulos os títulos de imóvel da madeireira Araupel. **Brasil de Fato**. Curitiba, 02 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/08/02/trf4-decide-pela-nulidade-dos-titulos-da-empresa-araupel-no-parana.html>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas**. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.) *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2008. P. 37.

SILVA, Antonio Monteiro da. **Quedas do Iguaçu: Nossa História, Nossa Gente. Quedas do Iguaçu**: Gráfica Constantini LTDA, 2002.

SILVA, Emerson Ferreira da; FRANCO, Renata Brasileiro. **As dificuldades no processo organizacional no Assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu-Pr**. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária GT 6 – Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais. Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.

SILVA, Jerri Augusto; TSUKAMOTO, Ruth Youko. **A modernização da pecuária leiteira e a exclusão do pequeno produtor**. Geografia, Londrina, v. 10, n. 2, p. 147-162, jul./dez. 2001.

SPIGLIATTI, Solange. **PF deflagra operação contra crimes ambientais no Paraná**. ESTADÃO. Central de notícias, 24 de novembro de 2009. Disponível

em:<http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,pf-deflagra-operacao-contracrimes-ambientais-no-parana,471241>. Acesso em 17 de dezembro de 2017.

TOLEDO, Victor, Manuel; GONZÁLEZ de Molina, Manuel. **El metabolismo social: las relaciones entre la sociedad y la naturaleza**, 2004. 23p.

VI CONGRESSO NACIONAL DO MST. **Programa Agrário do MST**. Fevereiro de 2014.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O Campesinato do Século XXI: Possibilidades e Condicionantes do Desenvolvimento do Campesinato no Brasil**. Curitiba, novembro de 2004. P. 143.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **História do Paraná**. 4ª ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda., 1987. 185 pp.